

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	7
DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	19
DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	112
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	115
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	116
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	117

## Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2024
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
<b>Total</b>	<b>38.571</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	3.657.324	3.200.839
1.01	Ativo Circulante	353.097	343.407
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56.967	56.671
1.01.06	Tributos a Recuperar	57.275	61.925
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	57.275	61.925
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	57.275	61.925
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	238.855	224.811
1.01.08.03	Outros	238.855	224.811
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	238.232	224.298
1.01.08.03.03	Outros	623	513
1.02	Ativo Não Circulante	3.304.227	2.857.432
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	98.778	98.561
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	98.570	98.353
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	98.570	98.353
1.02.02	Investimentos	3.202.135	2.755.000
1.02.02.01	Participações Societárias	3.202.135	2.755.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	142.858	126.741
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.900.151	2.477.114
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	159.126	151.145
1.02.03	Imobilizado	256	436
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	4
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	256	432
1.02.04	Intangível	3.058	3.435
1.02.04.01	Intangíveis	3.058	3.435
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.058	3.435

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	3.657.324	3.200.839
2.01	Passivo Circulante	244.691	235.342
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.543	1.820
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.543	1.820
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.543	1.820
2.01.02	Fornecedores	1.052	1.438
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.052	1.438
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.410	19.152
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.275	19.048
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.692
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	4.060	7.494
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	5.215	9.862
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	135	104
2.01.05	Outras Obrigações	231.686	212.932
2.01.05.02	Outros	231.686	212.932
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	229.626	211.329
2.01.05.02.04	Outros	1.813	1.370
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	247	233
2.02	Passivo Não Circulante	29.654	32.930
2.02.02	Outras Obrigações	21	208
2.02.02.02	Outros	21	208
2.02.02.02.05	Passivo de Arrendamento	21	208
2.02.04	Provisões	29.633	32.722
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.012	24.217
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.782	23.545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.539	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	691	672
2.02.04.02	Outras Provisões	7.621	8.505
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.621	8.505
2.03	Patrimônio Líquido	3.382.979	2.932.567
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.865.732	1.866.898
2.03.04.01	Reserva Legal	279.347	279.347
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.586.385	1.586.298
2.03.04.10	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	0	1.253
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	451.995	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.415.064	-1.414.647

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2023 à 30/09/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	81.456	590.152	41.238	474.363
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.753	-26.250	-6.554	-21.570
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.593	8.051	4.386	12.622
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.616	-2.226	-1.372	-7.602
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	88.232	610.577	44.778	490.913
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.456	590.152	41.238	474.363
3.06	Resultado Financeiro	-5.351	-5.355	-5.676	-5.768
3.06.01	Receitas Financeiras	-863	-838	95	149
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.488	-4.517	-5.771	-5.917
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	76.105	584.797	35.562	468.595
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	32	918	-523	-523
3.08.01	Corrente	32	0	-523	-523
3.08.02	Diferido	0	918	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	76.137	585.715	35.039	468.072
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	76.137	585.715	35.039	468.072
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,8626	14,3291	0,8572	11,451
3.99.01.02	PN	2,0489	15,762	0,9429	12,5961
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,8626	14,3291	0,8572	11,451
3.99.02.02	PN	2,0489	15,762	0,9429	12,5961

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	76.137	585.715	35.039	468.072
4.03	Resultado Abrangente do Período	76.137	585.715	35.039	468.072

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-42.247	-70.344
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-32.418	-20.983
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	585.715	468.072
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.658	1.671
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-610.577	-490.913
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-2.642	-640
6.01.01.06	Juros Pagos	-21	-14
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-5.565	3.229
6.01.01.09	IRPJ e CSLL Pagos	-68	-2.911
6.01.01.10	Despesa de IR e CSLL	-918	523
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.829	-49.361
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	4.650	-11.721
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	4.922	-3.013
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	-110	-19
6.01.02.04	Fornecedores	-386	-331
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	723	422
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-20.071	-34.925
6.01.02.20	Outras Contas - Passivos	443	226
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	148.407	146.924
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	148.407	146.924
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-105.864	-89.121
6.03.01	Pagamento Passivo de Arrendamento	-173	-195
6.03.02	Dividendos Pagos	-105.691	-88.926
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	296	-12.541
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.671	48.205
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.967	35.664

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.166	-134.137	0	-135.303
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-134.137	0	-134.137
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	87	0	0	87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	586.132	-417	585.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	585.715	0	585.715
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	417	-417	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	417	-417	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.732	451.995	-1.415.064	3.382.979

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-140.894	0	-163.768
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-140.894	0	-140.894
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.507	-435	468.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.072	0	468.072
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	435	-435	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	435	-435	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	327.613	-1.159.274	3.187.480

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	16.718	17.127
7.01.02	Outras Receitas	16.718	17.127
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.889	-13.385
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.889	-13.385
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.829	3.742
7.04	Retenções	-1.658	-1.671
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.658	-1.671
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.171	2.071
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	624.531	506.285
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	610.577	490.913
7.06.02	Receitas Financeiras	12.639	12.710
7.06.03	Outros	1.315	2.662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	626.702	508.356
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	626.702	508.356
7.08.01	Pessoal	15.558	14.595
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.335	13.462
7.08.01.02	Benefícios	542	485
7.08.01.03	F.G.T.S.	681	648
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.959	19.749
7.08.02.01	Federais	19.892	18.758
7.08.02.03	Municipais	1.067	991
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.470	5.940
7.08.03.01	Juros	4.460	5.917
7.08.03.02	Aluguéis	10	23
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	585.715	468.072
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	134.137	140.894
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	451.578	327.178

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	13.421.468	12.302.261
1.01	Ativo Circulante	4.226.284	3.409.987
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.336.850	906.196
1.01.03	Contas a Receber	2.128.721	1.952.160
1.01.03.01	Clientes	1.919.480	1.757.103
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.348.931	2.108.622
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-429.451	-351.519
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	209.241	195.057
1.01.04	Estoques	21.629	23.270
1.01.06	Tributos a Recuperar	454.823	267.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	454.823	267.584
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	261.520	94.572
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	193.303	173.012
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	284.261	260.777
1.01.08.03	Outros	284.261	260.777
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	18.865	18.215
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	5.091	9.667
1.01.08.03.04	Outros Créditos	166.643	130.939
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	43.054	41.569
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	49.470	51.093
1.01.08.03.08	Taxas Regulamentares a Compensar	0	8.156
1.02	Ativo Não Circulante	9.195.184	8.892.274
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.679.583	3.600.036
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	21.277	28.383
1.02.01.04.01	Clientes	7.154	25.307
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	14.123	3.076
1.02.01.07	Tributos Diferidos	802.492	854.645
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	802.492	854.645
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.855.606	2.716.800
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	391.907	473.524
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	438.765	421.346
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	941.625	778.341
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	108.825	94.538
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	325.581	317.792
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	147.965	144.366
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	500.938	486.893
1.02.02	Investimentos	420.228	388.828
1.02.02.01	Participações Societárias	420.228	388.828
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	261.102	237.683
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	159.126	151.145
1.02.03	Imobilizado	212.435	193.249

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	46.029	34.390
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.020	16.055
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	158.386	142.804
1.02.04	Intangível	4.882.938	4.710.161
1.02.04.01	Intangíveis	4.882.938	4.710.161
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.836.746	4.662.285
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	43.134	44.441
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	3.058	3.435

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	13.421.468	12.302.261
2.01	Passivo Circulante	3.219.226	3.730.676
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	233.772	224.899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	233.772	224.899
2.01.02	Fornecedores	927.799	1.089.092
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	927.799	1.089.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	437.320	306.747
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	256.966	104.339
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	189.122	26.676
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	44.857	51.870
2.01.03.01.03	Outros	22.987	25.793
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	178.422	199.357
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.932	3.051
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	508.174	522.329
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	309.536	356.136
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	172.145	258.631
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	137.391	97.505
2.01.04.02	Debêntures	198.638	166.193
2.01.05	Outras Obrigações	933.745	1.315.012
2.01.05.02	Outros	933.745	1.315.012
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	229.626	211.329
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	48.381	73.509
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	506.289	903.863
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	4.448	10.836
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	1.153	1.146
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	0	7.596
2.01.05.02.20	Outros	143.848	106.733
2.01.06	Provisões	178.416	272.597
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	178.416	272.597
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	178.416	272.597
2.02	Passivo Não Circulante	6.819.263	5.639.018
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.827.371	2.648.942
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.724.695	1.618.529
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	481.250	412.863
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.243.445	1.205.666
2.02.01.02	Debêntures	2.102.676	1.030.413
2.02.02	Outras Obrigações	483.680	451.291
2.02.02.02	Outros	483.680	451.291
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	12.146	27.899
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	82.623	84.045
2.02.02.02.05	Tributos a Recolher	19.118	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	365.396	333.152
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	4.397	6.195
2.02.03	Tributos Diferidos	104.699	98.092
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.699	98.092

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2.02.04	Provisões	2.403.513	2.440.693
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.233.923	2.229.779
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	48.115	44.936
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	67.976	57.052
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.925.327	1.923.225
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	192.505	204.566
2.02.04.02	Outras Provisões	169.590	210.914
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	32.725	77.767
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	136.865	133.147
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.382.979	2.932.567
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.865.732	1.866.898
2.03.04.01	Reserva Legal	279.347	279.347
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.586.385	1.586.298
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.253
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	451.995	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.415.064	-1.414.647

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.626.662	7.846.682	2.552.558	7.683.305
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.071.102	6.887.874	1.942.106	6.496.266
3.01.02	Receita de Construção	248.751	645.655	192.878	701.349
3.01.03	Receita de Ativo / Passivo Financeiro Setorial	302.707	293.780	414.835	470.084
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	4.102	19.373	2.739	15.606
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.276.733	-6.434.658	-2.283.203	-6.445.761
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.795.269	-5.087.063	-1.865.705	-5.084.492
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-4.036	-11.403	-3.460	-11.209
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-228.677	-690.537	-221.160	-648.711
3.02.04	Custo de Construção	-248.751	-645.655	-192.878	-701.349
3.03	Resultado Bruto	349.929	1.412.024	269.355	1.237.544
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-182.520	-426.858	-147.263	-450.070
3.04.01	Despesas com Vendas	-28.430	-88.579	-31.768	-91.069
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-163.749	-461.783	-160.172	-462.107
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-61.010	-127.321	-23.689	-80.213
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	82.849	291.451	116.733	317.145
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30.832	-88.848	-61.511	-175.513
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.652	48.222	13.144	41.687
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	167.409	985.166	122.092	787.474
3.06	Resultado Financeiro	-82.190	-187.366	-96.092	-169.184
3.06.01	Receitas Financeiras	81.372	255.293	107.728	529.676
3.06.02	Despesas Financeiras	-163.562	-442.659	-203.820	-698.860
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	85.219	797.800	26.000	618.290
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.082	-212.085	9.039	-150.218
3.08.01	Corrente	-5.344	-180.350	-834	-111.423
3.08.02	Diferido	-3.738	-31.735	9.873	-38.795
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	76.137	585.715	35.039	468.072

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2023 à 30/09/2023
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	76.137	585.715	35.039	468.072
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	76.137	585.715	35.039	468.072
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,8626	14,3291	0,8572	11,451
3.99.01.02	PN	2,0489	15,762	0,9429	12,5961
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,8626	14,3291	0,8572	11,451
3.99.02.02	PN	2,0489	15,762	0,9429	12,5961

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023	01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	76.137	585.715	35.039	468.072
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	76.137	585.715	35.039	468.072
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	76.137	585.715	35.039	468.072

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	112.283	559.729
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.106.033	998.518
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	585.715	468.072
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	254.186	232.893
6.01.01.03	Despesa de IR e CSLL	212.085	150.218
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-48.222	-41.687
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-61.448	-60.402
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	338.034	415.746
6.01.01.07	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de ativos	160	822
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-176.706	-38.942
6.01.01.09	Juros Pagos	-226.841	-232.667
6.01.01.10	Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos	-43	-14
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	106.076	107.229
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-56.471	-110.171
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	69.717	41.789
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-19.373	-15.606
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	127.321	80.213
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.843	1.025
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-993.750	-438.789
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (Setorial, Bonificação de Outorga, Ind. Projeto Básico Usina Pery)	4.079	369.982
6.01.02.03	Contas a Receber	-279.131	-1.583
6.01.02.04	Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.623	-4.007
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-105.622	355.968
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	3.535	-3.677
6.01.02.07	Estoques	1.641	-7.224
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-45.193	-27.033
6.01.02.11	Passivo Bônus Escassez Hídrica	7	-11
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	1.588	-848.172
6.01.02.14	Fornecedores	-161.293	-40.569
6.01.02.15	Tributos a recolher	161.757	-133.518
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-6.880	-13.658
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-33.623	-96
6.01.02.18	Passivo Financeiro Setorial	-368.015	113.567
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-205.338	-197.253
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	37.115	-1.505
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-654.230	-712.536
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado	-28.872	-39.893
6.02.02	Adições do Ativo de Contrato	-645.655	-701.349
6.02.03	Adições do Ativo Intangível	0	-24
6.02.04	Aumento (Redução) de Capital Investidas	0	-152
6.02.05	Dividendos Recebidos	20.297	28.882
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	972.601	-126.982

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.03.01	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-8.340	-7.901
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-33.561	-2.694
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	72.809	137.655
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-105.691	-88.926
6.03.06	Ingresso de Debêntures	1.165.608	0
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-118.224	-165.116
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	430.654	-279.789
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	906.196	940.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.336.850	660.895

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.166	-134.137	0	-135.303	0	-135.303
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-134.137	0	-134.137	0	-134.137
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	87	0	0	87	0	87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	586.132	-417	585.715	0	585.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	585.715	0	585.715	0	585.715
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	417	-417	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	417	-417	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.732	451.995	-1.415.064	3.382.979	0	3.382.979

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.561.699	0	-1.158.839	2.883.176	0	2.883.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.874	-140.894	0	-163.768	0	-163.768
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.874	0	0	-22.874	0	-22.874
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-140.894	0	-140.894	0	-140.894
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.507	-435	468.072	0	468.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.072	0	468.072	0	468.072
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	435	-435	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	435	-435	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.538.825	327.613	-1.159.274	3.187.480	0	3.187.480

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	12.424.728	11.908.021
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.558.996	10.979.621
7.01.02	Outras Receitas	318.526	267.347
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	674.527	741.266
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-127.321	-80.213
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.692.552	-6.798.056
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.580.073	-5.597.694
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-437.952	-459.096
7.02.04	Outros	-674.527	-741.266
7.02.04.01	Custos refs. à Construção de Ativos Próprios	-674.527	-741.266
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.732.176	5.109.965
7.04	Retenções	-254.347	-233.715
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-254.347	-233.715
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.477.829	4.876.250
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	331.073	613.070
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	48.222	41.687
7.06.02	Receitas Financeiras	281.215	568.376
7.06.03	Outros	1.636	3.007
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.808.902	5.489.320
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.808.902	5.489.320
7.08.01	Pessoal	579.109	557.866
7.08.01.01	Remuneração Direta	345.887	329.616
7.08.01.02	Benefícios	206.991	201.833
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.231	26.417
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.188.957	3.764.354
7.08.02.01	Federais	2.551.915	2.253.465
7.08.02.02	Estaduais	1.631.843	1.506.122
7.08.02.03	Municipais	5.199	4.767
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	455.121	699.028
7.08.03.01	Juros	449.144	692.553
7.08.03.02	Aluguéis	5.977	6.475
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	585.715	468.072
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	134.137	140.894
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	451.578	327.178

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

#### 1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas no período de janeiro a setembro de 2024, chegaram a R\$831,1 milhões, recuando 9,86% em relação aos R\$922 milhões investidos no mesmo período de 2023, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição					Consolidado
	30.09.2024		30.09.2023		Análise Horizontal
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>802.252</b>	<b>96,53</b>	<b>881.935</b>	<b>95,65</b>	<b>-9,04%</b>
Recursos Próprios	645.655	-	701.349	-	-
Participação Financeira do Consumidor	156.597	-	180.586	-	-
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>28.872</b>	<b>3,47</b>	<b>40.069</b>	<b>4,35</b>	<b>-27,94%</b>
Participações Societárias	-	-	152	-	-
Parque Gerador Próprio	28.872	-	39.917	-	-
<b>Total</b>	<b>831.124</b>	<b>100</b>	<b>922.004</b>	<b>100</b>	<b>-9,86%</b>

#### Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R\$802.252 foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$645.655 foram com recursos próprios (sendo R\$591.522 em materiais e serviços, R\$54.133 em mão de obra própria) e R\$156.597 foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

#### Geração de Energia Elétrica

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio no período de janeiro a setembro de 2024, pela Celesc Geração S.A. – Celesc G:

- R\$11,4 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico e montagens elétricas para a UFV Capivari de Baixo;
- R\$4,4 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico e montagens elétricas para a UFV Lages II;
- R\$4,3 milhões foram alocados no gerador fotovoltaico e montagens elétricas para a UFV Videira;
- R\$3,6 milhões foram gastos com montagem mecânica, elétrica, projeto executivo e mobilização do canteiro de obras da US Maruim;
- R\$1,6 milhões foram desembolsados em cabo óptico, automação, serviço de manutenção e montagens elétricas da US Celso Ramos;
- R\$698 mil foram aplicados na mobilização e canteiro de obras civis da US Garcia;
- R\$632 mil foram aplicados na reforma da turbina da UG-03 Usina Salto;
- R\$446 mil foram aplicados no serviço de manutenção preventiva da US Pery.

#### 2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 3º trimestre de 2024 com valorização de 6,38%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou valorização de 1,73% no trimestre.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 17,7% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 11,39%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2024 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

## Comentário do Desempenho

Descrição	Fechamento		Variação %*
	30.09.2024	3º TRI 2024	
Celesc PN	84,00	17,70%	48,86%
Celesc ON	75,13	11,39%	42,03%
IBOVESPA	131.816	6,38%	13,08%
IEE	89.817	1,73%	5,12%

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

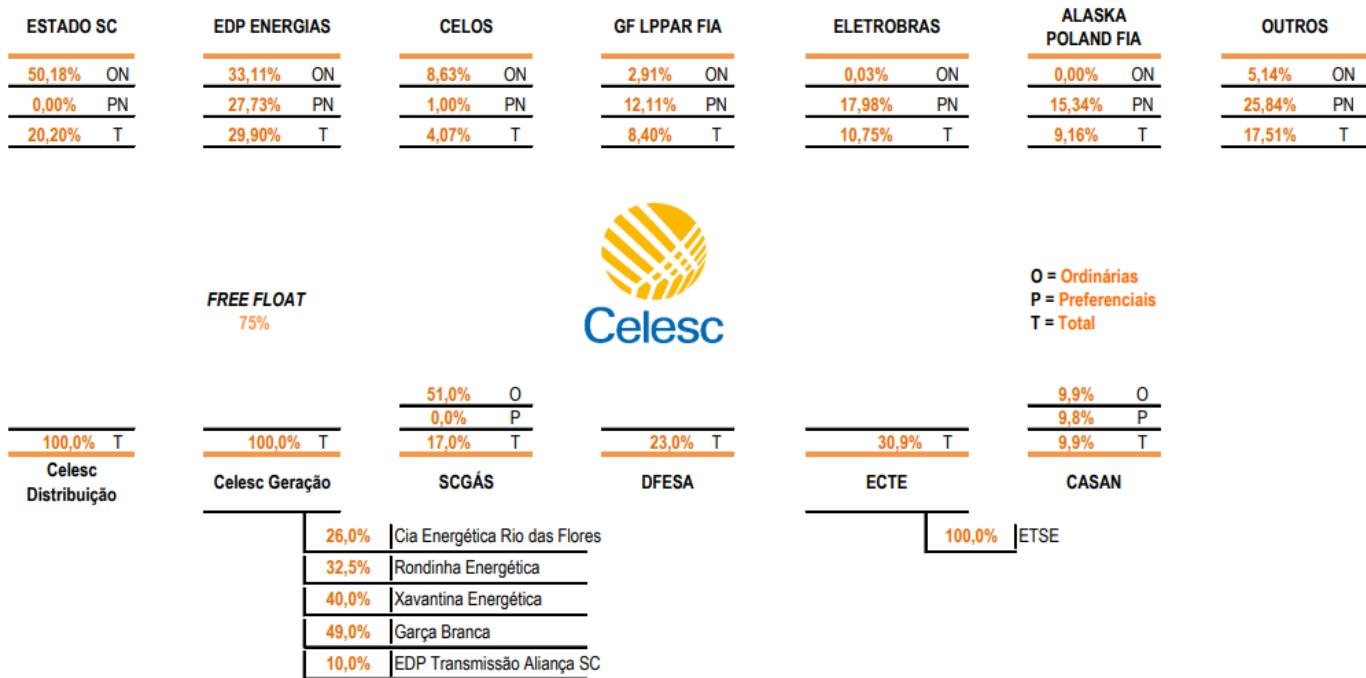
## 3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2024, conforme demonstrado acima, são: R\$84,00 (oitenta e quatro reais) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$75,13 (setenta e cinco reais e treze centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2024, está apresentada no organograma a seguir:

### ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Setembro/2024



## 4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Em 30 de setembro de 2024, a participação acionária dos investidores estrangeiros representa 0,68% do capital social total da Companhia, detendo o total de 262.404 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	262.404	0,68%
Investidores Nacionais	38.309.187	99,32%
<b>Total</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

## Comentário do Desempenho

### 5. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>6.297.477</b>	<b>40,56%</b>	<b>22.810.127</b>	<b>98,98%</b>	<b>29.107.604</b>	<b>75,46%</b>

### 6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.127	98,98	29.107.604	75,46

### 7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.06.2024					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	451.700	2,91	2.790.201	12,11	3.241.901	8,40
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	798.852	5,14	5.954.968	25,84	6.753.820	17,51
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

### 8. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2024, com um quadro funcional de 3.747 empregados. O total de empregados representa uma redução de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.816 empregados).

## Comentário do Desempenho

### 9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

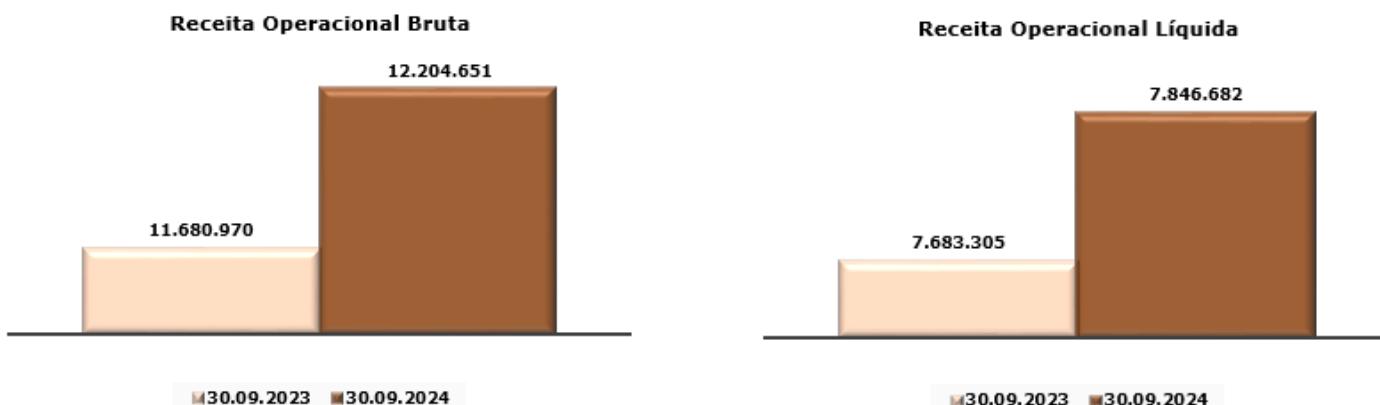
Descrição	Consolidado		Variação
	30.09.2024	30.09.2023 (Reclassificado)	
Receita Operacional Bruta - ROB	12.204.651	11.680.970	4,48%
Receita Operacional Líquida - ROL	7.846.682	7.683.305	2,13%
Resultado Operacional	985.166	787.474	25,10%
EBITDA	1.239.353	1.020.367	21,46%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	15,79%	13,28%	2,51 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	7,46%	6,09%	1,37 p.p.
Resultado Financeiro	(187.366)	(169.184)	10,75%
Ativo Total	13.421.468	11.598.679	15,72%
Imobilizado	212.435	183.511	15,76%
Patrimônio Líquido	3.382.979	3.187.480	6,13%
Lucro Líquido	585.715	468.072	25,13%

#### 9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no período de janeiro a setembro de 2024, foi de R\$12,20 bilhões, aproximadamente 4,5% maior que a realização no mesmo período de 2023, que foi de R\$11,68 bilhões.

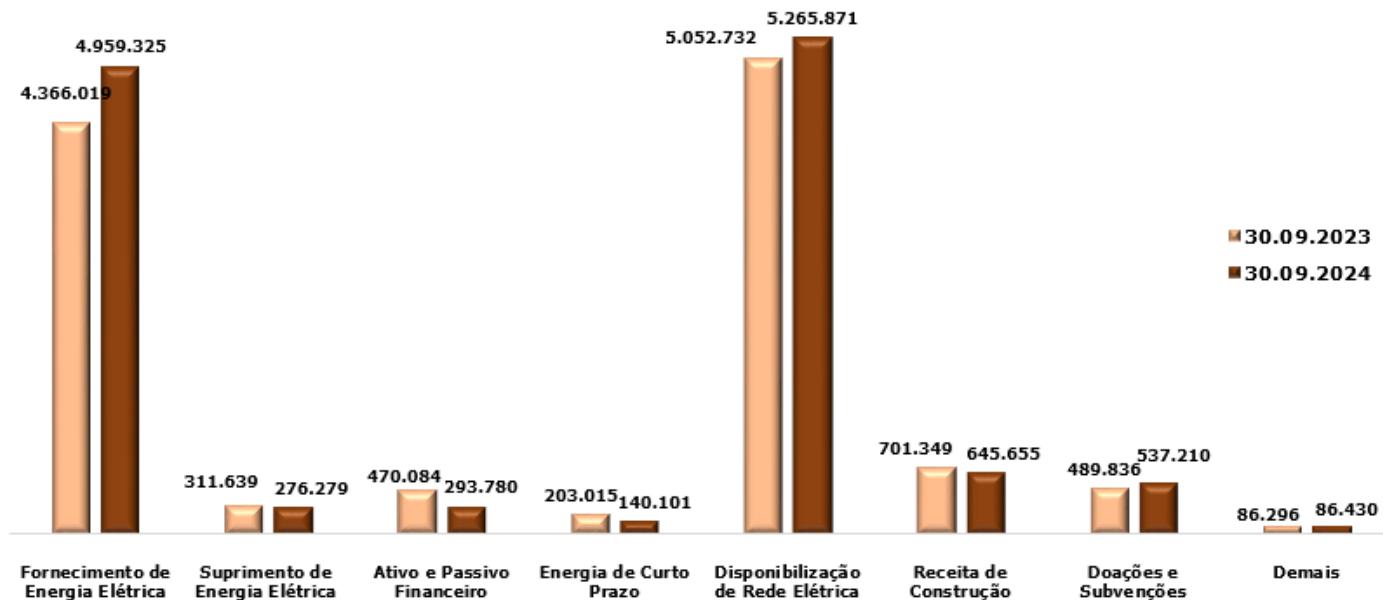
Essa variação decorreu, principalmente, por fatores relacionados à Celesc D, como o aumento na receita de fornecimento de energia elétrica, em 13,7%, assim como o aumento da receita com disponibilidade de uso da rede elétrica, em 4,2%, os reajustes tarifários anuais, ocorridos em 22 de agosto de 2023 e 2024, que tiveram efeitos médios percebidos pelos consumidores de 2,3% e 3,02%, respectivamente, e o acréscimo de 6,4% no consumo total (cativos e consumidores livres) de energia na área de concessão da distribuidora, além do aumento de 9,7% em doações e subvenções, considerando, principalmente, o subsídio reembolsável pela CDE.

Adicionalmente, na Celesc G, a ROB e ROL mantiveram desempenhos próximos aos períodos analisados. A ROB aumentou 1,6% e a ROL cresceu 1,5%. O aumento da ROB é atribuído, principalmente, ao crescimento de 4,2% na receita de suprimento de energia elétrica quando comparados os períodos analisados.



## Comentário do Desempenho

### Composição da Receita Bruta



### 9.2. Deduções da Receita

O aumento de 9,0% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento na Celesc D evidenciados no encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, no montante de R\$169,7 milhões, às Contas CDE Escassez Hídrica e CDE GD, iniciados em agosto de 2023. Além disso, ocorreu o reajuste em janeiro de 2024, na CDE Uso, paga por todos os agentes que atendem consumidores finais cátivos e livres no Sistema Interligado Nacional - SIN, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia elétrica.

### 9.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de 0,5%, aproximadamente, quando comparado o período de janeiro a setembro de 2024 e 2023.

Os custos com energia tiveram um acréscimo líquido de 0,05%, em função do aumento de 11,3% no encargo de uso do sistema de transmissão e redução de 3,8% na energia elétrica comprada para revenda na Celesc D. Essa redução é consequência do encerramento, em dezembro de 2023, dos contratos por disponibilidade com produto de 2009-2015 de leilões de Energia Nova, cujo custo médio contratual era de R\$351,30/MWh.

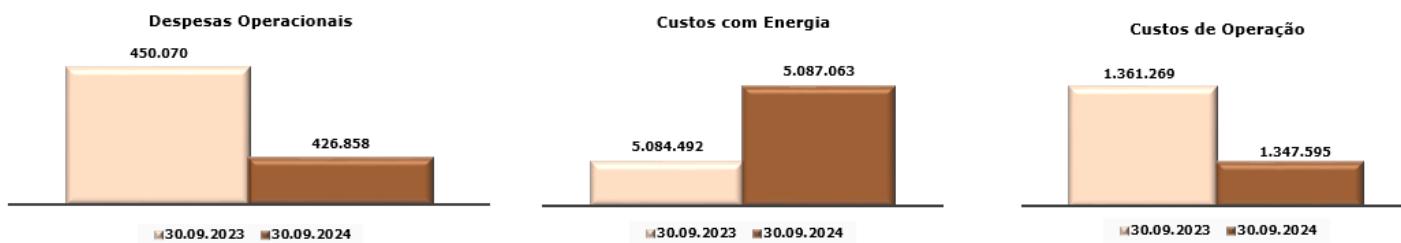
Na Celesc G, houve um aumento de 7,2% no custo da energia comprada para revenda (convencional) no período de janeiro a setembro de 2024, quando comparado ao mesmo período de 2023 e aumento de 75% nos custos de energia comprados para revenda comercializados na CCEE, devido ao aumento do PLD no terceiro trimestre de 2024. O crescimento na quantidade de energia comprada se deu em função de uma maior sazonalização de alguns contratos de venda, que obrigou a empresa a comprar energia no curto prazo para honrar estes contratos. No entanto, os custos totais com energia reduziram 53,5% em relação ao mesmo período de 2023, devido à repactuação do risco hidrológico das Usinas CGHs. A Celesc G mantinha uma liminar favorável até julho de 2023, quando uma sentença desfavorável revogou a tutela e julgou improcedentes os pedidos, reconhecendo um custo de R\$28,1 milhões naquele período.

Os custos de operação consolidados reduziram 1,0%, se compararmos o período de janeiro a setembro de 2024, com o mesmo período de 2023. Na Celesc D, a redução foi de 1,03% está relacionada ao custo de construção que passou de R\$701,3 milhões em 2023 para R\$645,7 milhões em 2024.

## Comentário do Desempenho

Estratificando as variações ocorridas, a Celesc D apresentou um aumento de 25,9% nas despesas com vendas, se compararmos os valores de R\$215,5 milhões, de 2024, com R\$171,1 milhões, de 2023, principalmente, relacionadas pelo aumento nas despesas com serviços de terceiros e na despesa com perda estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD. Em despesas gerais e administrativas houve uma redução de 1,7%, tendo como fatores preponderantes a diminuição em despesas com pessoal, serviços de terceiros e arrendamentos e aluguéis.

Contudo, de forma consolidada, os fatores que contribuíram para a redução mencionada estão relacionados aos efeitos positivos no resultado no grupo de outras despesas e receitas operacionais, principalmente, por conta do aumento da receita de compartilhamento de infraestrutura, em 10,8%, da redução das provisões líquidas para contingências, em 60,8%, e no aumento do resultado positivo das equivalências patrimoniais nos investimentos em outras sociedades, em 15,7%.



## 9.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no período de janeiro a setembro de 2024 foi negativo em R\$187,4 milhões. No mesmo período de 2023, o resultado negativo era de R\$169,2 milhões.

Esse resultado é decorrente, na Celesc D, da redução das receitas financeiras sobre as aplicações financeiras e as atualizações dos ativos financeiros setoriais pela taxa Selic. Houve aumento nas despesas financeiras dos encargos das dívidas relacionados às debêntures.

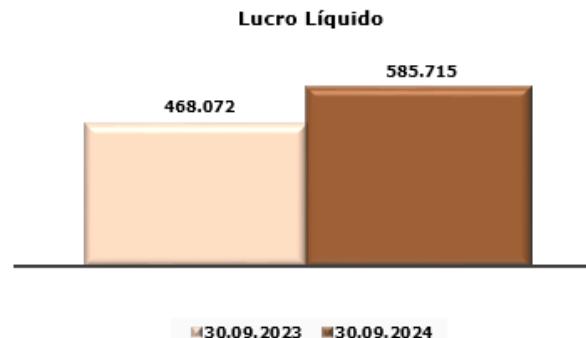
Na Celesc G, apesar de ser menor do que o registrado no período de janeiro a setembro de 2023, o resultado financeiro ainda é positivo, impactado pelo aumento da receita de aplicações financeiras e na redução dos encargos de dívidas das debêntures.



## 9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no período de janeiro a setembro de 2024, um Lucro Líquido de R\$585,7 milhões, representando um aumento de 25,1% se comparado ao mesmo período de 2023, cujo valor foi de R\$468,1 milhões.

## Comentário do Desempenho



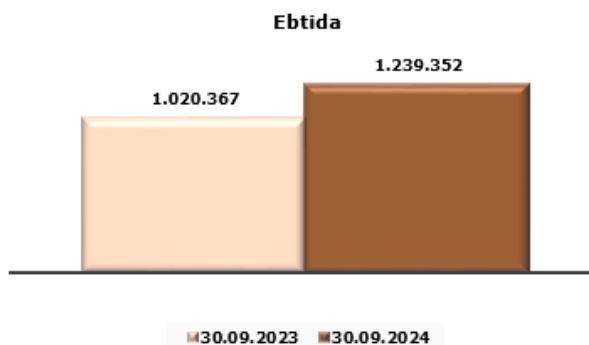
### 9.6. EBITDA

A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não podendo ser excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
<b>Conciliação do EBITDA (R\$/mil)</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>30.09.2023</b>
Lucro Líquido	585.715	468.072
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	212.085	150.218
Resultado Financeiro	187.366	169.184
Depreciação e Amortização	254.186	232.893
<b>EBITDA</b>	<b>1.239.352</b>	<b>1.020.367</b>

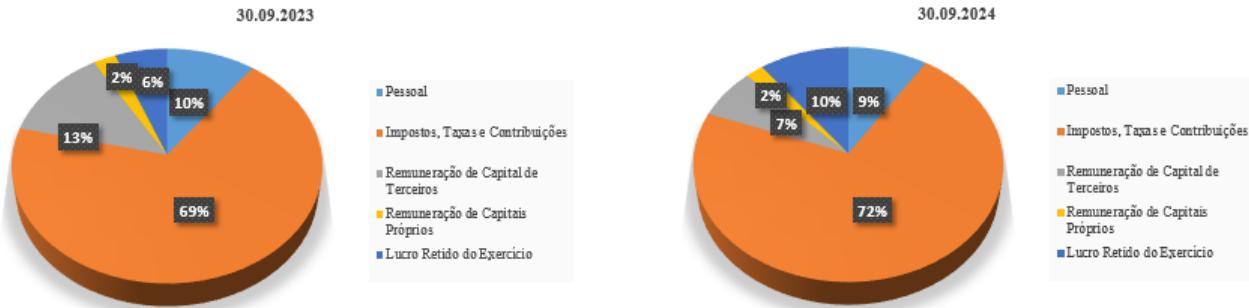
O EBITDA no período de janeiro a setembro de 2024 atingiu o valor de R\$1,24 bilhões, aproximadamente, 21,5% superior ao mesmo período de 2023, que foi de R\$1,02 bilhões.



### 9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes “Pessoal”, “Impostos, Taxas e Contribuições”, “Remuneração do Capital de Terceiros” e “Remuneração do Capital Próprio”, permanecendo uma parte como “Lucro Retido do Exercício”, nas seguintes proporções:

## Comentário do Desempenho



### 9.8. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

Índices	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Liquidez Geral	0,79	0,76
Liquidez Corrente	1,31	0,83
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	18,55%	15,42%
Endividamento Geral	74,91%	76,16%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 30 de setembro de 2024, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$ 1,01 bilhão, com um índice de 1,31.

Em 30 de junho de 2024, o CCL era negativo em R\$ 38,3 milhões. A melhoria no CCL no terceiro trimestre deve-se principalmente à captação de debêntures pela subsidiária Celesc D (NE 23.3) em 15 de julho, sendo R\$ 1,0 bilhão destinado à infraestrutura e R\$ 200,0 milhões ao reforço do caixa. No passivo circulante, houve a amortização total do crédito de PIS/COFINS referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, devolvido ao consumidor no RTA de 2023.

## 10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

A partir de 2024, a Celesc D decidiu adotar uma nova metodologia na medição da inadimplência, com o objetivo principal de aprimorar a precisão das análises e garantir uma melhor aderência à realidade operacional da empresa.

Anteriormente, até dezembro de 2023, a empresa utilizava como referência a comparação entre a inadimplência e a Receita Operacional Bruta (ROB) acumulada ao longo de 12 meses. No entanto, essa abordagem não capturava de forma precisa a realidade da inadimplência, o que fez a Companhia buscar por uma metodologia mais robusta e alinhada aos seus objetivos. Dessa forma, o novo critério para cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

**Indicador de Inadimplência até 90 dias:** Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

**Indicador de Inadimplência acima de 90 dias:** Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

**Indicador de Inadimplência Total:** Este indicador compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

## Comentário do Desempenho

### Inadimplência até 90 Dias

Classes	3T23		4T23		1T24		2T24		3T24		Variação 3T24
	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB							
Residencial	147.414	5,09%	163.481	4,93%	234.452	6,15%	276.873	7,92%	289.907	9,29%	+1,37 p.p
Industrial	26.306	0,91%	30.089	0,91%	35.454	0,93%	37.983	1,09%	52.200	1,67%	+0,58 p.p
Comercial	40.570	1,40%	48.897	1,47%	66.453	1,74%	99.691	2,85%	95.331	3,05%	+0,20 p.p
Rural	11.479	0,40%	16.098	0,49%	19.183	0,50%	24.295	0,70%	25.292	0,81%	+0,11 p.p
Poder Público	1.736	0,06%	5.218	0,16%	2.577	0,07%	25.045	0,72%	30.085	0,96%	+0,24 p.p
Iluminação Pública	4	0,00%	24	0,00%	18	0,00%	19.477	0,56%	34.362	1,10%	+0,54 p.p
Serviço Público	153	0,01%	92	0,00%	44	0,00%	16.423	0,47%	13.142	0,42%	-0,05 p.p
Suprimentos	1.186	0,04%	261	0,01%	29	0,00%	3.944	0,11%	85	0,00%	-0,11 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	3.530	0,12%	2.425	0,07%	3.437	0,09%	25.896	0,74%	138	0,00%	-0,74 p.p
Diversos Créditos	12.496	0,43%	8.788	0,26%	10.934	0,29%	11.243	0,32%	5.164	0,17%	-0,15 p.p
Serviço Taxado	1.073	0,04%	974	0,03%	1.009	0,03%	941	0,03%	13.462	0,43%	+0,40 p.p
Participação Financeira	1.238	0,04%	1.090	0,03%	4.465	0,12%	3.223	0,09%	28.833	0,92%	+0,83 p.p
<b>Total</b>	<b>247.185</b>	<b>8,54%</b>	<b>277.437</b>	<b>8,36%</b>	<b>378.055</b>	<b>9,92%</b>	<b>545.034</b>	<b>15,60%</b>	<b>588.001</b>	<b>18,84%</b>	<b>+3,24 p.p</b>
<b>ROB 1º ao 3º Mês</b>	<b>2.896.612</b>		<b>3.316.457</b>		<b>3.811.825</b>		<b>3.493.968</b>		<b>3.121.175</b>		
<b>R\$ Mil</b>											

### Inadimplência Acima de 90 Dias

Classes	3T23		4T23		1T24		2T24		3T24		Variação 3T24
	R\$ Mil	% ROB									
Residencial	237.078	0,41%	240.776	0,42%	244.518	0,42%	267.445	0,45%	333.352	0,56%	+0,11 p.p
Industrial	77.847	0,14%	78.757	0,14%	80.992	0,14%	83.613	0,14%	91.813	0,15%	+0,01 p.p
Comercial	122.080	0,21%	123.793	0,21%	126.623	0,22%	134.462	0,23%	170.521	0,28%	+0,05 p.p
Rural	12.529	0,02%	12.861	0,02%	12.935	0,02%	14.588	0,02%	20.127	0,03%	+0,01 p.p
Poder Público	268	0,00%	1.386	0,00%	5.406	0,01%	447	0,00%	8.926	0,01%	+0,01 p.p
Iluminação Pública	607	0,00%	284	0,00%	106	0,00%	5	0,00%	4.179	0,01%	+0,01 p.p
Serviço Público	20	0,00%	19	0,00%	21	0,00%	29	0,00%	2.497	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	35	0,00%	35	0,00%	35	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	1.436	0,00%	1.577	0,00%	1.600	0,00%	1.942	0,00%	4.733	0,01%	+0,01 p.p
Diversos Créditos	25.298	0,04%	25.783	0,04%	24.503	0,04%	26.109	0,04%	6.210	0,01%	-0,03 p.p
Serviço Taxado	4.138	0,01%	4.171	0,01%	4.255	0,01%	4.389	0,01%	31.371	0,05%	+0,04 p.p
Participação Financeira	2.239	0,00%	2.633	0,00%	2.825	0,00%	3.523	0,01%	11.247	0,02%	+0,01 p.p
<b>Total</b>	<b>483.575</b>	<b>0,83%</b>	<b>492.075</b>	<b>0,84%</b>	<b>503.819</b>	<b>0,86%</b>	<b>536.552</b>	<b>0,90%</b>	<b>684.976</b>	<b>1,14%</b>	<b>+0,23 p.p</b>
<b>ROB 4º ao 60º Mês</b>	<b>57.608.598</b>		<b>57.684.549</b>		<b>57.827.057</b>		<b>58.970.799</b>		<b>59.873.560</b>		
<b>R\$ Mil</b>											

### Inadimplência Total

Classes	3T23		4T23		1T24		2T24		3T24		Variação 3T24
	% ROB	R\$ Mil									
Residencial	384.492	0,64%	404.257	0,66%	478.970	0,78%	544.318	<b>0,87%</b>	623.259	0,99%	+0,12 p.p
Industrial	104.153	0,17%	108.846	0,18%	116.447	0,19%	121.596	<b>0,19%</b>	144.013	0,23%	+0,04 p.p
Comercial	162.650	0,27%	172.690	0,28%	193.076	0,31%	234.153	<b>0,37%</b>	265.852	0,42%	+0,05 p.p
Rural	24.009	0,04%	28.959	0,05%	32.118	0,05%	38.883	<b>0,06%</b>	45.420	0,07%	+0,01 p.p
Poder Público	2.004	0,00%	6.604	0,01%	7.983	0,01%	25.493	<b>0,04%</b>	39.011	0,06%	+0,02 p.p
Iluminação Pública	611	0,00%	307	0,00%	123	0,00%	19.482	<b>0,03%</b>	38.540	0,06%	+0,03 p.p
Serviço Público	173	0,00%	111	0,00%	65	0,00%	16.452	<b>0,03%</b>	15.639	0,02%	-0,01 p.p
Suprimentos	1.222	0,00%	297	0,00%	65	0,00%	3.944	<b>0,01%</b>	85	0,00%	-0,01 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	4.966	0,01%	4.003	0,01%	5.037	0,01%	27.837	<b>0,04%</b>	4.871	0,01%	-0,03 p.p
Diversos Créditos	37.795	0,06%	34.571	0,06%	35.436	0,06%	37.353	<b>0,06%</b>	11.374	0,02%	-0,04 p.p
Serviço Taxado	5.211	0,01%	5.145	0,01%	5.264	0,01%	5.330	<b>0,01%</b>	44.833	0,07%	+0,06 p.p
Participação Financeira	3.477	0,01%	3.722	0,01%	7.291	0,01%	6.746	<b>0,01%</b>	40.079	0,06%	+0,05 p.p
<b>Total</b>	<b>730.763</b>	<b>1,21%</b>	<b>769.512</b>	<b>1,27%</b>	<b>881.875</b>	<b>1,43%</b>	<b>1.081.587</b>	<b>1,72%</b>	<b>1.272.977</b>	<b>2,02%</b>	<b>+0,29 p.p</b>
<b>ROB 1º ao 60º Mês</b>	<b>60.505.210</b>		<b>61.001.006</b>		<b>61.638.882</b>		<b>62.464.767</b>		<b>62.994.735</b>		
<b>R\$ Mil</b>											

Entre os dias 28 de abril e 6 de maio, a Celesc D realizou a transição do seu sistema comercial. Esse novo sistema proporcionará uma gama de benefícios, oferecendo uma experiência mais ágil aos seus clientes.

Devido a implantação e a integração de novas tecnologias, o sistema vem enfrentando dificuldades técnicas, impactando em alguns processos operacionais. Contudo, há um plano bem estruturado de gestão e suporte técnico com estratégias adequadas, uma abordagem dinâmica e foco em soluções eficazes, com o qual a empresa vem superando esses desafios sem comprometer sua continuidade. A chave está em identificar os problemas rapidamente, implementar medidas corretivas e garantir que a empresa continue a operar de maneira eficiente e sustentável.

## Comentário do Desempenho

O aumento no saldo de Contas a Receber, o crescimento da inadimplência na faixa de 0 a 90 dias e o expressivo saldo na conta Arrecadação a Classificar são indicadores dessas inconsistências e requerem a adoção de medidas corretivas breves, mitigando riscos e garantindo a saúde financeira da empresa.

Diante disso, visando não prejudicar seus clientes e de forma proativa, a Administração optou por não realizar ações de cobrança, como negativação, protesto e suspensão de fornecimento de energia, até que o sistema esteja estável.

Entre os motivos que impactaram o aumento momentâneo da inadimplência, podemos citar:

- Inconsistências no processamento de arquivos bancários de arrecadação e de débito automático;
- Processamento parcial da arrecadação de faturas coletivas pagas (poder público, serviço público);
- Emissão parcial das faturas coletivas de grandes consumidores.
- Emissão de faturas com valores dos boletos divergentes.

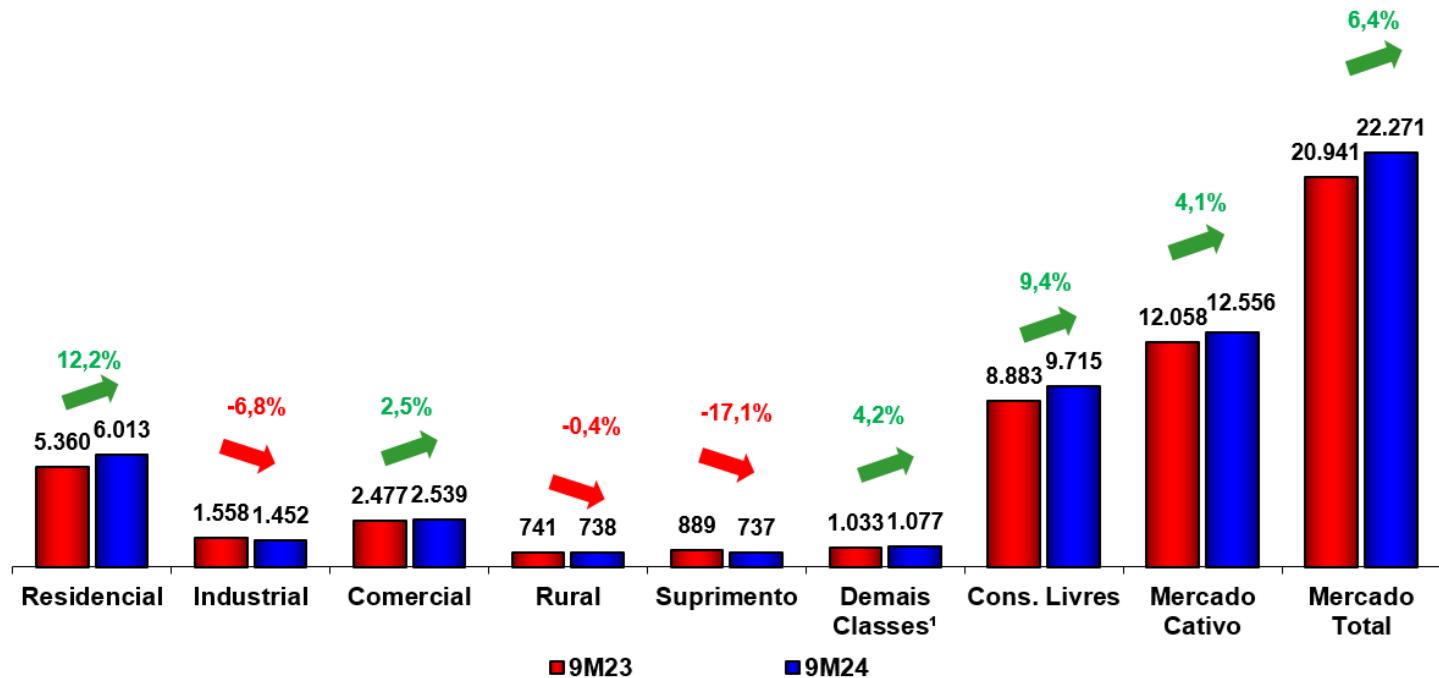
A Celesc está trabalhando para resolver essas questões e espera que a situação esteja regularizada até o final do ano.

## 11. BALANÇO ENERGÉTICO

O mercado cativo da Celesc D apresentou aumento de 4,1%, no período de janeiro a setembro de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 12.556 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo total de energia elétrica foi de 6,4%, atingindo 22.271 GWh.

O consumo livre na área de concessão da Celesc D aumentou em 9,4%, passando de 8.883 GWh para 9.715 GWh, comparando os nove meses de 2023 e 2024.

No gráfico, a seguir, podem ser observados os valores de consumo em GWh de cada classe no mercado cativo, como também do mercado total:



Demais Classes<sup>1</sup> = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

## Comentário do Desempenho

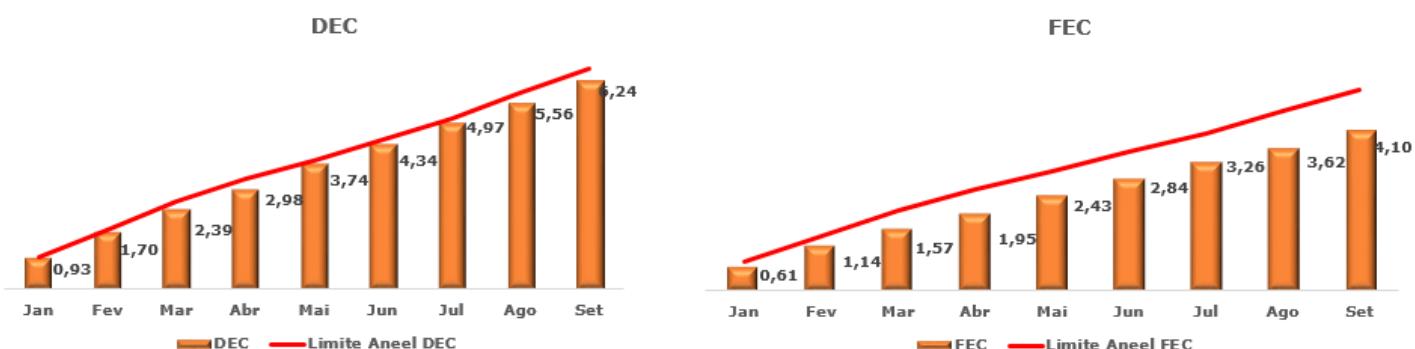
### 12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2024		2023		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum
					2024	2024	2023	2023	24-23	24-23
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil</b>										
Residencial	1.233.030	4.303.819	1.174.660	3.800.794	48,9%	49,7%	45,6%	46,6%	5,0%	13,2%
Industrial	354.484	1.075.232	376.683	1.121.244	14,1%	12,4%	14,6%	13,7%	-5,9%	-4,1%
Comercial	519.757	1.909.857	593.435	1.891.319	20,6%	22,1%	23,1%	23,2%	-12,4%	1,0%
Rural	161.917	535.450	153.961	503.795	6,4%	6,2%	6,0%	6,2%	5,2%	6,3%
Poder Público	75.321	273.747	85.424	258.033	3,0%	3,2%	3,3%	3,2%	-11,8%	6,1%
Iluminação Pública	68.804	184.884	58.454	174.612	2,7%	2,1%	2,3%	2,1%	17,7%	5,9%
Serviço Público	52.131	154.075	49.698	151.654	2,1%	1,8%	1,9%	1,9%	4,9%	1,6%
Suprimento	53.795	214.259	81.743	258.078	2,1%	2,5%	3,2%	3,2%	-34,2%	-17,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.519.239</b>	<b>8.651.323</b>	<b>2.574.058</b>	<b>8.159.529</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>6,0%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	1.685.030	6.013.466	1.542.735	5.360.095	46,6%	47,9%	43,4%	44,5%	9,2%	12,2%
Industrial	467.900	1.451.757	510.530	1.557.680	12,9%	11,6%	14,4%	12,9%	-8,4%	-6,8%
Comercial	681.213	2.539.453	685.149	2.477.238	18,8%	20,2%	19,3%	20,5%	-0,6%	2,5%
Rural	211.839	737.734	219.698	740.922	5,9%	5,9%	6,2%	6,1%	-3,6%	-0,4%
Poder Público	104.550	383.066	101.148	352.569	2,9%	3,1%	2,8%	2,9%	3,4%	8,6%
Iluminação Pública	167.031	456.154	149.470	443.356	4,6%	3,6%	4,2%	3,7%	11,7%	2,9%
Serviço Público	83.489	237.542	73.632	237.098	2,3%	1,9%	2,1%	2,0%	13,4%	0,2%
Suprimento	215.365	737.186	272.550	888.740	6,0%	5,9%	7,7%	7,4%	-21,0%	-17,1%
<b>TOTAL</b>	<b>3.616.417</b>	<b>12.556.358</b>	<b>3.554.912</b>	<b>12.057.698</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>1,7%</b>	<b>4,1%</b>

### 13. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no período de janeiro a setembro de 2024 foi de 6,24 horas, o que equivale a 94,3% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório. No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 4,10 interrupções, o que representou 79,6% do limite regulatório estabelecido.



### 14. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 77: "A Companhia, seus

## **Comentário do Desempenho**

acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sancões e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

## **15. AUDTORES INDEPENDENTES**

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de novembro de 2024.

A Administração

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO**

**Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Ativo</b>	<b>NE</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>353.097</b>	<b>343.407</b>	<b>4.226.284</b>	<b>3.409.987</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	56.967	56.671	1.336.850	906.196
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.128.721	1.952.160
Estoques	10	-	-	21.629	23.270
IRPJ e CSLL a Recuperar	11	57.275	61.925	261.520	94.572
Demais tributos a Recuperar	11	-	-	193.303	173.012
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	12.1	238.232	224.298	5.091	9.667
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	43.054	41.569
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	18.865	18.215
Outros	12.2	623	513	217.251	191.326
<b>Não Circulante</b>		<b>3.304.227</b>	<b>2.857.432</b>	<b>9.195.184</b>	<b>8.892.274</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>98.778</b>	<b>98.561</b>	<b>3.679.583</b>	<b>3.600.036</b>
Títulos e Valores Mobiliários		208	208	208	208
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	7.154	25.307
Tributos Diferidos	17	-	-	802.492	854.645
Tributos a Recuperar	11	-	-	391.907	473.524
Depósitos Judiciais	27	98.570	98.353	438.765	421.346
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	941.625	778.341
Ativo Financeiro Setorial	13.1	-	-	108.825	94.538
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	325.581	317.792
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	147.965	144.366
Ativo de Contrato	15	-	-	500.938	486.893
Outros	12.2	-	-	14.123	3.076
<b>Investimentos</b>	18	<b>3.202.135</b>	<b>2.755.000</b>	<b>420.228</b>	<b>388.828</b>
<b>Imobilizado</b>	19	<b>256</b>	<b>436</b>	<b>212.435</b>	<b>193.249</b>
<b>Intangível</b>	20	<b>3.058</b>	<b>3.435</b>	<b>4.882.938</b>	<b>4.710.161</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.657.324</b>	<b>3.200.839</b>	<b>13.421.468</b>	<b>12.302.261</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>NE</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Circulante</b>		<b>244.691</b>	<b>235.342</b>	<b>3.219.226</b>	<b>3.730.676</b>
Fornecedores	21	1.052	1.438	927.799	1.089.092
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	309.536	356.136
Debêntures	23	-	-	198.638	166.193
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	2.543	1.820	233.772	224.899
IRPJ e CSLL a Recolher	25	-	1.692	189.122	26.676
Demais Tributos a Recolher	25	9.410	17.460	248.198	280.071
Dividendos e JCP Declarados	30	229.626	211.329	229.626	211.329
Taxas Regulamentares	26	-	-	48.381	73.509
Passivo de Arrendamento	19	247	233	4.448	10.836
Benefícios a Empregados	28	-	-	178.416	272.597
Passivo Financeiro Setorial	13.1	-	-	506.289	903.863
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	29	-	-	-	7.596
Outros	12	1.813	1.370	145.001	107.879
<b>Não Circulante</b>		<b>29.654</b>	<b>32.930</b>	<b>6.819.263</b>	<b>5.639.018</b>
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	1.724.695	1.618.529
Debêntures	23	-	-	2.102.676	1.030.413
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24	-	-	12.146	27.899
Tributos Diferidos	17	-	-	104.699	98.092
Taxas Regulamentares	26	-	-	82.623	84.045
Tributos a Recolher	25	-	-	19.118	-
Passivo de Arrendamento	19	21	208	4.397	6.195
Provisão para Contingências	27	29.633	32.722	478.186	517.468
Benefícios a Empregados	28	-	-	1.925.327	1.923.225
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	29	-	-	365.396	333.152
Passivo Financeiro Setorial	13.1	-	-	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>30</b>	<b>3.382.979</b>	<b>2.932.567</b>	<b>3.382.979</b>	<b>2.932.567</b>
Capital Social	30.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	30.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	30.2	1.865.732	1.865.645	1.865.732	1.865.645
Ajuste de Avaliação Patrimonial	30.4	(1.415.064)	(1.414.647)	(1.415.064)	(1.414.647)
Lucros Acumulados		451.995	-	451.995	-
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	30.3	-	1.253	-	1.253
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.657.324</b>	<b>3.200.839</b>	<b>13.421.468</b>	<b>12.302.261</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Trimestre Atual		Acumulado do Período		Controladora (Reclassificado)	
		01.07.2024	01.01.2024	01.07.2023	01.01.2023	Atual	Período
		a	a	a	a	30.09.2024	30.09.2024
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	31	-	-	-	-	-	-
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	31	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro Bruto</b>		-	-	-	-	-	-
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>81.456</b>	<b>590.152</b>	<b>41.238</b>	<b>474.363</b>		
Despesas com Vendas	31	-	-	-	-	-	-
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Dúvida	31	-	-	-	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	31	(9.753)	(26.250)	(6.554)	(21.570)		
Outras Receitas	31	4.593	8.051	4.386	12.622		
Outras Despesas	31	(1.616)	(2.226)	(1.372)	(7.602)		
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	88.232	610.577	44.778	490.913		
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>81.456</b>	<b>590.152</b>	<b>41.238</b>	<b>474.363</b>		
<b>Resultado Financeiro</b>	31	<b>(5.351)</b>	<b>(5.355)</b>	<b>(5.676)</b>	<b>(5.768)</b>		
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>76.105</b>	<b>584.797</b>	<b>35.562</b>	<b>468.595</b>		
<b>IRPJ e CSLL</b>	17	<b>32</b>	<b>918</b>	<b>(523)</b>	<b>(523)</b>		
Corrente		32	-	(523)	(523)		
Diferido		-	918	-	-		
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>76.137</b>	<b>585.715</b>	<b>35.039</b>	<b>468.072</b>		
<b>Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R\$ por ação)</b>							
<b>Resultado Básico por Ação</b>	30						
Ações Ordinárias Nominativas		1,8626	14,3291	0,8572	11,451		
Ações Preferenciais Nominativas		2,0489	15,7620	0,9429	12,5961		
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	30						
Ações Ordinárias Nominativas		1,8626	14,3291	0,8572	11,451		
Ações Preferenciais Nominativas		2,0489	15,7620	0,9429	12,5961		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Trimestre Atual		Acumulado do Período		Consolidado (Reclassificado)	
		01.07.2024	01.01.2024	01.07.2023	01.01.2023		
		30.09.2024	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2023		
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	31	<b>2.626.662</b>	<b>7.846.682</b>	<b>2.552.558</b>	<b>7.683.305</b>		
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	31	<b>(2.276.733)</b>	<b>(6.434.658)</b>	<b>(2.283.203)</b>	<b>(6.445.761)</b>		
<b>Lucro Bruto</b>		<b>349.929</b>	<b>1.412.024</b>	<b>269.355</b>	<b>1.237.544</b>		
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(182.520)</b>	<b>(426.858)</b>	<b>(147.263)</b>	<b>(450.070)</b>		
Despesas com Vendas	31	(28.430)	(88.579)	(31.768)	(91.069)		
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Dúvida	31	(61.010)	(127.321)	(23.689)	(80.213)		
Despesas Gerais e Administrativas	31	(163.749)	(461.783)	(160.172)	(462.107)		
Outras Receitas	31	82.849	291.451	116.733	317.145		
Outras Despesas	31	(30.832)	(88.848)	(61.511)	(175.513)		
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	18.652	48.222	13.144	41.687		
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>167.409</b>	<b>985.166</b>	<b>122.092</b>	<b>787.474</b>		
<b>Resultado Financeiro</b>	31	<b>(82.190)</b>	<b>(187.366)</b>	<b>(96.092)</b>	<b>(169.184)</b>		
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>85.219</b>	<b>797.800</b>	<b>26.000</b>	<b>618.290</b>		
<b>IRPJ e CSLL</b>	17	<b>(9.082)</b>	<b>(212.085)</b>	<b>9.039</b>	<b>(150.218)</b>		
Corrente		(5.344)	(180.350)	(834)	(111.423)		
Diferido		(3.738)	(31.735)	9.873	(38.795)		
<b>Lucro Líquido do Período</b>		<b>76.137</b>	<b>585.715</b>	<b>35.039</b>	<b>468.072</b>		
<b>Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R\$ por ação)</b>							
<b>Resultado Básico por Ação</b>	30						
Ações Ordinárias Nominativas		1,8626	14,3291	0,8572	11,451		
Ações Preferenciais Nominativas		2,0489	15,7620	0,9429	12,5961		
<b>Resultado Diluído por Ação</b>	30						
Ações Ordinárias Nominativas		1,8626	14,3291	0,8572	11,451		
Ações Preferenciais Nominativas		2,0489	15,7620	0,9429	12,5961		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE			Controladora	
		Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
		01.07.2024	01.01.2024	01.07.2023	01.01.2023
<b>Lucro Líquido do Período</b>	30	<b>76.137</b>	<b>585.715</b>	<b>35.039</b>	<b>468.072</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA)</b> Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>76.137</b>	<b>585.715</b>	<b>35.039</b>	<b>468.072</b>

Descrição	NE			Consolidado	
		Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
		01.07.2024	01.01.2024	01.07.2023	01.01.2023
<b>Lucro Líquido do Período</b>	30	<b>76.137</b>	<b>585.715</b>	<b>35.039</b>	<b>468.072</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA)</b> Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Período</b>		<b>76.137</b>	<b>585.715</b>	<b>35.039</b>	<b>468.072</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
						Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>279.347</b>	<b>1.586.298</b>	<b>1.253</b>	<b>12.894</b>	<b>(1.290.280)</b>	<b>(137.261)</b>	-	<b>2.932.567</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>										
Juros Sobre Capital Próprio	30.3	-	-	-	-	-	-	-	(134.137)	<b>(134.137)</b>
Reversão de Dividendos e JSCP prescritos	-	-	-	-	87	-	-	-	-	<b>87</b>
Dividendos	30.3	-	-	-	-	(1.253)	-	-	-	<b>(1.253)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro Líquido do Período	32	-	-	-	-	-	-	-	585.715	<b>585.715</b>
Realização do Custo Atribuído	30.4	-	-	-	-	(417)	-	-	417	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2024</b>	<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>279.347</b>	<b>1.586.385</b>	-	<b>12.477</b>	<b>(1.290.280)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>451.995</b>	<b>3.382.979</b>

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
						Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>251.495</b>	<b>1.287.330</b>	<b>22.874</b>	<b>13.470</b>	<b>(1.035.048)</b>	<b>(137.261)</b>	-	<b>2.883.176</b>
<b>Transações de Capital com Acionistas</b>										
Juros sobre Capital Próprio	30.3	-	-	-	-	-	-	-	(140.894)	<b>(140.894)</b>
Dividendos	30.3	-	-	-	-	(22.874)	-	-	-	<b>(22.874)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro Líquido do Período	32	-	-	-	-	-	-	-	468.072	<b>468.072</b>
Realização do Custo Atribuído	30.4	-	-	-	-	(435)	-	-	435	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2023</b>	<b>2.480.000</b>	<b>316</b>	<b>251.495</b>	<b>1.287.330</b>	-	<b>13.035</b>	<b>(1.035.048)</b>	<b>(137.261)</b>	<b>327.613</b>	<b>3.187.480</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora (Reclassificado)		Consolidado (Reclassificado)	
		30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
<b>Lucro Líquido de Período</b>		<b>585.715</b>	<b>468.072</b>	<b>585.715</b>	<b>468.072</b>
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa (Aplicado nas) Gerado pelas atividades operacionais		(618.044)	(486.130)	923.865	802.055
Depreciação e Amortização	19	1.658	1.671	254.186	232.893
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	69.717	41.789
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência	18	(610.577)	(490.913)	(48.222)	(41.687)
Patrimonial, líquida de impostos					
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(19.373)	(15.606)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	1.843	1.025
Juros e Variações Monetárias		(2.642)	(640)	338.034	415.746
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências		(5.565)	3.229	(56.471)	(110.171)
Despesas Atuariais	28	-	-	106.076	107.229
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	160	822
Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamento Líquidos		-	-	(43)	(14)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Dúvida		-	-	127.321	80.213
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	31.1	-	-	(61.448)	(60.402)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		(918)	523	212.085	150.218
<b>(Aumento)/Redução nos Ativos</b>		<b>9.462</b>	<b>(14.753)</b>	<b>(419.068)</b>	<b>682.426</b>
Contas a Receber		-	-	(279.131)	(1.583)
Tributos a Recuperar		4.650	(11.721)	(105.622)	355.968
Depósitos Judiciais		4.922	(3.013)	3.535	(3.677)
Estoques		-	-	1.641	(7.224)
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	4.079	369.982
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		-	-	1.623	(4.007)
Outras Variações nos Ativos		(110)	(19)	(45.193)	(27.033)
<b>(Redução) nos Passivos</b>		<b>(19.291)</b>	<b>(34.608)</b>	<b>(574.682)</b>	<b>(1.121.215)</b>
Fornecedores		(386)	(331)	(161.293)	(40.569)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		723	422	(6.880)	(13.658)
Tributos a Recolher		(20.071)	(34.925)	161.757	(133.518)
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(368.015)	113.567
Taxas Regulamentares		-	-	(33.623)	(96)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	1.588	(848.172)
Benefícios a Empregados		-	-	(205.338)	(197.253)
Passivo Bônus Escassez Hídrica		-	-	7	(11)
Outras Variações no Passivo		443	226	37.115	(1.505)
Juros Pagos	23.7	(21)	(14)	(226.841)	(232.667)
IR e CSLL Pagos		(68)	(2.911)	(176.706)	(38.942)
<b>Fluxo de Caixa Líquido (Aplicado nas) Proveniente das Atividades Operacionais</b>		<b>(42.247)</b>	<b>(70.344)</b>	<b>112.283</b>	<b>559.729</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>					
Adições Ativo Imobilizado	19	-	-	(28.872)	(39.893)
Adições Ativo Intangível	20	-	-	-	(24)
Adições Ativo Contrato	15	-	-	(645.655)	(701.349)
Integralização de Capital	18.2	-	-	-	(152)
Dividendos e JCP Recebidos		148.407	146.924	20.297	28.882
<b>Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades de Investimento</b>		<b>148.407</b>	<b>146.924</b>	<b>(654.230)</b>	<b>(712.536)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	72.809	137.655
Ingresso de Debêntures	23	-	-	1.165.608	-
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	(33.561)	(2.694)
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(118.224)	(165.116)
Pagamento de JCP e Dividendos		(105.691)	(88.926)	(105.691)	(88.926)
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	(173)	(195)	(8.340)	(7.901)
<b>Caixa Líquido (Aplicado nas) Proveniente das Atividades de Financiamento</b>		<b>(105.864)</b>	<b>(89.121)</b>	<b>972.601</b>	<b>(126.982)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>296</b>	<b>(12.541)</b>	<b>430.654</b>	<b>(279.789)</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	8	<b>56.671</b>	<b>48.205</b>	<b>906.196</b>	<b>940.684</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	8	<b>56.967</b>	<b>35.664</b>	<b>1.336.850</b>	<b>660.895</b>
<b>Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>296</b>	<b>(12.541)</b>	<b>430.654</b>	<b>(279.789)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado (Reclassificado)	
		30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
<b>Receitas</b>	31	<b>16.718</b>	<b>17.127</b>	<b>12.424.728</b>	<b>11.908.021</b>
Vendas Brutas de Produtos e Serviços		-	-	11.558.996	10.979.621
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	674.527	741.266
Outras Receitas		16.718	17.127	318.526	267.347
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Dúvidosa - PECLD		-	-	(127.321)	(80.213)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	31	<b>(12.889)</b>	<b>(13.385)</b>	<b>(6.692.552)</b>	<b>(6.798.056)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(5.580.073)	(5.597.694)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(12.889)	(13.385)	(437.952)	(459.096)
Custos referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	(674.527)	(741.266)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>3.829</b>	<b>3.742</b>	<b>5.732.176</b>	<b>5.109.965</b>
Depreciação, Amortização		(1.658)	(1.671)	(254.347)	(233.715)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>		<b>2.171</b>	<b>2.071</b>	<b>5.477.829</b>	<b>4.876.250</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>		<b>624.531</b>	<b>506.285</b>	<b>331.073</b>	<b>613.070</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	18	610.577	490.913	48.222	41.687
Receitas Financeiras	31	12.639	12.710	281.215	568.376
Outras Receitas		1.315	2.662	1.636	3.007
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>626.702</b>	<b>508.356</b>	<b>5.808.902</b>	<b>5.489.320</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>	24	<b>(15.558)</b>	<b>(14.595)</b>	<b>(579.109)</b>	<b>(557.866)</b>
Remuneração Direta		(14.335)	(13.462)	(345.887)	(329.616)
Benefícios		(542)	(485)	(206.991)	(201.833)
FGTS		(681)	(648)	(26.231)	(26.417)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	25	<b>(20.959)</b>	<b>(19.749)</b>	<b>(4.188.957)</b>	<b>(3.764.354)</b>
Federais		(19.892)	(18.758)	(2.551.915)	(2.253.465)
Estaduais		-	-	(1.631.843)	(1.506.122)
Municipais		(1.067)	(991)	(5.199)	(4.767)
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	31	<b>(4.470)</b>	<b>(5.940)</b>	<b>(455.121)</b>	<b>(699.028)</b>
Juros		(4.460)	(5.917)	(449.144)	(692.553)
Aluguéis		(10)	(23)	(5.977)	(6.475)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	30	<b>(585.715)</b>	<b>(468.072)</b>	<b>(585.715)</b>	<b>(468.072)</b>
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(134.137)	(140.894)	(134.137)	(140.894)
Lucro Retido do Período		(451.578)	(327.178)	(451.578)	(327.178)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>(626.702)</b>	<b>(508.356)</b>	<b>(5.808.902)</b>	<b>(5.489.320)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

## Notas Explicativas

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o “Grupo”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973 e hoje tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, a transmissão e a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

## 2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

### 2.1. Subsidiárias Integrais

#### 2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato de Concessão nº 56 para a distribuição de energia elétrica, regulamentando a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com vigência até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc D, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005. Com o processo de desverticalização, em 2006, a atividade de distribuição foi transferida à Celesc D.

Em 9 de dezembro de 2015, em um processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045. Tanto o Contrato de Concessão quanto o 5º Termo Aditivo estão dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.457.991 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

#### 2.1.1.1. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela ANEEL.

## Notas Explicativas

### a) Prorrogação da Concessão

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão, e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR.
- Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DECi <sup>1</sup>	FECi <sup>1</sup>	DECi	FECi	
2021	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR <sup>2</sup> } <1/1,11*SELIC	10,33	8,06	9,6	6,5	Atendido
		<b>DEC <sup>3</sup></b>	<b>FEC <sup>3</sup></b>	<b>DEC</b>	<b>FEC</b>	
2022	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	10,18	7,99	8,73	6,03	Atendido
2023	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido

<sup>1</sup> DECi-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora: e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

<sup>2</sup> QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

<sup>3</sup>DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

### b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2024

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374/2024 e Nota Técnica nº 126/2024 - STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2024 até 21 de agosto de 2025.

## Notas Explicativas

No processo de Reajuste Tarifário, a ANEEL considera os custos associados a prestação do serviço, custos de transmissão de energia e os encargos setoriais. Esses itens do reajuste fazem parte da Parcada A, na qual a Companhia não tem gerência na gestão, apenas repassando os custos já incorridos e projetados pela Agência Reguladora. Já a Parcada B reflete o valor disponível para custear suas operações e realizar os investimentos necessários em sua rede de distribuição.

O RTA de 2024 da Celesc D conduz a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 3,02%, sendo de 0,75%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,19%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O efeito médio de 3,02% decorre:

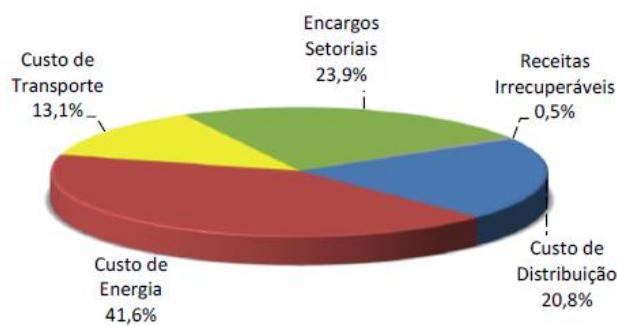
- (i) do reajuste dos itens de custos de Parcada A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET, para a formação da Receita Requerida;
- (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e
- (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Na composição da Receita Líquida a Parcada A (Custos não Gerenciáveis) participa com 79,20% e a Parcada B (Custo Gerenciável) com 20,8%.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens do reajuste tarifário.

<b>Participação no Reajuste Tarifário 2024 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.374/2024)</b>		
Parcada A	Encargos Setoriais	-1,21%
	Custos de Transmissão	-2,72%
	Compra de Energia	0,78%
	Receitas Irrecuperáveis	0,03%
	<b>Total Parcada A</b>	<b>-3,12%</b>
Parcada B	<b>Total Parcada B</b>	<b>0,55%</b>
<b>Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE</b>		<b>-2,57%</b>
Componentes Financeiros do Processo Atual		-1,07%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		6,66%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores</b>		<b>3,02%</b>

O gráfico a seguir demonstra a participação dos itens das Parcadas A e B na composição da nova Receita Anual da Celesc D.



## c) Bandeiras Tarifárias

O sistema de Bandeiras Tarifárias, implementado em 2015, permite ajustar dinamicamente o repasse dos custos adicionais da geração de energia aos consumidores. Antes, esses custos eram repassados apenas durante o reajuste tarifário anual ou nas revisões tarifárias periódicas/extrordinárias. O Governo acredita que a sinalização correta dos preços pode conscientizar a sociedade e os consumidores sobre a importância do uso racional de recursos naturais limitados e os impactos ambientais e econômicos do uso ineficiente da energia.

A bandeira verde foi acionada de janeiro a junho de 2024 devido às condições favoráveis de geração de energia, sem acréscimo na fatura de energia. Em julho, foi acionada a bandeira amarela, em agosto

## Notas Explicativas

voltou a bandeira verde e, em setembro, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada. Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB) repassados à Celesc D de janeiro a setembro de 2024 foram de R\$ 43,3 milhões. Os valores a serem repassados relativos a setembro serão divulgados pela Agência reguladora a partir de outubro de 2024.

Em 5 de março de 2024, a ANEEL aprovou o desfecho da Consulta Pública nº 26/2023 referente aos valores das Bandeiras Tarifárias para o ciclo 2023/2024. A decisão, naquele momento, foi tomada em razão do cenário hidrológico propício e da grande oferta de energia renovável no país, além da queda nos preços dos combustíveis fósseis no mercado internacional. A proposta de redução para a bandeira amarela foi de quase 37%, passando de R\$29,89/MWh para R\$18,85/MWh. Para a bandeira vermelha, patamar 1, a redução foi de 31,3%, de R\$65/MWh para R\$44,63/MWh, e para o patamar 2 foi de quase 20%, de R\$97,95/MWh para R\$78,77/MWh.

### d) Bônus de Itaipu

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.093 de 16 de agosto de 2022, aprovou o diferimento dos pagamentos das distribuidoras à ENBpar, referentes ao repasse da potência contratada de Itaipu, para fins de modicidade tarifária. Em 2021, o saldo da Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu foi positivo em R\$947,8 milhões, utilizado para modicidade tarifária em 2022.

A ANEEL rateou o saldo entre as concessionárias para redução tarifária e reforço de caixa. A Celesc D recebeu R\$239,5 milhões, resultando em uma atenuação tarifária de 2,47% no RTA de 2022. A recomposição dos valores à Conta de Comercialização de Itaipu, inicialmente prevista para 2024, foi antecipada para 2023 pela Celesc D.

No RTA de 2023, destacou-se a recomposição à Conta de Comercialização de Itaipu, com um valor de passivo financeiro setorial atualizado de R\$271,23 milhões. As quotas mensais foram definidas para os 12 meses subsequentes ao processo tarifário de agosto de 2023, concluídas em agosto de 2024.

### e) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e nº 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016 e assim obter o reconhecimento integral de exposições contratuais de energia como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreu em 22 de agosto de 2016. Em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2019, foi proferida sentença de mérito contrária ao pleito da Celesc D. Diante dessa decisão, restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, sendo que ainda se aguarda decisão de mérito dos desembargadores.

Junto à ANEEL, a Celesc D solicitou diferimento do valor (que seria deduzido de sua cobertura tarifária) em 5 processos tarifários, encerrando-se no reajuste tarifário anual de 2023.

Reitera-se que a discussão em âmbito judicial permanece em segunda instância.

### 2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570/2005, decorrente do processo de desverticalização do setor elétrico.

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

#### 2.1.2.1. Ambiente Regulatório da Celesc G

##### a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG 2024/2025

Em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2024/2025,

**Notas Explicativas**

nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$19,98 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

<b>Usinas</b>	<b>Receita Anual (R\$/mil) Ciclo 2024/2025</b>	<b>Receita Mensal (R\$/mil) Ciclo 2024/2025</b>
UHE Pery	28.643	2.387
UHE Garcia	13.512	1.126
UHE Bracinho	17.446	1.454
UHE Cedros	12.264	1.022
UHE Palmeiras	26.121	2.177
UHE Salto	8.884	740

**2.1.2.2. Parque Gerador da Celesc G**

Em 30 de setembro de 2024, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, dentre as quais, doze em operação comercial e uma em processo de reativação. Também possui, em operação comercial, cinco empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais seis empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 134,51MW, sendo 123,27MW referentes ao parque próprio, destes 115,27MW de fonte hídrica e 8MW de fonte solar, e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos. A central geradora hidrelétrica em processo de reativação agregará 1,00MW de potência instalada ao parque gerador próprio da Celesc G.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc G. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

Conforme estabelece o parágrafo 2º, art. 2º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a "Garantia Física" é a quantidade máxima de energia elétrica associada ao empreendimento, incluindo importação, que poderá ser utilizada para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

De acordo com a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Garantia Física de Cotas é a alocação de cotas de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, definida pela Aneel, conforme regulamento do poder concedente.

## Notas Explicativas

### a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física(MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054*	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	06/11/2053*	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	03/01/2053*	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053*	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053*	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	31/05/2039*	13,92	6,77	(***)
CGH Caveiras	Lages/SC	(**)	3,83	2,77	(***)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(**)	2,60	2,03	(***)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(**)	0,52	0,50	(***)
CGH Piraí	Joinville/SC	(**)	0,78	0,45	(***)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(**)	0,42	0,22	(***)
<b>Total</b>			<b>115,27</b>	<b>70,16</b>	

(\*) Usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico conforme REN ANEEL nº 895/2020 e receberam extensão de 7 anos ao prazo de concessão, exceto Celso Ramos que recebeu extensão 4,2 anos de concessão.

(\*\*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(\*\*\*) Não se aplica.

### b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
<b>Total</b>			<b>8,00</b>

### c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Partic. Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	04/06/2044	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,68	26,07%	0,78	0,44
CGH Belmonte (CRF)*	Belmonte/SC	(**)	3,60	1,84	26,07%	0,94	0,48
CGH Bandeirante (CRF)*	Bandeirante/SC	(**)	3,00	1,76	26,07%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	04/09/2045	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	17/07/2048	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
<b>Total</b>			<b>31,78</b>	<b>17,74</b>		<b>11,24</b>	<b>6,27</b>

(\*) O Complexo Energético Rio das Flores – CRF, é formado pelas CGHs Prata, Belmonte e Bandeirante.

(\*\*) Usinas com potência igual ou inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

### d) Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

O Plano de Negócio em Geração Distribuída, prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Os projetos que se encontram em implantação são listados abaixo:

UFV GD Remota	Localização	Potência Inst. (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
UFV Videira	Videira/SC	1,00	Out/2024	Em construção
UFV Capivari	Capivari de Baixo/SC	3,00	Jan/2025	Em construção
Novas UFVs	Oeste de Santa Catarina	2,00	Abr/2025	Em contratação
<b>Total</b>		<b>6,00</b>		

Todos os projetos estão contemplados dentro da janela regulatória prevista na Lei nº 14.300/2022, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras atuais

## Notas Explicativas

do sistema de compensação de energia até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

A UFV Capivari é o maior projeto da Celesc Geração. Até o trimestre anterior, havia a perspectiva de energização em novembro de 2024. Em que pese o fato da obra estar praticamente concluída, os trâmites para conexão da usina na rede da distribuidora ainda não foram concluídos devido à necessidade de implantação do bay de conexão na subestação Capivari de Baixo. Sendo assim, a Celesc G aguarda os encaminhamentos da distribuidora para, então, finalizar a obra. Neste sentido, a nova perspectiva de prazo de conclusão da UFV é janeiro de 2025.

Quanto aos empreendimentos hídricos, a tabela a seguir apresenta os projetos de ampliação/reativação das usinas próprias e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Empresa busca obter em média 50% de fator de capacidade total da usina após a ampliação/reativação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	2024	Em finalização
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	(**)	Aguardando Outorga MME
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	5,57	9,40	(**)	Solicitação de Outorga
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	10,60	19,00	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,50	25,10	(**)	Revisão de Projeto Básico
<b>Total</b>			<b>43,11</b>	<b>40,67</b>	<b>83,78</b>		

(\*) Usinas com potência inferior a 5 MW médios estão dispensadas do ato de concessão.

(\*\*) Depende de trâmites regulatórios, ambientais ou construtivos.

## e) Transmissão

A Celesc G possui participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, contabilizados na Companhia por meio da equivalência patrimonial.

A EDP Transmissão Aliança SC é uma parceria entre Celesc G (10%) e EDP Energias do Brasil (90%), formada a partir do êxito no Leilão de Transmissão nº 05/2016, realizado em abril de 2017, contendo cinco trechos de linhas de transmissão de 230 e 525kV e uma subestação 525/230kV, conforme quadro abaixo:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

A Receita Anual Permitida – RAP dessa concessão para o ciclo 2024/2025, a partir de 1º de junho de 2024, nos termos da Resolução Homologatória nº 3.348/2024, foi estabelecida no valor de R\$256,65 milhões.

### 2.1.2.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio de Fonte Hídrica

#### a) Ampliação da UHE Salto Weissbach

O projeto de ampliação da UHE Salto Weissbach está aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018. Aproveitando-se do mesmo reservatório, o projeto prevê a construção de um novo circuito de geração, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas novas unidades geradoras com potência de 11,5 MW cada, totalizando uma ampliação de 23,0 MW, que somada à potência das quatro unidades existentes na casa de força atual, resultará na potência total de 29,28 MW.

**Notas Explanatórias**

Ano	Ato Legal	Ação
05/2018	Despacho nº 1.117/2018	Despacho de Registro de Adequabilidade aos Estudos de Inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo.
06/2022	LAI nº 3.454/2022	Obtenção da Licença Ambiental de Instalação junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina.
05/2023	Portaria nº 12/2023	Obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Economia Verde – SEMAE, de Santa Catarina.
06/2023	Despacho nº 2.079/2023	Homologação, pela ANEEL, dos parâmetros para cálculo da revisão da garantia física, pela ANEEL e encaminhamento do processo à EPE – Empresa de Pesquisa Energética.
09/2023	S/N	Emissão, pela EPE, do Relatório de Avaliação Técnica e Econômica do Projeto de Ampliação e envio ao MME - Ministério de Minas e Energia.
01/2024	S/N	Análise, pelo MME, do Relatório emitido pela EPE e dos parâmetros calculados pela ANEEL referente à garantia física. Encaminhamento à ANEEL para definição da tarifa de ampliação.
05/2024	S/N	Conclusão do cálculo da tarifa de ampliação pela ANEEL. Dado não disponível. Encaminhamento ao MME para análise, visando emissão da Outorga de Autorização.

A usina opera no regime de cotas, então a energia decorrente da ampliação será integralmente destinada a esse regime. No momento, aguarda-se, da ANEEL, a divulgação da tarifa de ampliação, para posteriormente se obter a emissão da outorga pelo MME.

**b) Ampliação da CGH Caveiras**

O projeto de ampliação da CGH Caveiras se encontra em licenciamento ambiental. Sua concepção prevê a construção de nova casa de força e sistema adutor.

Ano	Ato Legal	Ação
2018	Despacho nº 3.005/2018	Conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.
09/2020	Despacho nº 2.752/2020	Aprovou a revisão dos Estudos de Inventário do rio Caveiras e garantiu à Celesc G o direito de preferência referente ao aproveitamento hidrelétrico.
12/2020	Despacho nº 3.592/2020	Conferiu à Celesc G o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização – DRI PCH.
04/2022	Despacho nº 1.102/2022	A ANEEL decidiu registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH da PCH Caveiras, com 9.400 kW de Potência Instalada.
09/2022	LAI nº 3571/2024	Emissão da Licença Ambiental de Instalação pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA de SC.

Com a emissão da Licença Ambiental de Instalação, a Companhia dará início às tratativas para viabilização da emissão da outorga de autorização junto à ANEEL.

**c) Ampliação da UHE Palmeiras**

No terceiro trimestre do ano, a Celesc G deu início à consolidação do Projeto Básico de Ampliação. Sua concepção prevê a construção de uma CGH (Central Geradora Hidrelétrica) com aproveitamento hidrelétrico na barragem Rio Bonito, que hoje tem a função de reservatório de acumulação da UHE Palmeiras. Sua potência projetada é de 0,5MW.

Após a conclusão da consolidação do Projeto Básico de Ampliação, serão encaminhadas as tratativas para autorizações regulatórias, ambientais e administrativas, visando a implantação do novo empreendimento.

## Notas Explicativas

### 2.2. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,86%

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

### 3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As Informações Contábeis Intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de novembro de 2024, conforme estabelece o item 17 da Resolução CVM nº 105/2022.

### 3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

### 3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas

## Notas Explicativas

seguintes notas explicativas:

- NE 4 – Base de consolidação: determinação se possui controle e influência significativa sobre uma investida;
- NE 6 – Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.
- NE 19 – Imobilizado: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 19.3 – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 – Ativo Intangível Indenizável: previsão da vida útil dos ativos;
- NE 27 – Contingências: as estimativas de risco.

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 6 – Instrumentos financeiros: previsão de fluxos de caixa;
- NE 9.2 – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE 13.1 – Ativos/Passivos Financeiros Setoriais: previsão de valores que serão inseridos nos processos de reajuste/revisão tarifária;
- NE 13.2 – Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga: previsão dos fluxos de caixa nos próximos ciclos pela Receita Anual de Geração – RAG;
- NE 14.1 – Ativo Financeiro Indenizável – Celesc D: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável ao final do contrato de concessão;
- NE 14.3 – Ativo Financeiro Indenizável – Celesc G: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos bens não totalmente depreciados no final dos contratos de concessão;
- NE 15 – Ativo de Contrato: alocação dos custos, as obrigações de performance e previsão de fluxos de caixa;
- NE 17.3 – Realização do IRPJ e CSLL Diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NE 19 – Imobilizado: taxa de depreciação;
- NE 19.3 – Prazo do arrendamento: taxas aplicadas e razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- NE 20 – Ativo Intangível: projeção dos fluxos de caixa;
- NE 27 – Contingências: desembolsos financeiros são determinados pela Administração, considerando, ainda, as jurisprudências e o conhecimento do corpo técnico interno e externo;
- NE 28 – Benefícios a Empregados – CPC 33: premissas atuariais, taxa de desconto e previsão de fluxos de caixa;
- NEs 9 e 31.1 – Receita Não Faturada – Celesc D: estimativa de consumo e da tarifa das classes;
- NE 29 – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores: previsão dos valores a serem restituídos nos processos tarifários, impacto nos fluxos de caixa e metodologia de atualização do passivo;
- NE 31.2 – Custos e Despesas Operacionais: previsão dos valores faturados pela CCEE.

## 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, publicada em 28 de março de 2024, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024.

### 4.1. Base de Mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; e imobilizado da Celesc G, que foi avaliado a valor justo (custo atribuído), na adoção inicial do CPC 27.

### 4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na

## Notas Explanativas

apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações contábeis.

Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

### 4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

O Grupo optou por utilizar o lucro líquido como ponto de partida para apresentar os fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. Este é o ponto de partida previsto no CPC 03/IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa, muito embora o exemplo disponibilizado no anexo à norma contábil seja iniciado com um valor diferente – “Lucro antes do imposto de renda e contribuição social”. Como o anexo é apenas ilustrativo, e, portanto, não tem o mesmo status que a norma contábil, consideramos mais apropriado seguir a norma.

	30.09.2023	Reclassificação*	30.09.2023 (Reclassificada)	Consolidado
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>618.290</b>	<b>(618.290)</b>	-	-
<b>Lucro Líquido do Período (i)</b>	<b>-</b>	<b>468.072</b>	<b>468.072</b>	<b>468.072</b>
<b>Ajustes para Conciliar o Resultado do Período com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais</b>	<b>651.837</b>	<b>150.218</b>	<b>802.055</b>	
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	150.218	150.218	
Depreciação e Amortização	232.893	-	232.893	
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	41.789	-	41.789	
Resultado da Equivalência Patrimonial	(41.687)	-	(41.687)	
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(15.606)	-	(15.606)	
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	1.025	-	1.025	
Juros e Variações Monetárias	415.746	-	415.746	
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	(110.171)	-	(110.171)	
Despesas Atuariais	107.229	-	107.229	
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	822	-	822	
Baixa Direito de Uso Arrendamentos Ativos e Passivos	(14)	-	(14)	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Dúvidosa	80.213	-	80.213	
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga	(60.402)	-	(60.402)	
<b>Aumento (Redução) nos Ativos</b>	<b>682.426</b>	<b>-</b>	<b>682.426</b>	
Contas a Receber	(1.583)	-	(1.583)	
Tributos a Recuperar	355.968	-	355.968	
Depósitos Judiciais	(3.677)	-	(3.677)	
Estoques	(7.224)	-	(7.224)	
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)	369.982	-	369.982	
Subsídio CDE (Decreto nº 7.892/2013)	(4.007)	-	(4.007)	
Outras Variações nos Ativos	(27.033)	-	(27.033)	
<b>Aumento (Redução) nos Passivos</b>	<b>(1.121.215)</b>	<b>-</b>	<b>(1.121.215)</b>	
Fornecedores	(40.569)	-	(40.569)	
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(13.658)	-	(13.658)	
Tributos a Recolher	(133.518)	-	(133.518)	
Passivos Financeiros	113.567	-	113.567	
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	(848.172)	-	(848.172)	
Taxas Regulamentares	(96)	-	(96)	
Benefícios a Empregados	(197.253)	-	(197.253)	
Passivo Bônus Escassez Hídrica	(11)	-	(11)	
Outras Variações no Passivo	(1.505)	-	(1.505)	
<b>Caixa Gerado pelas (Aplicados nas) Atividades Operações</b>	<b>831.338</b>	<b>-</b>	<b>831.338</b>	
Juros Pagos	(232.667)	-	(232.667)	
IR e CSLL Pagos	(38.942)	-	(38.942)	
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais</b>	<b>559.729</b>	<b>-</b>	<b>559.729</b>	
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>				
Adições Ativo Imobilizado/ Intangível/ Contrato	(741.266)	-	(741.266)	
Integralização/Redução de Capital	(152)	-	(152)	
Dividendos e JCP Recebidos	28.882	-	28.882	
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento</b>	<b>(712.536)</b>	<b>-</b>	<b>(712.536)</b>	
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(2.694)	-	(2.694)	
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	137.655	-	137.655	
Pagamento de Debêntures	(165.116)	-	(165.116)	
Pagamento de JCP e Dividendos	(88.926)	-	(88.926)	
Pagamento Passivo de Arrendamento	(7.901)	-	(7.901)	
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>(126.982)</b>	<b>-</b>	<b>(126.982)</b>	
<b>Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(279.789)</b>	<b>-</b>	<b>(279.789)</b>	
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	<b>940.684</b>	<b>-</b>	<b>940.684</b>	
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>660.895</b>	<b>-</b>	<b>660.895</b>	
<b>Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(279.789)</b>	<b>-</b>	<b>(279.789)</b>	

\* Não auditado

## Notas Explicativas

### 4.2.2. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Resultado do Período

Os valores reclassificados na DRE e DVA, são decorrentes da melhor aplicação do CPC 47 (R20)/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes, segregando os custos de infraestrutura da concessão dos custos gerais e administrativos, além disso, as obrigações especiais que representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, que não são passivos onerosos da Celesc D, portanto não fazem parte do custo de construção. Ressalta-se, que não afetou o resultado, considerando que tal valor representa igualmente a receita de construção.

Para fins de atendimento das exigências do CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as perdas estimadas de créditos foram segregadas das Despesas com Vendas, assim como as Outras Receitas e Outras Despesas foram apresentadas em linhas separadas.

Descrição	30.09.2023	Reclassificação*	Controladora
			30.09.2023 (Reclassificada)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	-	-
Receita de Construção	-	-	-
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	-	-	-
Custo de Construção	-	-	-
<b>Lucro Bruto</b>	-	-	-
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>474.363</b>	-	<b>474.363</b>
Despesas com Vendas	-	-	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(21.570)	-	(21.570)
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	5.020	(5.020)	-
Outras Receitas	-	12.622	12.622
Outras Despesas	-	(7.602)	(7.602)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência	490.913	-	490.913
Patrimonial, líquida de impostos	-	-	-
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>474.363</b>	-	<b>474.363</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(5.768)</b>	-	<b>(5.768)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>468.595</b>	-	<b>468.595</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(523)</b>	-	<b>(523)</b>
Corrente	(523)	-	(523)
Diferido	-	-	-
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>468.072</b>	-	<b>468.072</b>

Descrição	30.09.2023	Reclassificação*	Consolidado
			30.09.2023 (Reclassificada)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.813.312</b>	<b>(130.007)</b>	<b>7.683.305</b>
Receita de Construção	831.356	(130.007)	701.349
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>(6.575.768)</b>	<b>130.007</b>	<b>(6.445.761)</b>
Custo de Construção	(831.356)	130.007	(701.349)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.237.544</b>	-	<b>1.237.544</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(450.070)</b>	-	<b>(450.070)</b>
Despesas com Vendas	(171.282)	80.213	(91.069)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(80.213)	(80.213)
Despesas Gerais e Administrativas	(462.107)	-	(462.107)
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	141.632	(141.632)	-
Outras Receitas	-	317.145	317.145
Outras Despesas	-	(175.513)	(175.513)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência	41.687	-	41.687
Patrimonial, líquida de impostos	-	-	-
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>787.474</b>	-	<b>787.474</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(169.184)</b>	-	<b>(169.184)</b>
<b>Resultado Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>618.290</b>	-	<b>618.290</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(150.218)</b>	-	<b>(150.218)</b>
Corrente	(111.423)	-	(111.423)
Diferido	(38.795)	-	(38.795)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>468.072</b>	-	<b>468.072</b>

\* Não auditado.

### 4.2.3. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

Os valores reclassificados na DVA, são decorrentes da melhor aplicação do CPC 47 (R20)/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes, conforme descrito acima, e da aplicação do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base no pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as receitas, diferentemente dos critérios contábeis, também incluem valores que não transitam pela demonstração do resultado.

Na Celesc G, tem-se a receita de construção de ativos próprios. Esta receita considera os custos

## Notas Expositivas

relativos à construção destes ativos, incluindo os juros pagos ou creditados, que tenham sido incorporados aos valores dos ativos de infraestrutura da concessão, no montante de R\$39,92 milhões.

Descrição	30.09.2023	Consolidado	
		Reclassificação*	30.09.2023 (Reclassificada)
<b>Receitas</b>	<b>11.998.111</b>	<b>(90.090)</b>	<b>11.908.021</b>
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	10.979.621	-	10.979.621
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios	831.356	(90.090)	741.266
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(80.213)	-	(80.213)
Outras Receitas	267.347	-	267.347
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(6.888.146)</b>	<b>90.090</b>	<b>(6.798.056)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(5.597.694)	-	(5.597.694)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(459.096)	-	(459.096)
Custos referentes à Construção de Ativos Próprios	(831.356)	90.090	(741.266)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>5.109.965</b>	-	<b>5.109.965</b>
Depreciação, Amortização	(233.715)	-	(233.715)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>4.876.250</b>	-	<b>4.876.250</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>613.070</b>	-	<b>613.070</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	41.687	-	41.687
Receitas Financeiras	568.376	-	568.376
Outras Receitas	3.007	-	3.007
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>5.489.320</b>	-	<b>5.489.320</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>	<b>(557.866)</b>	-	<b>(557.866)</b>
Remuneração Direta	(329.616)	-	(329.616)
Benefícios	(201.833)	-	(201.833)
FGTS	(26.417)	-	(26.417)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(3.764.354)</b>	-	<b>(3.764.354)</b>
Federais	(2.253.465)	-	(2.253.465)
Estaduais	(1.506.122)	-	(1.506.122)
Municipais	(4.767)	-	(4.767)
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	<b>(699.028)</b>	-	<b>(699.028)</b>
Juros	(692.553)	-	(692.553)
Aluguéis	(6.475)	-	(6.475)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(468.072)</b>	-	<b>(468.072)</b>
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(140.894)	-	(140.894)
Lucro Retido do Período	(327.178)	-	(327.178)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>(5.489.320)</b>	-	<b>(5.489.320)</b>

\* Não auditado

### 4.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB e entraram em vigor no período de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IAS 1	CPC 26	Classificação dos passivos como circulante ou não circulante.	01/01/2024
IAS 1	CPC 26	Classificação dos passivos não circulantes com Covenants.	01/01/2024
IFRS 7	CPC 40	Novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores.	01/01/2024
IFRS 16	CPC 06	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback".	01/01/2024
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou Joint Venture.	Ainda não definida pelo IASB

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

**Notas Explicativas****5. GESTÃO DE RISCO**

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**5.1. Risco Financeiro****5.1.1. Risco de Crédito**

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros e compromete o planejamento econômico-financeiro previsto pela Administração.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>NE</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>30.09.2023</b>
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(42.791)	(34.413)
<b>Total</b>		<b>(42.791)</b>	<b>(34.413)</b>

<b>Descrição</b>	<b>NE</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	56.967	56.671	1.336.850	906.196
Contas a Receber de Clientes (b)	9	-	-	2.135.875	1.977.467
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	368.635	359.361
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	166.830	162.581
Títulos e Valores Mobiliários (e)		208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (f)	14	-	-	941.625	778.341
Ativo Financeiro Setorial (f)	13.1	-	-	108.825	94.538
<b>Total</b>		<b>57.175</b>	<b>56.879</b>	<b>5.058.848</b>	<b>4.278.692</b>

- a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem Rating AAA.
- b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. (NE 9.2)
- c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o resarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração - RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.
- d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor, atualizado, do resarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017, vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.
- e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.
- f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

## Notas Explicativas

### 5.1.2. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, submetidas à apreciação da Administração. Além disso, ocorre anualmente a aprovação do orçamento operacional e de capital para o próximo exercício pela Administração.

O Grupo, por meio de controle do fluxo de caixa, monitora os recursos a serem liquidados, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em liquidez imediata e a aderência à política de manter um nível de caixa mínimo.

O risco de liquidez, considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos fluxos de caixa contratados não descontados em 30 de setembro de 2024.

Descrição	Taxas % (i)	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado	
							Total	
Caixa e Equivalente de Caixa		1.336.850	-	-	-	-		<b>1.336.850</b>
Contas a Receber (Líquido de PECLD)		2.018.202	59.605	50.914	6.853	301		<b>2.135.875</b>
Depósitos Judiciais		-	-	-	438.765	-		<b>438.765</b>
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		49.470	-	-	-	-		<b>49.470</b>
Ativo Financeiro Setorial	SELIC	-	-	-	143.150	-		<b>143.150</b>
Ativo Financeiro – Bonificação Outorga	IPCA	3.779	7.464	32.366	146.195	241.293		<b>431.097</b>
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico da Usina Pery	IPCA	1.653	3.266	14.189	64.691	111.609		<b>195.408</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>3.409.954</b>	<b>70.335</b>	<b>97.469</b>	<b>799.654</b>	<b>353.203</b>		<b>4.730.615</b>
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	9.794	93.747	71.081	601.065	-		<b>775.687</b>
Entidade de Previdência Privada		21.950	21.180	95.310	508.317	1.360.722		<b>2.007.479</b>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		9.497	-	-	-	-		<b>9.497</b>
Eletrobras	5% a.a.	74	146	370	-	-		<b>590</b>
Debêntures – Celesc D	CDI + 0,95 a 2,6% a.a.	35.167	25.621	118.385	611.508	311.692		<b>1.102.373</b>
Debêntures – Celesc D	IPCA + 6,53 a 6,95% a.a.	17.159	-	-	161.734	1.863.546		<b>2.042.439</b>
Debêntures – Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	3.632	3.105	28.689	12.642		<b>48.068</b>
Fornecedores		646.926	280.706	167	-	-		<b>927.799</b>
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	42.384	85.155	395.657	-	-		<b>523.196</b>
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	22.773	22.844	-	-	-		<b>45.617</b>
BID	CDI + 0,71% a 1,88% a.a.	104.271	-	35.052	355.956	1.708.383		<b>2.203.662</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>909.995</b>	<b>533.031</b>	<b>719.127</b>	<b>2.267.269</b>	<b>5.256.985</b>		<b>9.686.407</b>

(i) Fontes <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

### 5.1.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, afetarão os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

As debêntures e os empréstimos (nacional e estrangeiro) captados pela Celesc D e as debêntures captados pela Celesc G, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2024, o Grupo possui risco de mercado associado ao CDI, IPCA e SELIC. Deve-se considerar ainda à oscilação da taxa de inflação, podendo ter um custo maior na realização das operações.

## Notas Explicativas

O risco de variação cambial, atrelado as alterações da moeda americana, relacionados aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo dos ativos/passivos setoriais.

### 5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamento e debêntures, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia estimou uma variação das taxas de juros de 9,50% e das taxas de inflação de 3,36% para os próximos 12 meses, num cenário provável. Considerou, também, um cenário possível, com outras estimativas, e o resultado dessa avaliação está demonstrado no quadro abaixo:

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
<b>CDI / Selic</b>				<b>9,50%</b>	<b>14,25%</b>
	Aplicações Financeiras	8	1.310.395	1.434.883	1.497.126
	Empréstimos	22	(2.033.649)	(2.226.846)	(2.323.444)
	Debêntures	23	(860.466)	(942.210)	(983.082)
	Passivo Financeiro Setorial	13.1	(397.464)	(544.048)	(562.927)
<b>Total</b>			<b>(1.981.184)</b>	<b>(2.278.221)</b>	<b>(2.372.327)</b>
<b>IPCA</b>				<b>3,36%</b>	<b>7,11%</b>
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	939.204	970.761	1.005.981
	Debêntures	23	(1.440.848)	(1.489.260)	(1.543.292)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	368.635	381.021	394.845
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	166.830	172.435	178.692
	Reserva Matemática a Amortizar	28	(45.406)	(46.932)	(48.634)
<b>Total</b>			<b>(11.585)</b>	<b>(11.975)</b>	<b>(12.408)</b>

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

### 5.2. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

## Notas Explanatórias

Descrição	NE nº	30.09.2024	Consolidado 31.12.2023
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	22	653.395	671.494
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	22	1.380.836	1.303.171
Debêntures	23	2.301.314	1.196.606
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(1.336.850)	(906.196)
<b>Dívida Líquida</b>		<b>2.998.695</b>	<b>2.265.075</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>3.382.979</b>	<b>2.932.567</b>
<b>Total do Capital</b>		<b>6.381.674</b>	<b>5.197.642</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira (%)</b>		<b>46,99%</b>	<b>43,58%</b>

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

### 6.1. Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita;
- Outras técnicas.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de setembro de 2024:

	NE	Nível	30.09.2024		Consolidado 31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros:</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			<b>941.625</b>	<b>941.625</b>	<b>778.341</b>	<b>778.341</b>
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (d)	14	3	939.204	939.204	775.920	775.920
Ativo Indenizatório (concessão de geração) (d)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
<b>Custo amortizado</b>			<b>4.166.485</b>	<b>4.166.485</b>	<b>3.551.236</b>	<b>3.551.236</b>
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		1.336.850	1.336.850	906.196	906.196
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			49.470	49.470	51.093	51.093
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.135.875	2.135.875	1.977.467	1.977.467
Ativo Financeiro Setorial (e)	13		108.825	108.825	94.538	94.538
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		368.635	368.635	359.361	359.361
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		166.830	166.830	162.581	162.581
<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>			<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>	<b>208</b>
Outros (c)		1	208	208	208	208
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>5.108.318</b>	<b>5.108.318</b>	<b>4.329.785</b>	<b>4.329.785</b>
<b>Passivos Financeiros:</b>						
<b>Custo amortizado</b>			<b>6.374.152</b>	<b>6.416.235</b>	<b>5.748.433</b>	<b>5.732.205</b>
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		506.289	506.289	903.863	903.863
PIS e Cofins a restituir para consumidores (e)	29		365.396	365.396	340.748	340.748
Fornecedores (e)	21		927.799	927.799	1.089.092	1.089.092
Empréstimos e financiamentos (b)	22		2.034.231	2.013.383	1.974.665	1.932.416
Debêntures (b)	23		2.301.314	2.364.245	1.196.606	1.222.627
Dividendos e JSCP (e)	12		229.626	229.626	211.329	211.329
Encargos Setoriais – CDE (e)	26		9.497	9.497	32.130	32.130
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>6.374.152</b>	<b>6.416.235</b>	<b>5.748.433</b>	<b>5.732.205</b>

## Notas Explicativas

### Apuração dos valores justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
- Para a conta Outros, os investimentos temporários são avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis.
- O valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil. A Celesc G aguarda a definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Contas a Receber de Clientes</b>		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	834.392	983.213
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	934.869	718.165
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	796.065	627.608
<b>Subtotal</b>	<b>2.565.326</b>	<b>2.328.986</b>
PECLD com clientes (NE 9.2)	(429.451)	(351.519)
<b>Total</b>	<b>2.135.875</b>	<b>1.977.467</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Recursos em Banco e em Caixa	28	6	26.455	115.183
Aplicações Financeiras	56.939	56.665	1.310.395	791.013
<b>Total</b>	<b>56.967</b>	<b>56.671</b>	<b>1.336.850</b>	<b>906.196</b>

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos. Em 2023, os títulos também eram CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do CDI.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### 9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

## Notas Explicativas

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Descrição	Vencendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				30.09.2024
<b>Consumidores (i)</b>	<b>662.245</b>	<b>540.319</b>	<b>632.785</b>	<b>1.835.349</b>
Residencial	357.154	289.907	333.352	980.413
Industrial	69.444	52.200	93.183	214.827
Comércio	127.110	95.331	170.521	392.962
Rural	42.327	25.292	20.127	87.746
Poder Público	33.680	30.085	8.926	72.691
Iluminação Pública	16.178	34.362	4.179	54.719
Serviço Público	16.352	13.142	2.497	31.991
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>155.709</b>	<b>34.323</b>	<b>54.550</b>	<b>244.582</b>
Concessionárias e Permissionárias	234.072	28.918	11.248	274.238
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	-	-	-	-
Outros Créditos (iii)	7.732	5.405	43.302	56.439
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(86.095)	-	-	(86.095)
<b>Total</b>	<b>817.954</b>	<b>574.642</b>	<b>687.335</b>	<b>2.079.931</b>
Receita Não Faturada	485.395	-	-	485.395
PECLD com Clientes	(7.679)	(12.994)	(408.778)	(429.451)
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>1.295.670</b>	<b>561.648</b>	<b>278.557</b>	<b>2.135.875</b>
<b>Circulante</b>				<b>2.128.721</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>7.154</b>

Descrição	Vencendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2023
<b>Consumidores (i)</b>	<b>760.343</b>	<b>263.898</b>	<b>459.245</b>	<b>1.483.486</b>
Residencial	385.461	163.481	240.776	789.718
Industrial	83.756	30.089	80.127	193.972
Comércio	159.743	48.897	123.793	332.433
Rural	53.162	16.098	12.861	82.121
Poder Público	44.658	5.218	1.386	51.262
Iluminação Pública	17.294	23	283	17.600
Serviço Público	16.269	92	19	16.380
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>226.724</b>	<b>13.448</b>	<b>37.400</b>	<b>277.572</b>
Concessionárias e Permissionárias	232.398	3.070	1.613	237.081
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	152	-	-	152
Outros Créditos (iii)	27.954	10.378	35.787	74.119
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(33.780)	-	-	(33.780)
<b>Total</b>	<b>987.067</b>	<b>277.346</b>	<b>496.645</b>	<b>1.761.058</b>
Receita Não Faturada	567.928	-	-	567.928
PECLD com Clientes	(8.414)	(6.989)	(336.116)	(351.519)
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>	<b>1.546.581</b>	<b>270.357</b>	<b>160.529</b>	<b>1.977.467</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.952.160</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>25.307</b>

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juro de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) O aumento no saldo na conta Arrecadação a Classificar é indicativo das inconsistências no processamento parcial da arrecadação de algumas faturas, decorrentes da transição para o novo sistema comercial.

## 9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Na Celesc D as perdas de crédito esperadas são determinadas por aplicar uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

## Notas Explicativas

A composição do saldo da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Residencial	204.901	166.340
Industrial	85.505	75.914
Comércio, Serviços e Outras	93.869	73.810
Rural	6.998	5.542
Poder Público	626	222
Iluminação Pública	659	284
Serviço Público	1.197	19
Concessionárias e Permissionárias	199	195
Consumidores Livres	5.950	2.365
Outros	29.547	26.828
<b>Total Circulante</b>	<b>429.451</b>	<b>351.519</b>

Na controlada Celesc G, a inadimplência é de R\$1,37 milhões é decorrente de um cliente da classe industrial que se encontra em recuperação judicial, este valor está totalmente lançado em perdas estimadas. A Celesc G mantém a ação judicial para cobrança.

A seguir a demonstração da movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

Descrição	Consolidado	
	Total	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>		<b>351.519</b>
Provisão/Reversão Constituída no Período		120.723
Perda efetiva de contas a receber (NE 5.1)		(42.791)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>		<b>429.451</b>

A Celesc D, utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas ao longo dos próximos doze meses, tendo sido atualizada no mês de dezembro de 2023. As perdas de crédito esperadas consideram sua experiência histórica, ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

Para elaboração da matriz de inadimplência foi utilizado relatório extraído e enviado mensalmente para a ANEEL com os valores faturados e não recebidos. O objetivo do relatório é demonstrar os valores não recebidos (vencidos e vincendos) de cada faturamento até a data competência escolhida e definir o ponto de estabilização da curva de envelhecimento da fatura, o *Aging*.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo, aplicados no reconhecimento da Celesc D:

Saldo de Recebíveis	Concessio-	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder	Iluminação	Serviço
Aging / Meses	nárias e							
A vencer	233.823	357.154	69.444	127.110	42.327	33.680	16.178	16.352
Vencidos 0 a 3 meses	28.918	289.907	52.200	95.331	25.292	30.085	34.362	13.142
Vencidos 3 a 6 meses	9.306	80.750	12.516	40.070	7.056	8.491	4.173	2.472
Vencidos 6 a 12 meses	367	48.597	11.596	18.975	3.104	238	1	11
Vencidos 12 a 18 meses	214	36.395	7.996	15.739	2.767	12	1	2
Vencidos 18 a 24 meses	88	30.824	9.471	16.507	1.608	2	-	2
Vencidos 24 a 36 meses	92	58.879	10.509	29.523	2.987	15	-	10
Vencidos 36 a 48 meses	406	44.170	23.227	26.350	1.461	118	-	-
Vencidos 48 a 60 meses	774	27.932	9.007	15.277	1.048	6	-	-
Vencidos há + 60 meses	-	5.805	7.491	8.080	96	44	4	-
<b>Total</b>	<b>273.988</b>	<b>980.413</b>	<b>213.457</b>	<b>392.962</b>	<b>87.746</b>	<b>72.691</b>	<b>54.719</b>	<b>31.991</b>

## Notas Explicativas

Expectativa de Perda Aging / Meses	Poder Público						Iluminação Pública	Serviço Público
	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural			
A vencer	0,55%	0,73%	0,39%	0,57%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%
Vencidos 0 a 3 meses	2,76%	2,37%	3,45%	3,17%	0,94%	0,11%	0,07%	0,32%
Vencidos 3 a 6 meses	26,02%	22,05%	54,01%	26,57%	7,53%	4,71%	15,06%	45,78%
Vencidos 6 a 12 meses	45,75%	39,96%	76,32%	37,49%	18,46%	12,08%	100,00%	71,62%
Vencidos 12 a 18 meses	60,54%	54,79%	91,37%	46,53%	34,64%	18,03%	100,00%	86,98%
Vencidos 18 a 24 meses	70,42%	68,75%	96,42%	52,89%	45,54%	46,42%	100,00%	86,98%
Vencidos 24 a 36 meses	76,72%	77,56%	96,51%	57,81%	58,80%	56,74%	100,00%	90,11%
Vencidos 36 a 48 meses	84,98%	86,20%	99,62%	68,92%	73,83%	85,34%	100,00%	90,11%
Vencidos 48 a 60 meses	90,61%	92,64%	99,89%	81,63%	87,12%	100,00%	100,00%	90,11%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

## 10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia.

Descrição	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
Almoxarifado Distribuição	21.558	23.202
Almoxarifado Geração	68	68
Outros	3	-
<b>Total</b>	<b>21.629</b>	<b>23.270</b>

## 11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras além do IRRF incidente sobre os JCP creditados por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas os saldos são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, crédito de IRPJ referente a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem de incentivos fiscais), aplicações financeiras e o recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante os nove meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL a compensar	57.275	61.925	261.520	94.572
<b>Total</b>	<b>57.275</b>	<b>61.925</b>	<b>261.520</b>	<b>94.572</b>

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	509.883	584.061
ICMS	-	-	53.632	61.482
PIS/COFINS (i)	-	-	20.959	-
Outros	-	-	736	993
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>585.210</b>	<b>646.536</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>193.303</b>	<b>173.012</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>391.907</b>	<b>473.524</b>

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS é decorrente de revisão nos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, no exercício de 2023.

## Notas Explicativas

### 11.1. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação

Descrição	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	-	<b>584.061</b>
Atualização financeira	-	32.472
Baixa por utilização do crédito	-	(106.651)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	-	<b>509.882</b>
<b>Circulante</b>	-	<b>142.201</b>
<b>Não Circulante</b>	-	<b>367.681</b>

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D classificou para o ativo circulante o crédito de PIS/COFINS com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

## 12. DIVIDENDOS/JCP A RECEBER E OUTROS

### 12.1. Dividendos e JCP a Receber

Descrição	30.09.2024	31.12.2023	Controladora	Consolidado
			30.09.2024	31.12.2023
Dividendos Xavantina	-	-	178	-
Dividendos SCGÁS	-	1.367	-	1.367
Dividendos ECTE	-	3.123	-	3.123
Dividendos DFESA	-	514	-	514
JCP Celesc G	21.808	43.616	-	-
JCP Celesc D	215.024	174.528	-	-
JCP SCGÁS	1.400	1.150	1.400	1.150
JCP EDP Transmissão Aliança	-	-	3.513	3.513
<b>Total Circulante</b>	<b>238.232</b>	<b>224.298</b>	<b>5.091</b>	<b>9.667</b>

## Notas Explicativas

### 12.2. Outros Ativos e Passivos – Circulantes e Não Circulantes

#### 12.2.1 Outros Ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	49.470	51.093
ICMS ST (i)	-	-	52.592	37.537
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	43.091	44.301
Adiantamento Proinfa (iii)	-	-	23.101	24.873
Diferença Reembolso CDE	-	-	6.738	-
Programa Baixa Renda	-	-	6.551	6.645
Despesas Pagas Antecipadamente (iv)	545	442	2.480	3.114
Conta Bandeiras	-	-	5.752	3.684
Destinado a Alienação	-	-	4.455	3.075
Pessoal a Disposição	-	-	786	794
Adiantamentos Diversos (v)	78	71	20.895	7.795
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Taxas Regulamentares a Compensar	-	-	-	8.156
Alienação de Bens e Direitos	-	-	10.402	-
Outros Créditos (vi)	-	-	3.923	2.197
<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>513</b>	<b>231.374</b>	<b>194.402</b>
<b>Circulante</b>	<b>623</b>	<b>513</b>	<b>217.251</b>	<b>191.326</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.123</b>	<b>3.076</b>

#### (i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

#### (ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

#### (iii) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

#### (iv) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$500 mil.

#### (v) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$578,6 mil), de 13º salário (R\$11,6 milhões), férias (R\$1,6 milhões) e vale-alimentação (R\$6,5 milhões).

#### (vi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

## Notas Explicativas

### 12.2.2. Outros Passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
Empregados à Disposição	831	830	-	-
Partes Relacionadas/Celos	85	-	11.360	33
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	-	5.846
Cosip	-	-	57.287	42.053
Contrato Convênios	-	-	10.417	13.200
Diferença Subsídio CDE	-	-	2.844	3.283
Obrigações com Empregados	-	-	78	634
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	17.612	8.616
Bônus Itaipu	-	-	130	133
Créditos a Pagar ao Consumidor	-	-	14.541	5.553
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	6.870	5.264
Penalidade DIC/FIC	-	-	796	1.838
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.153	1.146
Acionistas	205	205	205	205
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	587	120	587	120
Pagamento Despesas Judiciais	-	14	-	14
Seguro a Pagar	-	-	1.565	404
Cauções em Garantia	103	201	182	277
Outros	2	-	19.374	19.260
<b>Total Circulante</b>	<b>1.813</b>	<b>1.370</b>	<b>145.001</b>	<b>107.879</b>

## 13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

### 13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Descrição	31.12.2023	Apro- priação	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rência	Consolidado				
						30.09.2024	Amortização (i)	Saldo em Constituição (ii)	Saldo em Circulante	Não circulante
<b>Ativo Financeiro Setorial</b>	<b>569.899</b>	<b>179.384 (201.396)</b>	<b>19.146</b>	<b>46.712</b>	<b>613.745</b>	<b>384.542</b>	<b>229.203</b>	<b>408.735</b>	<b>205.010</b>	
Aquisição de Energia	229.668	(102.119)	(17.725)	(4.436)	10.216	115.604	-	115.604	12.203	103.401
Transporte Rede Básica (a)	199.340	60.233	(112.921)	13.000	-	159.652	149.272	10.380	150.367	9.285
Transporte de Energia	24.167	5.918	(13.618)	1.591	-	18.058	18.058	-	18.058	-
ESS	52.214	94.533	(28.476)	6.403	-	124.674	74.505	50.169	79.800	44.874
CDE	3.374	77.484	(9.169)	2.122	-	73.811	73.811	-	73.811	-
Neutralidade Parcela A	18.115	34.222	-	434	-	52.771	-	52.771	5.570	47.201
Sobrecontratação de Energia	41.034	8.015	(14.261)	(36)	-	34.752	34.752	-	34.752	-
Crédito de PIS/COFINS	-	-	(3.852)	-	36.496	32.644	32.644	-	32.644	-
Outros	1.987	1.098	(1.374)	68	-	1.779	1.500	279	1.530	249
<b>Passivo Financeiro Setorial</b>	<b>(1.379.224)</b>	<b>(731.013)</b>	<b>1.227.628 (52.280)</b>	<b>(76.320)</b>	<b>(1.011.209)</b>	<b>(887.656)</b>	<b>(123.553)</b>	<b>(915.024)</b>	<b>(96.185)</b>	
Aquisição de Energia	-	-	11.951	4.567	(107.969)	(91.451)	(91.451)	-	(91.451)	-
Custo Energia de Itaipu (b)	(195.985)	(52.460)	169.946	(16.062)	(10.216)	(104.777)	(94.561)	(10.216)	(95.639)	(9.138)
Proinfa	(20.890)	(11.343)	23.455	(1.778)	-	(10.556)	(10.556)	-	(10.556)	-
Transporte de Energia	-	(2.250)	-	(43)	-	(2.293)	-	(2.293)	(242)	(2.051)
CDE	(9.228)	(14.382)	9.781	(553)	-	(14.382)	-	(14.382)	(1.518)	(12.864)
Neutralidade Parcela A (c)	(54.160)	(197.467)	76.054	(9.955)	-	(185.528)	(185.528)	-	(185.528)	-
Sobrecontratação de Energia	(56.241)	(100.147)	56.241	(7.822)	107.969	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias (d)	(589.070)	(42.861)	558.840	(1.675)	-	(74.766)	(62.000)	(12.766)	(62.495)	(12.271)
Bandeiras Tarifárias	(174)	(16.797)	-	-	-	(16.971)	-	(16.971)	(16.971)	-
Risco Hidrológico (e)	(406.468)	(287.990)	277.011	(12.792)	-	(430.239)	(374.335)	(55.904)	(380.236)	(50.003)
CDE Modicidade Eletrobras	(31.876)	-	35.845	(3.097)	(60.045)	(59.173)	(55.506)	(3.667)	(55.893)	(3.280)
Outros	(15.132)	(5.316)	8.504	(3.070)	(6.059)	(21.073)	(13.719)	(7.354)	(14.495)	(6.578)
<b>Saldo Ativos/ (Passivos)</b>	<b>(809.325)</b>	<b>(551.629)</b>	<b>1.026.232 (33.134)</b>	<b>(29.608)</b>	<b>(397.464)</b>	<b>(503.114)</b>	<b>105.650 (506.289)</b>	<b>108.825</b>		

O saldo do ativo financeiro setorial em constituição é em função da cobertura tarifária não estar aderente em relação aos custos incorridos, ou seja, uma cobertura tarifária insuficiente para cobrir todos os custos gerando um valor a ser recebido no RTA de 2025.

- (i) Saldo em amortização – corresponde a amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2024.
- (ii) Saldo em constituição – corresponde a constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2025:
  - a) Transporte Rede Básica: A constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com

## Notas Explicativas

as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.

- b) Custos de Aquisição de Energia – O montante expressivo da CVA energia se deve ao aumento das contas relacionadas a energia dentro do Sumário 001. Principalmente as contas que refletem os efeitos das usinas, provocados pela escassez de energia hídrica no SIN.
- c) Custo da energia de Itaipu: reflete a variação da conta em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix.
- d) Neutralidade da Parcela A: A Conta captura a variação entre os valores faturados e os valores determinados como cobertura para a Parcela A da Celesc, ou seja, os custos não gerenciáveis. O valor expressivo foi provocado pelo faturamento abaixo do esperado no mês de setembro.
- e) Encargos de Serviços de Sistema – A conta encargos foi pressionada pelos custos relacionados a escassez de energia hidráulica.
- f) Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em constituição, referem-se a reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas.

Com a operacionalização da Medida Provisória nº 1.212/2024, que trata da antecipação dos recebíveis da Eletrobras para quitação integral antecipada das contas Covid e Escassez Hídrica, o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE teve uma redução de pagamentos no montante de R\$16,8 milhões mensais, a partir de setembro de 2024. Essa redução está sendo capturada pela Parcela A e será aplicada no próximo reajuste tarifário.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
CVA 2023 – Período de 22.08.2022 a 21.08.2023	-	(45.295)
CVA 2024 – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	119.078	327.955
CVA 2025 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	149.262	-
<b>Total – CVA</b>	<b>268.340</b>	<b>282.660</b>
Outros Itens – Período de 22.08.2022 a 21.08.2023	-	(919.178)
Outros Itens – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	(622.192)	(172.807)
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(43.612)	-
<b>Total – Outros Itens – CVA</b>	<b>(665.804)</b>	<b>(1.091.985)</b>
<b>Total</b>	<b>(397.464)</b>	<b>(809.325)</b>

### 13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será resarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

	Consolidado						
	Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>52.350</b>	<b>75.332</b>	<b>57.429</b>	<b>34.873</b>	<b>139.377</b>	<b>359.361</b>	
Atualização Monetária	1.644	2.366	1.806	1.091	4.394	11.301	
Juros	4.718	6.885	5.074	3.575	11.067	31.319	
Amortização	(5.019)	(7.247)	(5.378)	(3.689)	(12.013)	(33.346)	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>53.693</b>	<b>77.336</b>	<b>58.931</b>	<b>35.850</b>	<b>142.825</b>	<b>368.635</b>	
<b>Circulante</b>						<b>43.054</b>	
<b>Não Circulante</b>						<b>325.581</b>	

A amortização do ativo financeiro Bonificação de Outorga ocorre em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica.

## Notas Explicativas

### 14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia</b>	<b>939.204</b>	<b>775.920</b>
Em Serviço	939.204	775.920
<b>Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia</b>	<b>169.251</b>	<b>165.002</b>
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	166.830	162.581
<b>Total</b>	<b>1.108.455</b>	<b>940.922</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.865</b>	<b>18.215</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.089.590</b>	<b>922.707</b>

#### 14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

Descrição	Consolidado	
	Total	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>		<b>775.920</b>
(+) Transferência de Ativo de Contrato	145.699	
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão	19.373	
(-) Resgate	(1.788)	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>		<b>939.204</b>
(i) IPCA		

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

#### 14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596/2013, definiu os detalhes das regras de indenização do valor residual dos ativos vinculados às concessões. A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Conforme a REN nº 942/2021, a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 (um) ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido. Vale destacar que a ANEEL solicitou, em 2023, o envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização.

Os saldos dos ativos financeiros requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

## Notas Explanatórias

Usinas	30.09.2024	Consolidado 31.12.2023
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>

### 14.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017. Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativo a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 30 de setembro de 2024, o saldo atualizado é de R\$166,8 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2024/2025, R\$19,9 milhões se referem à indenização.

Descrição	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>Usina Pery</b>
Atualização Monetária	162.581
Juros	5.122
Amortização	13.706
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>(14.579)</b>
<b>Circulante</b>	<b>166.830</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>18.865</b>
	<b>147.965</b>

### 15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

Descrição	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>486.893</b>
(-) Transferências para Ativo Intangível	(485.856)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(145.699)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	718.163
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	84.087
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(156.595)
(-) Baixa de Ativo de Contrato para Resultado	(55)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>500.938</b>

## Notas Explicativas

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor do valor de R\$84,1 milhões investidos no ano de 2024, R\$72,3 milhões foram investimentos em software. Deste valor, R\$38,3 milhões foram no novo sistema comercial. A recuperação desses gastos se dará na Revisão Tarifária Periódica do 6º Ciclo, que acontecerá em 2026, por meio da Base de Anuidade Regulatória – BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória – BRR.

A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- Software e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

## 16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a Receber	Outros Débitos	Contas a Receber	Outros Débitos
<b>Fundação de Seguridade</b>				
<b>CELOS</b>				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	85	-	2.052.885
Faturamento Energia	-	-	4	-
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>				
<b>DFESA</b>				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	-	-	-	-
<b>SC Gás</b>				
Dividendos e JCP	1.400	-	1.400	-
<b>EDP</b>				
Dividendos e JCP	-	-	3.513	-
<b>ECTE</b>				
Dividendos e JCP	-	-	-	-
<b>Xavantina</b>				
Dividendos e JCP	-	-	178	-
<b>Rondinha</b>				
Dividendos e JCP	-	-	-	-
<b>Controladas</b>				
<b>Celesc G</b>				
Dividendos e JCP	21.808	-	-	-
<b>Celesc D</b>				
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	831	-	-
Dividendos e JCP	215.024	-	-	-
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>238.232</b>	<b>916</b>	<b>5.095</b>	<b>2.054.241</b>

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
	Contas a Receber	Outros Débitos		Contas a Receber	Outros Débitos	
<b>Fundação de Seguridade (i)</b>						
<b>CELOS</b>						
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-		-	2.132.977	
Faturamento Energia	-	-		6	-	
<b>Coligadas e Controladas em Conjunto</b>						
<b>DFESA (ii)</b>						
Compra de Energia	-	-		-	1.356	
Dividendos e JCP	514	-		514	-	
<b>SC Gás</b>						
Dividendos e JCP	2.517	-		2.517	-	
<b>EDP</b>						
Dividendos e JCP	-	-		3.513	-	
<b>ECTE</b>						
Dividendos e JCP	3.123	-		3.123	-	
<b>Controladas</b>						
<b>Celesc G</b>						
Dividendos e JCP	43.616	-		-	-	
<b>Celesc D (iii)</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	324		-	-	
Pessoal à Disposição	-	830		-	-	
Dividendos e JCP	174.528	-		-	-	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>224.298</b>	<b>1.154</b>		<b>9.673</b>	<b>2.134.333</b>	

As transações com partes relacionadas, envolvendo contas de resultado, estão demonstrados na tabela a seguir e os saldos representam a movimentação no 3º trimestre:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(16)	-	-	(108.884)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	66	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(9.685)
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.271)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(6.690)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>(6.706)</b>	<b>(1.271)</b>	<b>-</b>	<b>(108.884)</b>	<b>66</b>	<b>(9.685)</b>

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
<b>Acionista Controlador</b>						
<b>Governo do Estado de SC</b>						
Receita de Vendas	-	-	-	-	74.758	-
<b>Fundação de Seguridade</b>						
<b>CELOS</b>						
Planos Previdenciários e Assistenciais	(5)	-	-	(119.958)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	-	66	-
<b>Coligada</b>						
<b>DFESA</b>						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(10.836)
<b>Controlada</b>						
<b>Celesc D</b>						
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.386)	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(6.139)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.09.2023</b>	<b>(6.144)</b>	<b>(1.386)</b>	<b>-</b>	<b>(119.958)</b>	<b>74.824</b>	<b>(10.836)</b>

(i) A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celos de Previdência Complementar, fornecendo benefícios a seus empregados, de Contribuição Previdenciária, Plano Saúde e Outros benefícios. A Celos possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia.

## Notas Explicativas

(ii) A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contrato de venda de energia de curto e longo prazo firmado com a Celesc G, para revenda. O contrato firmado entre as partes é pelo período de dez anos (2015-2025), para compra de 15,1862 MWmédios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reis) por MWmédios.

(iii) A Celesc D cobra da Companhia um percentual, correspondendo a uma taxa, sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A Companhia possui transações com seu acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina. Pelo fato do Governo ser um ente estatal e possuir o controle sobre o Grupo, a Companhia está isenta de divulgação das transações, saldos e compromissos, de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Destaca-se que as transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Companhia, a cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D. Tem-se ainda a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido e do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres.

### 16.1. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal - CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2024</b>	<b>30.09.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>30.09.2023</b>
Honorários	5.210	4.814	5.210	4.814
Participação nos Lucros e/ou Resultados (i)	1.729	1.882	1.729	1.882
Encargos Sociais	4.131	1.274	4.131	1.274
Outros	964	966	964	966
<b>Total</b>	<b>12.034</b>	<b>8.936</b>	<b>12.034</b>	<b>8.936</b>

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

(i) Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

### 17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

#### 17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos líquidos:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora (i)</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Ativo	-	-	802.492	854.645
Passivo	-	-	(104.699)	(98.092)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>697.793</b>	<b>756.553</b>

Do total de R\$697,8 milhões de tributos diferidos líquidos, o valor de R\$802,5 milhões do ativo diferido é proveniente das diferenças temporárias da Celesc D, enquanto que o passivo diferido de R\$104,7 milhões se refere a Celesc G.

## Notas Explanatórias

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo				Diferido Líquido	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
Provisão p/ Contingências	153.313	166.543	-	-	153.313	166.543
Provisão p/ Perdas em Ativos	42.024	23.185	-	-	42.024	23.185
Benefício Pós-Emprego	711.141	722.102	-	-	711.141	722.102
Arrendamento – CPC 06	277	329	-	-	277	329
Custo Atribuído	-	-	6.428	6.643	(6.428)	(6.643)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	50.694	-	-	-	50.694
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	43.972	45.561	(43.972)	(45.561)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	54.179	56.138	(54.179)	(56.138)
Bonificação de Outorga	-	-	65.318	60.567	(65.318)	(60.567)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	24.570	22.258	(24.570)	(22.258)
Repactuação Risco Hidrológico	-	-	14.014	14.410	(14.014)	(14.410)
GSF	-	-	-	-	-	-
Outras Provisões	-	-	481	723	(481)	(723)
<b>Total</b>	<b>906.755</b>	<b>962.853</b>	<b>208.962</b>	<b>206.300</b>	<b>697.793</b>	<b>756.553</b>

### 17.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$96,8 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

### 17.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2024 são:

Ano	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
2024	27.599	71.570
2025	13.823	13.854
2026	17.836	17.837
2027	16.044	16.046
Acima de 2028	831.453	843.546
<b>Total</b>	<b>906.755</b>	<b>962.853</b>

### 17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

## Notas Explanativas

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>24.547</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(873)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	297
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>23.971</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(631)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	215
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>23.555</b>

### 17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>1.172.309</b>
(+) Adição dos Benefícios a empregados	386.716
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(131.483)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.427.541</b>
(+) Adição dos Benefícios a empregados	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>1.427.541</b>

### 17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.06.2023
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>584.797</b>	<b>468.595</b>	<b>797.800</b>	<b>618.290</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(198.831)</b>	<b>(159.322)</b>	<b>(271.252)</b>	<b>(210.219)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	207.596	166.910	16.395	14.174
Benefício Fiscal	-	-	(119)	(678)
Incentivo Fiscal	-	-	3.292	3.600
Juros sobre Capital Próprio	(7.178)	(6.583)	43.926	46.387
Provisões Indedutíveis	546	(3.538)	545	(3.538)
Multas Indedutíveis	-	-	(6.043)	(3.330)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	(604)	232	(604)	232
Participação dos Administradores	(907)	(343)	(965)	(392)
Lei do Bem	-	-	518	1602
Outras Adições (Exclusões)	296	2.120	2.222	1.944
<b>Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido</b>	<b>918</b>	<b>(524)</b>	<b>(212.085)</b>	<b>(150.218)</b>
Corrente	-	(524)	(180.350)	(111.423)
Diferido	918	-	(31.735)	(38.795)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-0,16%</b>	<b>0,11%</b>	<b>26,58%</b>	<b>24,30%</b>

O valor do IRPJ e CSLL Diferido da Controladora, R\$918 mil, é proveniente do reconhecimento no período de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não constituídos no ativo diferido em períodos anteriores, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas (NE 17.2).

Esse valor foi utilizado para pagamento de 50% do débito com a adesão ao programa da Autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (NE 25.1).

### 17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

#### 17.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal no 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração no 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O

## Notas Explicativas

referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da lei federal no 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo encontra-se em fase inicial de tramitação.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado para aquela data é de R\$ 254,99 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

## 18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora	Consolidado
	30.09.2024	31.12.2023
<b>Controladas</b>	<b>2.900.151</b>	<b>2.477.114</b>
Celesc D	2.050.698	1.696.328
Celesc G	849.453	780.786
<b>Controladas em Conjunto</b>	<b>159.126</b>	<b>151.145</b>
SCGÁS	159.126	151.145
<b>Coligadas</b>	<b>142.858</b>	<b>126.741</b>
ECTE	108.044	95.930
DFESA	34.814	30.811
SPEs	-	-
<b>Total</b>	<b>3.202.135</b>	<b>2.755.000</b>
	<b>420.228</b>	<b>388.828</b>

## Notas Explicativas

### 18.1. Informações sobre Investimentos

Controladora

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Controladora	
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Receitas	Lucro						
<b>Saldo em 31.12.2023</b>											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.098.324	7.713.074	3.643.345	5.471.725	1.696.328	10.401.34	440.160	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	189.575	798.882	73.308	134.363	780.786	183.051	95.654	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>											
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.903.374	7.947.649	3.149.998	6.650.327	2.050.698	7.717.189	504.676	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	209.337	843.459	64.061	139.282	849.453	135.847	68.667	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	310.862	555.769	113.144	403.660	349.827	41.347	41.113	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	589.367	522.079	252.772	91.047	767.627	1.441.840	120.790	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	21.915	153.641	17.724	6.667	151.164	50.135	17.378	

Consolidado

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro / Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Receitas	Lucro / Prejuízo						
<b>Saldo em 31.12.2023</b>											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	127.765	560.109	95.919	281.352	310.604	41.201	40.442	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	672.633	456.543	270.907	144.067	714.200	2.144.261	156.299	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	19.951	155.525	19.951	17.189	133.787	66.786	23.243	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	3.547	41.782	866	-	44.463	8.289	3.262	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	31.258	50.912	25.562	1.756	54.852	20.354	17.885	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	2.838	30.057	3.451	1.478	27.966	12.718	2.545	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	884	54.728	2.141	13.884	39.587	5.393	(334)	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	290.527	2.263.026	132.319	1.851.460	569.774	330.534	61.290	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>											
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	310.862	555.769	113.144	403.660	349.827	41.347	41.113	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	589.367	522.079	252.772	91.047	767.627	1.441.840	120.790	
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	21.915	153.641	17.724	6.667	151.164	50.135	17.378	
Rondinha Energética S.A.	13.332	32,50%	32,50%	2.644	40.798	156	1.184	42.102	3.607	(811)	
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	27.785	49.701	26.190	1.701	49.595	12.305	9.785	
Xavantina Energética S.A.	271	40,00%	40,00%	3.712	28.817	3.639	-	28.890	9.648	2.369	
Garça Branca Energética S.A.	24.669	49,00%	49,00%	1.433	53.529	1.960	13.032	39.970	4.206	386	
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	370.576	2.300.645	181.575	1.885.560	604.086	230.656	75.641	

### 18.2. Movimentação dos Investimentos

Controladora

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
<b>Investimentos Direito de Concessão</b>	<b>1.696.328</b>	<b>780.786</b>	<b>95.930</b>	<b>121.414</b>	<b>30.811</b>	<b>2.725.269</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.696.328</b>	<b>780.786</b>	<b>95.930</b>	<b>151.145</b>	<b>30.811</b>	<b>2.755.000</b>
Dividendos e JCP Creditados	(150.306)	-	(583)	(11.452)	-	(162.341)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	504.676	68.667	12.697	20.534	4.003	610.577
<b>Investimentos Direito de Concessão</b>	<b>2.050.698</b>	<b>849.453</b>	<b>108.044</b>	<b>130.496</b>	<b>34.814</b>	<b>3.173.505</b>
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>2.050.698</b>	<b>849.453</b>	<b>108.044</b>	<b>159.126</b>	<b>34.814</b>	<b>3.202.135</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado				
Descrição	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
<b>Investimentos</b>	<b>95.930</b>	<b>121.414</b>	<b>30.811</b>	<b>110.660</b>	<b>358.815</b>
Direito de Concessão	-	29.731	-	-	29.731
Ágio	-	-	-	282	282
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>95.930</b>	<b>151.145</b>	<b>30.811</b>	<b>110.942</b>	<b>388.828</b>
Dividendos e JCP Creditados	(583)	(11.452)	-	(3.686)	(15.721)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.697	20.534	4.003	10.988	48.222
<b>Investimentos</b>	<b>108.044</b>	<b>130.496</b>	<b>34.814</b>	<b>117.962</b>	<b>391.316</b>
Direito de Concessão	-	28.630	-	-	28.630
Ágio	-	-	-	282	282
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>108.044</b>	<b>159.126</b>	<b>34.814</b>	<b>118.244</b>	<b>420.228</b>

### 18.3. Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS, em 30 de setembro de 2024, é de R\$28,6 milhões e, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$29,7 milhões. O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo da concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até o ano de 2044.

## 19. IMOBILIZADO

### 19.1. Composição do Saldo

	Controladora				
Descrição	Máquinas e Equipamentos	Outros	Ativos de Direito de Uso	Total	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4</b>	-	<b>432</b>	<b>436</b>	
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197	
Depreciação Acumulada	(46)	(1)	(714)	(761)	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4</b>	-	<b>432</b>	<b>436</b>	
Depreciação	(4)	-	(176)	(180)	
Custo do Imobilizado	50	1	1.146	1.197	
Depreciação Acumulada	(50)	(1)	(890)	(941)	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	-	-	<b>256</b>	<b>256</b>	
Taxa Média de Depreciação	10,67%		40,00%		

	Consolidado							
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>7.429</b>	<b>8.401</b>	<b>31</b>	<b>17.565</b>	<b>964</b>	<b>142.804</b>	<b>16.055</b>	<b>193.249</b>
Custo do Imobilizado	19.209	155.381	13.024	85.183	2.872	142.804	41.621	460.094
Provisão p/ Perdas	(4.452)	(23.299)	(564)	(3.259)	(17)	-	-	(31.591)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.681)	(12.429)	(64.359)	(1.891)	-	(23.903)	(233.591)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.663)	(1.663)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>7.429</b>	<b>8.401</b>	<b>31</b>	<b>17.565</b>	<b>964</b>	<b>142.804</b>	<b>16.055</b>	<b>193.249</b>
Adições	-	-	-	-	-	28.872	528	29.400
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	-	-	(331)	(331)
Depreciação	-	(257)	(36)	(1.194)	(164)	-	(8.187)	(9.838)
(+/-) Transferências	280	-	452	12.558	-	(13.290)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>7.709</b>	<b>8.144</b>	<b>447</b>	<b>28.929</b>	<b>800</b>	<b>158.386</b>	<b>8.020</b>	<b>212.435</b>
Custo do Imobilizado	19.489	155.381	13.476	97.741	2.872	158.386	41.818	489.163
Provisão p/ Perdas	(4.452)	(23.299)	(564)	(3.259)	(17)	-	-	(31.591)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(123.938)	(12.465)	(65.553)	(2.055)	-	(32.090)	(243.429)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.708)	(1.708)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>7.709</b>	<b>8.144</b>	<b>447</b>	<b>28.929</b>	<b>800</b>	<b>158.386</b>	<b>8.020</b>	<b>212.435</b>
Taxa Média de Depreciação	0,00%	3,39%	3,14%	3,14%	11,54%	0,00%	46,53%	

### 19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o período corrente são as seguintes:

## Notas Explicativas

	<b>Consolidado</b>
	<b>Percentuais (%)</b>
<b>Administração</b>	
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	8,9
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	7,1
<b>Operação</b>	
Prédios e Construções	3,1
Máquinas e Equipamentos	3,0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,4
Veículos	12,6
Móveis e Utensílios	4,7

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

### 19.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>432</b>	<b>16.055</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>432</b>	<b>16.055</b>
(+) Adições	-	528
(-) Depreciação	(176)	(8.187)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(45)
(-) Baixa	-	(331)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>256</b>	<b>8.020</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>256</b>	<b>8.020</b>

Os montantes registrados no passivo estão ajustados a valor presente.

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>441</b>	<b>17.031</b>
<b>Circulante</b>	<b>233</b>	<b>10.836</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>208</b>	<b>6.195</b>
(+) Adições	-	528
(+) Juros Incorridos	21	788
(-) Baixas	-	(374)
(-) Pagamento Principal	(173)	(8.340)
(-) Juros Pagos	(21)	(788)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>268</b>	<b>8.845</b>
<b>Circulante</b>	<b>247</b>	<b>4.448</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>21</b>	<b>4.397</b>

## Notas Explicativas

### 19.3.1. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
2024/2025	-	208	-	1.761
2025/2026	21	-	768	756
2026/2027	-	-	743	808
2027/2028	-	-	803	873
2028/2029	-	-	813	1.997
2029+	-	-	1.270	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>208</b>	<b>4.397</b>	<b>6.195</b>

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- a) Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- b) Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- c) Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

## 20. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora	
	Direito de Concessão (i)	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>3.435</b>	
Amortizações	(377)	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>3.058</b>	
Custo Total	14.248	
Amortização Acumulada	(11.190)	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>3.058</b>	
<b>Taxa Média Amortização</b>	<b>1,32%</b>	

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (ii)	Repatuação					Consolidado
		Softwares Adquiridos	Risco Hidrológico GSF (iii)	Direito de Concessão (i)	Itens em Andamento	Total	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4.662.285</b>	<b>316</b>	<b>42.383</b>	<b>3.435</b>	<b>1.742</b>	<b>4.710.161</b>	
Custo Total	7.619.686	7.445	45.879	14.248	1.742	7.689.000	
Amortização Acumulada	(2.957.401)	(7.129)	(3.496)	(10.813)	-	(2.978.839)	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4.662.285</b>	<b>316</b>	<b>42.383</b>	<b>3.435</b>	<b>1.742</b>	<b>4.710.161</b>	
Baixas	(69.717)	-	-	-	-	(69.717)	
Amortizações	(241.678)	(142)	(1.165)	(377)	-	(243.362)	
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	485.856	-	-	-	-	485.856	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>4.836.746</b>	<b>174</b>	<b>41.218</b>	<b>3.058</b>	<b>1.742</b>	<b>4.882.938</b>	
Custo Total	8.035.825	7.445	45.879	14.248	1.742	8.105.139	
Amortização Acumulada	(3.199.079)	(7.271)	(4.661)	(11.190)	-	(3.222.201)	
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>4.836.746</b>	<b>174</b>	<b>41.218</b>	<b>3.058</b>	<b>1.742</b>	<b>4.882.938</b>	
<b>Taxa Média Amortização</b>	<b>4,4%</b>	<b>20,0%</b>	<b>3,4%</b>	<b>1,32%</b>	<b>0%</b>		

(i) O direito de concessão gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

(ii) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(iii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

A Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.242, de 15 de agosto de 2023, alterou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. De acordo com o Art. 19 da Lei nº. 13.360/2016, na ocorrência de atraso no início da operação

**Notas Explicativas**

comercial devido a situações caracterizadas pela ANEEL como excludentes de responsabilidade, o prazo de outorga da geração de energia elétrica é recomposto pela extensão da outorga pelo mesmo período do excluinte de responsabilidade. O prazo de extensão das usinas da Celesc G, repactuadas pelo risco hidrológico em 2021, não sofreram alteração.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

## 21. FORNECEDORES

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Energia Elétrica	-	-	512.612	622.213
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	200.907	219.218
Materiais e Serviços	1.052	1.438	133.283	171.274
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	80.997	76.387
<b>Total</b>	<b>1.052</b>	<b>1.438</b>	<b>927.799</b>	<b>1.089.092</b>

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, no qual o comprador assume essa condição.

## 22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>653.395</b>	<b>671.494</b>
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	559.675
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	93.138
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	582
Empréstimos Finame (iii)	6% a 9,5% a.a.	-
<b>Circulante</b>	<b>172.145</b>	<b>258.631</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>481.250</b>	<b>412.863</b>
<b>Total Moeda Estrangeira</b>	<b>1.380.836</b>	<b>1.303.171</b>
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,71% a 1,88% a.a.	1.380.836
<b>Circulante</b>	<b>137.391</b>	<b>97.505</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.243.445</b>	<b>1.205.666</b>

### i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Celesc D.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022, porém, em 2 de dezembro de 2021, ocorreu o aditamento do contrato e o prazo para liquidação do principal de R\$93,0 milhões passou a ser maio de 2023. Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024. A taxa de juros foi mantida no percentual da contratação original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao

## Notas Explicativas

CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025. Em agosto de 2023 houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024, as demais parcelas permanecem semestralmente, e o término da amortização foi reprogramado para fevereiro de 2026. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

Em 7 de agosto de 2024, foi formalizada a adição à cédula de crédito bancário, originalmente firmada em 24 de fevereiro de 2022, no montante de R\$550,0 milhões. Como resultado desse aditamento, o vencimento final foi prorrogado para 7 de fevereiro de 2029. A data da primeira amortização foi redefinida para 7 de agosto de 2025, mantendo-se as subsequentes amortizações de forma semestral a partir desta data. A remuneração contratual permanece indexada à taxa equivalente ao CDI, acrescida de 1,65% ao ano, refletindo adequadamente as condições de mercado vigentes.

### ii) Eletrobras

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. O contrato vigente possui carência de 24 meses, amortização em 120 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. Possui anuência da ANEEL e o término está previsto para 30 de maio 2025. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

### iii) Finame

Os recursos dessas contratações foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros de 6% a 9,5% a.a. São previstas 96 amortizações mensais para Finame do Banco do Brasil e 72 amortizações mensais para Finame da Caixa Econômica Federal. Os contratos de Finame da Caixa Econômica Federal foram liquidados em suas respectivas datas de liquidação. Atualmente, a Celesc D tem contrato vigente de Finame com o Banco do Brasil com taxa de juros de 6% ao ano. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL. Não existem *covenants* relacionados a esses empréstimos.

### iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276,1 milhões e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante, acrescida de spread, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,5% ao ano sobre o saldo em dólar americano não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

As primeiras liberações ocorreram em 10 de dezembro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, num montante de US\$80,1 milhões. Após isso, em 2 de maio de 2019, optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo mais, portanto, a incidência de variação cambial.

A opção de conversão em moeda nacional e a taxa de juros do contrato, mencionadas anteriormente, foram mantidas em todas as liberações.

Em 30 de abril de 2024, a Companhia concluiu a última liberação de recursos, sendo a última tranche no valor de US\$14,22 milhões. os quais foram convertidos utilizando a taxa de câmbio de R\$ 5,152 por dólar, resultando no valor de R\$73,3 milhões. Em consonância com o contrato estabelecido, a empresa

## Notas Explanativas

optou por ajustar a taxa de juros aplicada a esta tranche, que passou a ser CDI + 0,70% a.a.

Abaixo, estão demonstradas todas as liberações ocorridas até 30 de setembro de 2024, com datas, valores e taxas de juros aplicadas atualmente:

Datas	Valores em US\$	Taxa de Juros
10.12.2018	70.374	CDI + 0,89 a.a.
28.01.2019	9.704	CDI + 0,89 a.a.
07.10.2019	26.211	CDI + 0,94 a.a.
10.12.2019	9.768	CDI + 0,77 a.a.
09.06.2020	7.273	CDI + 1,14 a.a.
13.10.2020	35.000	CDI + 1,80 a.a.
19.03.2021	25.000	CDI + 1,88 a.a.
14.12.2021	50.000	CDI + 1,16 a.a.
28.06.2023	28.500	CDI + 0,71 a.a.
30.04.2024	14.221	CDI + 0,70 a.a.
<b>Total</b>	<b>276.051</b>	

Todas as taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

Cabe ressaltar que os desembolsos do financiamento contratado são processados conforme disposições no Contrato de Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), nos termos do Capítulo IV das Normas Gerais.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

### 22.1. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional	Estrangeira	Total			
30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023	
Ano 2025	-	275.363	33.607	63.456	33.607	338.819
Ano 2026	137.500	137.500	67.213	63.456	204.713	200.956
Ano 2027	137.500	-	67.213	63.456	204.713	63.456
Ano 2028+	206.250	-	1.075.412	1.015.298	1.281.662	1.015.298
<b>Total</b>	<b>481.250</b>	<b>412.863</b>	<b>1.243.445</b>	<b>1.205.666</b>	<b>1.724.695</b>	<b>1.618.529</b>

### 22.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>258.631</b>	<b>412.863</b>	<b>671.494</b>
Encargos Provisionados	61.947	-	61.947
Transferências	(68.387)	68.387	-
Amortizações de Principal	(921)	-	(921)
Pagamentos de Encargos	(79.125)	-	(79.125)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2024</b>	<b>172.145</b>	<b>481.250</b>	<b>653.395</b>

### 22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>97.505</b>	<b>1.205.666</b>	<b>1.303.171</b>
Ingressos	-	72.809	72.809
Atualização Monetária	3.170	455	3.625
Encargos Provisionados	114.545	-	114.545
Transferências	35.485	(35.485)	-
Pagamento de Encargos	(80.674)	-	(80.674)
Pagamento de Principal	(32.640)	-	(32.640)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2024</b>	<b>137.391</b>	<b>1.243.445</b>	<b>1.380.836</b>

## Notas Explicativas

### 23. DEBÊNTURES

#### 23.1. Debêntures 2021 – Celesc D

Em 15 de abril de 2021, a Celesc D emitiu 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$550,0 milhões. O vencimento dessas debêntures está previsto para 15 de abril de 2026 e os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa.

As debêntures são da espécie quirografária e sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória, onde a Companhia (Celesc Holding) presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI Over (Extra-Grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,6% ao ano.

A remuneração tem vencimento sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência e a amortização ocorre em 43 (quarenta e três) parcelas mensais consecutivas, a partir de outubro de 2022 e a segunda, de forma mensal, a partir de 15 de novembro de 2022, com os demais vencimentos ocorrendo sempre no dia 15 dos meses subsequentes até o final da vigência.

Até 30 de Setembro de 2024, foram pagos R\$200,6 milhões de remuneração e R\$306,9 milhões de principal.

Anualmente, até a data do vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3.

#### 23.2. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$800,0 milhões.

São da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória adicional, onde a Companhia presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 até a data de vencimento, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenants*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,5.

#### 23.2.1. Primeira Série

As debêntures da primeira série têm prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2028. Não há incidência de atualização monetária e os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro – DI de um dia, (over extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,65% ao ano.

A remuneração dessas debêntures será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2024 e o último em 15 de novembro de 2028. A amortização será feita semestralmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de novembro de 2026.

## Notas Explicativas

Até 30 de setembro de 2024, foram pagos R\$23,5 milhões de remuneração.

### 23.2.2. Segunda Série

As debêntures da segunda série têm prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2030. Possui incidência de atualização monetária, a partir da data de início de sua rentabilidade até sua integral liquidação, pela variação do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, e os juros remuneratórios correspondem a 6,5279% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2024 e o último em 15 de novembro de 2030. A amortização será feita anualmente, a partir do 5º (quinto) ano contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de novembro de 2028.

Até 30 de setembro de 2024, foram pagos R\$12,2 milhões de remuneração.

### 23.3. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Celesc D emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série, com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$1.200.000 milhões.

As debêntures são da espécie quirografária, conforme o artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem preferência, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares. Adicionalmente, contam com garantia fidejussória adicional, onde a Companhia (Celesc Holding) presta fiança em favor de seus titulares, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Anualmente, a partir do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 até a data de vencimento, a Empresa, como garantidora, tem o compromisso contratual (covenants) vinculado à emissão das debêntures de não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida.

#### 23.3.1 Primeira Série (Institucional):

São 200.000 (duzentas mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), em sua data de emissão, com prazo de vencimento para 7 (sete) anos, em 15 de julho de 2031.

Não possuem incidência de atualização monetária e os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro – DI de um dia (over extra-grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 0,95% ao ano.

A remuneração dessas debêntures será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2025 e o último em 15 de julho de 2031. A amortização será feita semestralmente, a partir do 66º (sexagésimo sexto) mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2030.

#### 23.3.2 Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

São 1.000.000 (um milhão) de debêntures no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), em sua data de emissão, com prazo de vencimento para 10 (dez) anos, em 15 de julho de 2034.

Essas debêntures têm incidência de atualização monetária, a partir da data de início de sua rentabilidade até sua integral liquidação, pela variação do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, e os juros remuneratórios correspondem a 6,9534% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2025 e o último em 15 de julho de 2034. A amortização será feita

## Notas Explicativas

semestralmente, a partir do 90º (nonagésimo) mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2032 e o ultimo em 15 de julho de 2034.

O total da operação referente às duas séries, no valor de R\$1,2 bilhões, foi recebido à vista, em moeda corrente nacional, em 31 de julho de 2024.

### 23.4. Debêntures 2020 – Celesc G

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 (trinta e sete mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$37,0 milhões. A atualização monetária foi estabelecida pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversível em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, na qual assume o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. Possuem prazo de dez anos, contados da data de suas emissões, e juros remuneratórios de 4,30% ao ano, até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros teve início em junho de 2021, enquanto a amortizações começaram a ocorrer apenas em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva. Até 30 de setembro de 2024, foram pagos R\$6,32 milhões de remuneração e R\$6,13 milhões de principal.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o caixa e o equivalente de caixa foram superiores às dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$58,2 milhões, tornando o resultado de Dívida Líquida nulo para a relação. A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

### 23.5. Movimentação das Debêntures

	Consolidado
	Total
<b>Descrição</b>	
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>1.196.606</b>
Ingressos	1.165.608
Encargos Provisionados	120.689
Pagamentos Encargos	(66.254)
Pagamentos do Principal	(118.224)
Custos na Emissão de Debêntures	2.889
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>2.301.314</b>
<b>Circulante</b>	<b>198.638</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.102.676</b>

### 23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

	Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023
<b>Descrição</b>		
Ano 2024	1.662	2.918
Ano 2025	6.595	3.044
Ano 2026	5.939	2.388
Ano 2027	5.675	2.652
Ano 2028+	27.369	4.734
<b>Total</b>	<b>47.240</b>	<b>15.736</b>

### 23.7. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

	Controladora				
	31.12.2023	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros	Variações que não afetam o Caixa
<b>Descrição</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>(i)</b>	<b>(ii)</b>	<b>30.09.2024</b>	
Dividendos e JCP a Pagar	211.329	(105.691)	(105.691)	-	123.988
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 19.3)	441	(173)	(173)	(21)	21
<b>Total</b>	<b>211.770</b>	<b>(105.864)</b>	<b>(105.864)</b>	<b>(21)</b>	<b>124.009</b>
					<b>229.894</b>

## Notas Explicativas

Descrição	31.12.2023	Ingressos		Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros	Variações que não afetam o Caixa (ii)	Consolidado	
		de Recursos	Pagamentos do Principal				30.09.2024	
Empréstimos e Financiamentos	1.974.665	72.809	(33.561)	39.248	(159.799)	180.117	2.034.231	
Debêntures	1.196.606	1.165.608	(118.224)	1.047.384	(66.254)	123.578	2.301.314	
Dividendos e JCP	211.329	-	(105.691)	(105.691)	-	123.988	229.626	
Passivo de Arrendamento – CPC 06 (NE 19.3)	17.031	-	(8.340)	(8.340)	(788)	942	8.845	
<b>Total</b>	<b>3.399.631</b>	<b>1.238.417</b>	<b>(265.816)</b>	<b>972.601</b>	<b>(226.841)</b>	<b>428.625</b>	<b>4.574.016</b>	

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$176,5 milhões. As debêntures totalizaram R\$120,7 milhões, sendo R\$2,9 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas no período de janeiro a setembro de 2024.

## 24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
Provisões e Encargos Sociais da Folha	2.188	1.493	160.355	120.932
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	33.261	67.602
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	5.160	11.025
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	31.328	35.165
Folha de Pagamento Líquida	355	327	15.814	18.074
<b>Total</b>	<b>2.543</b>	<b>1.820</b>	<b>245.918</b>	<b>252.798</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.543</b>	<b>1.820</b>	<b>233.772</b>	<b>224.899</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.146</b>	<b>27.899</b>

### 24.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Empresa para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes, novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

Em 23 de abril de 2020, a Celesc D obteve aprovação para a realização de um Plano de Demissão Incentivada Emergencial, denominado PDI-E, para empregados com mais de 33 anos de trabalho. Desligaram-se da Celesc D 86 empregados.

O último PDI realizado (PDI 2021) teve seu prazo estendido até maio de 2023, e contou com um total de 197 saídas. A edição vigente (PDI 2023) foi aprovada em setembro de 2023 e os desligamentos iniciaram em novembro de 2023.

A indenização do PDI pode ser paga integralmente, em parcela única, desde que o empregado se inscreva no Plano de Contribuição Definida – CD da Celos. Caso queira receber em parcelas, a escolha deve ser feita entre 24, 36, 48 ou 60 parcelas.

O cálculo do valor da indenização leva em consideração uma parcela base, que representa várias rubricas da remuneração do empregado, incluindo habitualidade de função gratificada, atuação em área de risco, habitualidade do exercício de atuação em atividade com adicional de função, entre outras.

Leva em consideração, também, o benefício do vale alimentação, a contribuição para a previdência privada em seu percentual máximo, tempo faltante para completar 35 anos de efetivo serviço, limitado a 60 meses, décimo terceiro salário, férias, além de fatores de ajuste, que consideram o tempo empresa com base no número de anuênios e o tempo de efetivo serviço nos últimos 60 meses.

## Notas Explicativas

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>Consolidado 31.12.2023</b>
Circulante	21.115	39.704
Não Circulante	12.146	27.899
<b>Total</b>	<b>33.261</b>	<b>67.603</b>

Desde a implantação do programa até 30 de setembro de 2024, ocorreram 1274 desligamentos, totalizando despesas no montante de R\$499,7 milhões.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de empregados desligados e o valor da despesa com o programa por ano.

<b>Anos</b>	<b>Quantidade de Empregados Desligados</b>	<b>Consolidado</b>	
		<b>Despesa PDI (R\$/Mil)</b>	
2016	61	16.183	
2017	125	79.531	
2018	181	68.737	
2019	273	87.250	
2020	303	112.847	
2021	93	63.896	
2022	141	60.084	
2023	63	11.208	
2024	34	-	
<b>Totais</b>	<b>1274</b>	<b>499.736</b>	

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

## 25. TRIBUTOS

### 25.1. Tributos Federais – Outros Tributos

Em 29 de novembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.740 criando o programa de Autorregularização Incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Aplica-se a tributos federais não constituídos até a data de publicação da Lei, inclusive aqueles em processo de fiscalização, bem como os créditos tributários decorrentes de auto de infração, de notificação de lançamento e de despachos decisórios que não homologaram total ou parcialmente a declaração de compensação.

A Companhia avaliou a oportunidade e o Conselho de Administração, no dia 18 de março de 2024, aprovou a adesão ao programa.

Nessa oportunidade foram constituídos débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL na Companhia e na Celesc D que até o momento do prazo de adesão não haviam sido constituídos perante a Receita Federal do Brasil.

Na Companhia, o valor dos tributos foi de R\$1,8 milhões, sendo que 50% do débito foi liquidado com a utilização de crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o restante com pagamento à vista por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). O impacto no resultado do período corrente na Companhia foi o reconhecimento de receita de R\$918 mil advinda do reconhecimento de IRPJ e CSLL diferido e R\$70 mil de IRPJ e CSLL corrente.

Na Celesc D, o valor constituído foi de R\$63,1 milhões, sendo liquidado R\$26,1 milhões com a utilização de crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, R\$5,4 milhões pagos à vista mediante DARF e o saldo restante foi parcelado em 48 parcelas, conforme previsto no programa. Já o impacto no resultado foi uma despesa líquida de R\$1,49 milhões, distribuído da seguinte forma:

## Notas Explicativas

Efeito na Demonstração do Resultado	1.492
Reversão de IRPJ/CSLL atualização depósito judicial	(4.500)
PIS/COFINS com o repasse da atualização do indébito tributário ao consumidor	3.089
Recuperação Despesa Financeira	(377)
Reversão tributo diferido do prejuízo fiscal	3.280
PIS/COFINS incidente sobre a receita com atualização 1ª Ação	33.398
Repasso PIS/COFINS ao consumidor - 1ª Ação	(33.398)

Cabe esclarecer que o montante de R\$33,4 milhões é referente a PIS/COFINS incidentes sobre a Receita Financeira do indébito tributário decorrente da 1ª ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, na qual existe previsão legal para repasse dessa despesa ao consumidor via tarifa de energia, em linha com o disposto no inc. III, § 1º, Art. 3º-B da Lei nº 9.427/1996 alterada pelo art. 1º da Lei nº 14.385/2022, tornando-se nulo o efeito no resultado.

A constituição dos débitos tributários se deu por meio de retificações das declarações e escriturações, como determina o programa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
IRRF S/ JCP	4.033	7.460	11.836	22.587
PIS e COFINS	5.215	9.862	44.857	51.870
Autorreg. Tributária Lei nº14.740/2023	-	-	27.426	-
Outros	27	34	2.843	3.206
<b>Total a pagar</b>	<b>9.275</b>	<b>17.356</b>	<b>86.962</b>	<b>77.663</b>
(-) Tributos a compensar	-	-	(530.840)	(584.061)
<b>Total</b>	<b>9.275</b>	<b>17.356</b>	<b>(443.878)</b>	<b>(506.398)</b>

### 25.2. Tributos Federais – IRPJ/CSLL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
IRPJ e CSLL	0	1.692	189.122	26.676
(-) IRPJ e CSLL a compensar	(57.275)	(61.925)	(261.520)	(94.572)
<b>Total</b>	<b>(57.275)</b>	<b>(60.233)</b>	<b>(72.398)</b>	<b>(67.896)</b>

### 25.3. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
ICMS	-	-	178.422	199.357
<b>Total a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>178.422</b>	<b>199.357</b>
(-) Tributos a compensar	-	-	(53.633)	(61.482)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>124.789</b>	<b>137.875</b>

### 25.4. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
ISS	135	104	1.903	3.044
IPTU	-	-	29	7
<b>Total a pagar</b>	<b>135</b>	<b>104</b>	<b>1.932</b>	<b>3.051</b>
(-) Tributos a compensar	-	-	(737)	(993)
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>104</b>	<b>1.195</b>	<b>2.058</b>

## Notas Explicativas

### 26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2023	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2024
Programa Eficiência Energética – PEE	77.401	34.369	4.895	(31.633)	85.032
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	37.117	29.123	2.294	(33.298)	35.236
Parcelamento ECE (i)	9.659	-	223	(9.882)	-
Taxa de Fiscalização ANEEL	860	7.887	-	(7.814)	933
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	32.130	1.730.106	-	(1.752.739)	9.497
Compensação financeira utiliz. rec. hid. - CFURH	387	1.967	-	(2.048)	306
<b>Total</b>	<b>157.554</b>	<b>1.803.452</b>	<b>7.412</b>	<b>(1.837.414)</b>	<b>131.004</b>
<b>Circulante</b>	<b>73.509</b>	-	-	-	<b>48.381</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>84.045</b>	-	-	-	<b>82.623</b>

i) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE, foi instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas emergenciais instaladas no País, disponíveis para gerar energia em caso de risco de desabastecimento. Esse custo foi pago por todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, com exceção dos classificados como baixa renda.

ii) A partir do reajuste tarifário anual, ocorrido em agosto de 2023, a Celesc D iniciou o recolhimento do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE às contas CDE Escassez Hídrica e CDE GD.

#### 26.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

### 27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia revisitou seus procedimentos para estimativa de perdas com contingências, sejam elas judiciais, administrativas ou de qualquer outra natureza, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os principais aspectos em relação à prática anterior, na qual os riscos eram avaliados somente quando ocorria o julgamento em primeira instância, são: a contemplação do reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

## Notas Explicativas

### 27.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2023	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Controladora	
							Ajuste Atual. Financ.	30.09.2024
Tributárias	23.545	607	-	(6.253)	-	1.883	-	19.782
Trabalhista	-	1.063	-	-	-	476	-	1.539
Cíveis	672	-	-	-	-	21	(2)	691
Regulatórias	8.505	-	(982)	-	-	2.555	(2.457)	7.621
<b>Total</b>	<b>32.722</b>	<b>1.670</b>	<b>(982)</b>	<b>(6.253)</b>	<b>-</b>	<b>4.935</b>	<b>(2.459)</b>	<b>29.633</b>

Descrição	31.12.2023	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	Consolidado	
							Ajuste Atual. Financ.	30.09.2024
Tributárias	44.936	4.840	1.201	(6.295)	(152)	3.585	-	48.115
Trabalhistas	57.052	8.137	9.221	(7.041)	(3.834)	4.441	-	67.976
Cíveis	204.566	36.702	63.394	(77.640)	(35.297)	782	(2)	192.505
Regulatórias	77.767	-	1.819	(6.059)	(45.456)	7.111	(2.457)	32.725
Ambientais	133.147	7	82	(95)	(5)	3.729	-	136.865
<b>Total</b>	<b>517.468</b>	<b>49.686</b>	<b>75.717</b>	<b>(97.130)</b>	<b>(84.744)</b>	<b>19.648</b>	<b>(2.459)</b>	<b>478.186</b>

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Controladora o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. O valor atualizado do depósito é de aproximadamente R\$20,08 milhões. O valor da contingência atualizada é de R\$ 19,8 milhões. A PGFN requereu o levantamento desse valor.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$ 24,3 milhões. Além disso, temos os processos de incorporação da gratificação de função no valor de R\$ 6,4 milhões e horas extras no valor de R\$ 9,8 milhões.

#### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, resarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$11,6 milhões, ações de resarcimento para seguradoras em torno de R\$7,15 milhões, reclassificação tarifária de R\$3,8 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$22,3 milhões, processo referente ao apagão no valor de R\$16 milhões, honorários advocatícios cobrado por escritório externo no valor de R\$8,09 milhões, cobrança indevida no valor de R\$9,5 milhões, Portarias da antiga agência reguladora DNAEE em torno de R\$12 milhões, CDI-OVER em torno de R\$13,5 milhões e servidão administrativa de R\$6,46 milhões.

Do montante indicado acima sobre o tema cobrança indevida está incluso o valor de R\$ 8,9 milhões referente ao resarcimento de valores cobrados a maior em faturamento de empresa.

O provisionamento relevante existente no montante de R\$55 milhões foi alterado para R\$27,6 milhões em decorrência de decisão de embargos de declaração que afastou a incidência dos juros compensatórios. A ação foi movida por empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos,

## Notas Explicativas

no qual o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir.

### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

Houve reversão de uma provisão regulatória referente a aplicação de multa (âmbito ANEEL) à Celesc D por não realizar obras necessárias para prestação de serviço adequado, além de não manter e operar de forma satisfatória instalações e equipamentos correspondentes. A classificação do risco de perda foi alterada para possível, tendo em vista que houve clara nulidade por cerceamento de defesa, quando o juiz de 1ª instância indeferiu o pedido de produção de prova pericial. Além disso, a discussão extrapola questões eminentemente de direito, havendo necessidade de análise de fatos e provas.

### v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

Além disso, a Celesc D foi surpreendida pelo reversão do julgamento da apelação dos embargos à execução nº 5004476-82.2017.4.04.7200, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual determinou o pagamento da multa ambiental ao Ibama, de valor atualizado do provisionamento foi de R\$133 milhões, cuja Execução Fiscal foi garantida com o oferecimento de bens.

### 27.2. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	31.12.2023	30.09.2024	31.12.2023
Tributária	54.860	51.457	63.862	58.759
Trabalhistas	5.165	5.022	21.606	20.238
Cíveis	1.880	6.858	107.098	107.450
Regulatórias	36.665	35.016	244.808	233.457
Ambientais	-	-	1.391	1.442
<b>Saldo</b>	<b>98.570</b>	<b>98.353</b>	<b>438.765</b>	<b>421.346</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>98.353</b>	<b>421.346</b>
Constituição	354	98.289
Atualização Financeira	5.139	20.954
Baixas	(5.276)	(101.824)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>98.570</b>	<b>438.765</b>

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, em que é parte, no valor de R\$37 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. O processo aguarda manifestação das partes sobre o laudo pericial contábil.

Outro depósito judicial, também relevante na Companhia se refere à Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito Tributário nº 5012891-49.2020.4.04.7200, no valor de R\$20,5 milhões, proposta pela Celesc visando declarar inexigíveis as CDA's nº 91.2.18.003117-26, 91.2.18.003118-07, 91.6.18.017006-01, 91.6.18.017009-46 e 91.7.18.002962-43, provenientes de saldo remanescente dos programas REFIS e PAES, as quais restaram incluídas no parcelamento da Lei nº 11.941/2009. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, aguardando análise do recurso na Instância Superior.

## Notas Explicativas

Ainda na Celesc D, há dois depósitos judiciais referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato relacionado com leitura, impressão e entrega simultânea de fatura. Após levantamento parcial, os autos nº 5029579-87.2023.8.24.0023, o depósito atualizado é de R\$1,04 milhão, referente às verbas sucumbenciais. Também foi levantado parcialmente o depósito dos autos nº 5029535-68.2023.8.24.0023, o qual está no valor atualizado de R\$ 9,3 milhões de reais.

Na esfera trabalhista foi realizado depósito inicial no montante de R\$2,4 milhões sobre processo de empregado aposentado reintegrado por conta de decisão que tornou inválida a rescisão contratual. O valor é referente à remuneração devida desde o ato da rescisão. Deste valor já foi feito levantamento parcial, sendo que o saldo atualizado é de R\$ 1,10 milhão.

As principais baixas, nos nove meses de 2024, em depósitos judiciais são referentes as indenizações de fumicultores e resarcimentos de seguro no valor de R\$44,0 milhões, indenizações trabalhistas no valor de R\$7,0 milhões, indenizações Cíveis no valor de R\$33,6 milhões e indenizações Regulatórias no valor de R\$6,1 milhões.

A movimentação das constituições de depósitos judiciais no período é decorrente de pagamentos realizados para novas ações e, também, de ações já existentes.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

### 27.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Tributárias (i)	57.197	72.186	322.547	352.052
Trabalhistas (ii)	-	-	38.728	39.127
Cíveis (iii)	4.945	5.755	433.744	451.448
Regulatórias (iv)	-	50	303.056	180.053
Ambientais (v)	-	-	6.273	27.895
<b>Total</b>	<b>62.142</b>	<b>77.991</b>	<b>1.104.348</b>	<b>1.050.575</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$24,0 milhões. Processo aguarda a realização de perícia contábil.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

**Notas Explicativas****iii) Contingências Cíveis**

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes, danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$92,5 milhões, tem-se R\$9,98 milhões relacionados a ilegalidade de utilização do índice CDI-Over como forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$109 milhões de danos morais/materiais, R\$13 milhões de reequilíbrio financeiro em contratos, ações de resarcimento para seguradoras em torno de R\$57,7 milhões.

**iv) Contingências Regulatórias**

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

**v) Contingências Ambientais**

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

## 28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

<b>Descrição</b>	<b>30.09.2024</b>	<b>Consolidado 31.12.2023</b>
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>706.178</b>	<b>796.200</b>
Plano Misto e Plano Transitório (a)	706.178	796.200
<b>Planos Assistenciais</b>	<b>1.397.565</b>	<b>1.399.622</b>
Plano CELOS Saúde (b)	1.335.346	1.336.745
Outros Benefícios (c)	62.219	62.877
<b>Total</b>	<b>2.103.743</b>	<b>2.195.822</b>
<b>Circulante</b>	<b>178.416</b>	<b>272.597</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.925.327</b>	<b>1.923.225</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

**a) Plano Misto e Plano Transitório**

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A dívida foi pactuada com a CELOS, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura dos Benefícios a Empregados do Plano Misto e Transitório, a partir de 30 de novembro de 2001. O saldo da dívida em 30 de setembro de 2024 é de R\$45,4 milhões.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registra a atualização monetária e os juros no resultado financeiro.

## Notas Explicativas

### b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

### c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

## 28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

### 28.1.1. Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>2.481.674</b>	<b>648.748</b>	<b>1.159.625</b>	<b>1.677</b>	<b>54.430</b>	<b>4.346.154</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.584	-	(43.325)	153	-	(41.588)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	30.262	17.459	67.963	-	-	115.684
Juros s/ Obrigação Atuarial	281.338	71.650	130.607	176	6.093	489.864
Benefícios Pagos no Exercício	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(5.322)	(474.511)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	29.460	82.900	203.841	293	7.676	324.170
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>2.589.128</b>	<b>726.627</b>	<b>1.379.195</b>	<b>1.946</b>	<b>62.877</b>	<b>4.759.773</b>

### 28.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2022</b>	<b>482.960</b>	<b>257.786</b>	<b>1.106.999</b>	-	<b>54.430</b>	<b>1.902.175</b>
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.077.203)	(442.352)	(42.450)	(14.057)	-	(2.576.062)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877	4.759.773
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	-	-	-	12.111	-	12.111
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2023</b>	<b>511.925</b>	<b>284.275</b>	<b>1.336.745</b>	-	<b>62.877</b>	<b>2.195.822</b>

### 28.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Total
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>1.998.714</b>	<b>390.962</b>	<b>52.626</b>	<b>13.529</b>	<b>2.455.831</b>
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(235.190)	(94.130)	(139.516)	(353)	(469.189)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	30.261	17.458	67.962	-	115.681
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	95.040	83.759	71.740	-	250.539
Rendimentos Esperados dos Ativos	229.619	45.921	6.377	1.571	283.488
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(41.241)	(1.618)	(16.739)	(690)	(60.288)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>2.077.203</b>	<b>442.352</b>	<b>42.450</b>	<b>14.057</b>	<b>2.576.062</b>

## Notas Explicativas

### 28.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Plano Transitório	17.110	19.297
Plano Misto	33.907	39.977
Plano Médico	57.851	60.679
Outros Benefícios	4.391	4.684
<b>Total</b>	<b>113.259</b>	<b>124.637</b>
Despesa Pessoal	106.076	107.229
Despesa Financeira	7.183	17.408
<b>Total</b>	<b>113.259</b>	<b>124.637</b>

### 28.1.5. Premissas

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial	HCCTR	Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral
			7,10%	N.U.	
Misto	5,36%	N.U.	7,10%	AT-2000 por sexo desagravada em 5% AT 2000 (desagravada em 5%) segregada por sexo	
Transitório	5,33%	N.U.	N.U.		
Pecúlio	5,36%	N.U.	3,90%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5% N.A. N.A.	
Auxílio Deficiência	5,37%	N.U.	N.U.		
Auxílio Funeral	5,47%	N.U.	N.U.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	
Benefício Mínimo	5,33%	N.U.	3,90%	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	
Saúde	5,47%	3,50%	N.A.	AT- 2000 por sexo desagravada em 5%	

N.U. – Não Utilizado

N.A. – Não Aplicável

### 28.1.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR	Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral		
	0,50%	-0,50%		0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	
	-	-		-	-	+1 ano	-1 ano	
Misto	(121.678)	132.178	-	-	586	(529)	64.567	(66.017)
Transitório	(25.265)	26.990	-	-	-	-	23.466	(23.549)
Pecúlio	(87)	94	-	-	-	-	(71)	77
Auxílio Deficiência	(321)	352	-	-	-	-	131	(133)
Auxílio Funeral	(1.059)	1.173	-	-	-	-	(528)	536
Benefício Mínimo	(1.443)	1.553	-	-	-	-	1.221	(1.213)
Saúde	(91.860)	102.764	97.170	(87.703)	-	-	59.129	(57.891)

### 28.1.7. Despesa Estimada para o Exercício de 2024

A estimativa da despesa para o exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado	
	Despesa a ser Reconhecida em 2024	
Plano Transitório		22.814
Plano Misto		45.209
Plano Pecúlio		167
Plano Médico		77.134
Outros		5.687
<b>Total</b>		<b>151.011</b>

### 28.1.8. Movimentação dos Benefícios a Empregados

Descrição	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Outros Benefícios	Consolidado
				Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>796.200</b>	<b>1.336.745</b>	<b>62.877</b>	<b>2.195.822</b>
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	51.017	57.851	4.391	113.259
Benefícios Pagos Diretamente Pela Celesc D	(141.039)	(59.250)	(5.049)	(205.338)
<b>Saldo em 30.09.2024</b>	<b>706.178</b>	<b>1.335.346</b>	<b>62.219</b>	<b>2.103.743</b>

## Notas Explicativas

### 28.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto

Os planos previdenciários ofertados pela Celesc D são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. Em decorrência da sua concepção, anteriores a versão 13 inclusive, quando há déficit acima dos limites definidos na legislação, em especial a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, os participantes e a patrocinadora, devem equacionar o plano, realizando “aportes” paritários para buscar o equilíbrio entre o ativo e passivo do plano previdenciário. Para os participantes este “aporte” ocorre através de desconto no benefício e para a patrocinadora através de contribuições extras.

No dia 15 de dezembro de 2023 o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano misto Cenário 2 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$252,7 milhões e alíquota de 4,85%.

Em 17 de janeiro de 2024 a CELOS protocolou correspondência sob nº 2.241.268.942.705 informando sobre o Plano de Equacionamento do Déficit referente ao exercício de 2022 juntamente com os documentos relevantes para avaliação. A patrocinadora Celesc D possui a obrigação financeira no valor de R\$126,4 milhões, que representa 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Misto, a serem pagas em número de parcelas mensais e sucessivas até julho de 2039, sendo a primeira com vencimento em 06 de abril de 2024 e as demais no 5º dia útil dos meses subsequentes.

Os dispositivos legais vigentes tornam obrigatória a realização de equacionamentos dos déficits atuariais dos planos previdenciários cujo déficit ultrapassar os limites definidos na Resolução CGPC nº 26 de setembro de 2008, e alterações posteriores.

Com relação ao prazo de amortização, conforme disposições normativas dispostas na Resolução CNPC nº 30/2018, o prazo máximo deve equivaler a uma vez e meia o prazo de duração do passivo do plano de benefícios. Na Avaliação Atuarial de 2022, a duração do passivo, referente aos benefícios estruturados na modalidade BD, obtida por meio do sistema Venturo (Previc), foi de 10,3043 anos. Dessa forma, para efeito de cálculo, a Celos utilizou o prazo máximo permitido pelos normativos, equivalente há 185 meses.

### 28.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório

No dia 15 de dezembro de 2023 o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano Transitório, Cenário 1 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$30,98 milhões e alíquota de 1,80%.

O déficit possui paridade contributiva, ou seja, a patrocinadora Celesc D é paritária com os assistidos, devendo, portanto, efetuar contribuição extraordinária de 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Transitório, com prazo de amortização correspondente à liquidação do passivo atuarial (*duration*).

## 29. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

### 29.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, conforme narrativa já descrita na NE 11 de Tributos a Recuperar, a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. A decisão limitou os efeitos para o período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D adotou entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial serão resarcidos aos consumidores mediante mecanismos a serem definidos pela ANEEL. Devido à sistemática adotada, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores).

Com relação ao Passivo e a respectiva forma de devolução, destaca-se que, na Revisão Tarifária Periódica - RTP da Celesc D de 22 de agosto de 2021, a distribuidora antecipou de forma provisória, até que a ANEEL regulamentasse a forma de devolução para os consumidores da área de sua concessão

## Notas Explicativas

a quantia de R\$795,0 milhões como componente financeiro negativo extraordinário baseado em parte do montante habilitado e em processo de homologação junto à Receita Federal do Brasil.

A Celesc D destacou a prerrogativa de pleitear ajustes futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras entre o valor acima mencionado e a regulação editada pela ANEEL, bem como ajustes financeiros em processos tarifários subsequentes, no caso de ações propostas por consumidores individuais eventualmente não beneficiados pela devolução do PIS/COFINS.

No dia 28 de junho de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.385/2022, referente à devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/COFINS aos clientes das distribuidoras.

Tal promulgação alterou a Lei nº 9.427/1996, que vigora então com o inciso II, do artigo 3º B, em que ficou definido que deverá ser considerada nos processos tarifários a integralidade dos valores dos créditos requeridos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a serem compensados até o processo tarifário subsequente. Ademais, no parágrafo 8º do artigo 3º, ficou estabelecido também que a ANEEL formulará critérios equitativos, considerando os procedimentos tarifários e as disposições contratuais aplicáveis.

Foi incluída no processo do Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2022, a devolução da integralidade dos valores dos créditos relativos à primeira ação judicial pela Celesc D aos consumidores, no montante de R\$806,3 milhões, gerando um efeito negativo de 8,32% na tarifa.

Desta forma, na contabilização da empresa, os valores a restituir aos consumidores foram atualizados nos termos da Lei nº 14.385/2022, que equiparou as atualizações dos valores a devolver aos consumidores à mesma regra aplicável pela legislação tributária, vinculada à taxa referencial da Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculada a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Em linha com a política contábil adotada, a Celesc D, da mesma forma que atualizou os créditos tributários até o seu efetivo uso por meio de PERDCOMP, também o fez para atualização dos créditos a devolver para os seus consumidores.

No entanto, a metodologia de atualização dos valores utilizada pela ANEEL foi divergente da regra tributária na qual a Celesc, alinhada à legislação tributária vigente e conforme preconiza a Lei nº 14.385/2022, atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

Sobre a diferença, no valor de R\$27,9 milhões, foi constituído um débito na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no Passivo Circulante, uma vez que o entendimento da Celesc D é de que os valores foram indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022 de forma precária.

A Administração enviou carta à ANEEL no âmbito do processo de RTA e também da Consulta Pública - CP nº 05/2021, com a manifestação de discordância quanto à metodologia provisória adotada pela Agência para atualização dos valores de forma que aguarda o estabelecimento dos critérios equitativos que se encontram em discussão.

Atualmente o processo nº 48500.001747/2020, encontra-se em tramitação na Procuradoria Federal.

### **29.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS**

No tocante a este processo, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

Conforme NE 11.1 – PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo), a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$807,6 milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%.

## Notas Explicativas

Devido a divergência na metodologia de atualização financeira, a Celesc D atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

No entanto, o valor inserido no RTA de 2023 foi maior do que o valor atualizado pela Celesc D como passivo e, nesse sentido, foi transferido o saldo atualizado em agosto de 2023, no valor de R\$782,1 milhões, da conta Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir a Consumidores (Passivo Não Circulante) para a conta Passivo Financeiro – CVA (Passivo Circulante). Sobre a diferença, no valor de R\$25,5 milhões, adotou-se a mesma prática contábil da 1ª ação.

Uma vez que a metodologia em relação a operacionalização do repasse continua sendo discutida pela ANEEL no âmbito da CP nº 05/2021, e diante da discordância da Celesc D quanto ao regramento adotado pela reguladora para atualização dos valores, houve novamente o registro feito pela ANEEL quanto à provisoriadade do tratamento para o repasse tarifário no RTA de 2023 por meio da Nota Técnica nº 7/2023-STR/ANEEL, de 14 de agosto de 2023, ressaltando que o tema ainda se encontra em discussão, de modo que eventuais ajustes serão levados em conta no fechamento do ato normativo, podendo ocorrer ajustes futuros dos valores.

No ano de 2024 houve alteração na regra de repasse dos créditos de PIS COFINS para as Distribuidoras. Esta mudança afetou o caixa disponível para arcar com os valores estipulados no processo tarifário de 2023. Como resultado desta mudança a Celesc D repassou mais recursos para o consumidor do que deveria, em função da frustração da previsão de créditos. A ANEEL neste processo tarifário recompôs os valores no cálculo, utilizando os valores atualizados com os novos montantes a serem recebidos e repassados pela Celesc D, o cálculo resultou num montante de 36 milhões de reais a ser recebido pela Celesc D nos próximos 12 meses.

A Celesc D considera o risco de perda da causa sobre a atualização como possível, não constituindo provisionamento dos valores discutidos.

## 30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 30.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

### 30.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

### 30.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento de 2024, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

## Notas Explanatórias

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.09.2024	DIV	ON	0,0000000000	-
		PN	0,0000000000	
	JCP	ON	3,281549614	134.137
		PN	3,609704576	
		IR	(11.315)	
		JCP líquido de IR	122.822	

O valor do provento de 2023, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Consolidado	
			Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.09.2023	DIV	0,0000000000	-	
		0,0000000000		
	JCP	3,446869476	140.894	
		3,791556424		
		IR	(11.755)	
		JCP líquido de IR	129.139	

\*Expresso em R\$.

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

### 30.3.1. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem: a) o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais; b) o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais. Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo. Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerasse impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
<b>Média Ponderada de Ações (milhares)</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	222.489	177.801
Ações Preferenciais Nominativas – PN	363.226	290.271
<b>Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>	<b>585.715</b>	<b>468.072</b>
<b>Lucro por Ação Diluído</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	14,3291	11,4510
Ações Preferenciais Nominativas – PN	15,7620	12,5961

### 30.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,42 bilhão, em 30 de setembro de 2024, e \$1,41 bilhões, em 31 de dezembro de 2023, composto da seguinte forma:

## Notas Explanatórias

Descrição	30.09.2024	Consolidado 31.12.2023
Custo Atribuído – Celesc G (a)	12.477	12.894
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.290.280)	(1.290.280)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
<b>Total</b>	<b>(1.415.064)</b>	<b>(1.414.647)</b>

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

## 31. RECEITAS E DESPESAS

### 31.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

#### 31.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica - São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo - É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
- Receita de Construção - Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao resarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), até 30 de setembro, foi de R\$456,6 milhões. Os demais valores se referem ao Programa de Baixa Renda, no montante de R\$30,6 milhões, ao fornecimento de Bandeiras CCRBT, no montante de R\$42,9 milhões e à diferença de reembolso CDE, no montante de R\$7,1 milhões.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Consolidado


 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Notas Explicativas**

Descrição	30.09.2024	30.09.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>12.204.651</b>	<b>11.680.970</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.042.899	4.399.316
Fornecimento não faturado (a)	(83.574)	(33.297)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	275.328	311.036
Suprimento não faturado (a)	951	603
Disponibilização da Rede Elétrica	5.265.871	5.052.732
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	19.373	15.606
Receita Financeira	61.448	60.402
Renda de Prestação de Serviços	653	741
Energia Elétrica de Curto Prazo	140.101	203.015
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	293.780	470.084
Outras Receitas Operacionais	4.600	9.546
Doações e Subvenções (i)	537.210	489.836
Receita de Construção	645.655	701.349
Arrendamento e Aluguéis UFV	356	1
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(4.357.969)</b>	<b>(3.997.665)</b>
ICMS	(1.630.369)	(1.504.673)
PIS	(163.411)	(152.343)
COFINS	(752.680)	(701.704)
ISS	(1)	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.730.106)	(1.560.419)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(36.205)	(46.486)
Programa Eficiência Energética – PEE	(35.343)	(22.915)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(7.887)	(7.462)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(1.967)	(1.657)
Outros Encargos	-	(6)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.846.682</b>	<b>7.683.305</b>

**31.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor**

Descrição	Consolidado					
	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
Residencial	2.737.104	2.665.983	6.013.465	5.360.096	2.459.052	2.057.616
Industrial	142.072	137.163	8.643.771	8.362.315	672.561	666.251
Comercial	326.853	315.916	3.916.672	3.667.403	1.147.406	1.037.366
Rural	218.181	224.116	778.136	772.572	315.183	281.583
Poder Público	27.184	26.821	383.066	352.569	156.192	132.654
Iluminação Pública	1.434	1.187	456.154	443.356	109.414	99.871
Serviço Público	4.563	4.276	346.252	324.110	99.517	90.678
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.457.391</b>	<b>3.375.462</b>	<b>20.537.516</b>	<b>19.282.421</b>	<b>4.959.325</b>	<b>4.366.019</b>
Suprimento de Energia	178	143	2.318.757	2.205.913	276.279	311.639
<b>Total</b>	<b>3.457.569</b>	<b>3.375.605</b>	<b>22.856.273</b>	<b>21.488.334</b>	<b>5.235.604</b>	<b>4.677.658</b>

(i) Informações não revisadas

**31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/(Receitas) Líquidas	30.09.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	3.481.532	-	-	-	-	3.481.532
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.605.531	-	-	-	-	1.605.531
Pessoal (c)	292.436	213.482	19.552	-	1.235	526.705
Administradores	-	12.034	-	-	-	12.034
Despesa Atuarial	-	106.076	-	-	-	106.076
Entidade de Previdência Privada (c)	13.549	9.043	764	-	-	23.356
Material	27.189	7.451	-	-	10.523	45.163
Custo de Construção	645.655	-	-	-	-	645.655
Custos e Serviços de Terceiros	121.259	93.207	51.410	-	845	266.721
Depreciação e Amortização	229.067	23.567	74	-	1.478	254.186
Provisões Líquidas	-	-	-	127.321	30.664	157.985
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	60	60
Arrendamento e Aluguéis Compartilhamento de Infraestrutura (d)	1.070	4.179	625	-	(321)	5.553
Outras (Receitas)/Despesas	17.370	(7.256)	16.154	-	(28.472)	(2.204)
<b>Total</b>	<b>6.434.658</b>	<b>461.783</b>	<b>88.579</b>	<b>127.321</b>	<b>(202.603)</b>	<b>6.909.738</b>

## Notas Explanatórias

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/(Receitas) Líquidas	30.09.2023 (Reclassificado) Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	3.613.802	-	-	-	-	3.613.802
Repacktação Risco Hidrológico – GSF	28.135	-	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	1.442.555	-	-	-	-	1.442.555
Pessoal (c)	267.806	215.372	21.274	-	989	505.441
Administradores	-	8.936	-	-	-	8.936
Despesa Atuarial	-	107.229	-	-	-	107.229
Entidade de Previdência Privada (c)	12.386	8.788	774	-	-	21.948
Material	28.611	6.735	-	-	14.310	49.656
Custo de Construção	701.349	-	-	-	-	701.349
Custos e Serviços de Terceiros	129.314	91.841	46.663	-	1.202	269.020
Depreciação e Amortização	205.146	26.042	227	-	1.478	232.893
Provisões Líquidas	-	-	-	80.213	78.305	158.518
Arrendamento e Aluguéis	1.075	5.649	333	-	(345)	6.712
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	-	-	-	-	(197.335)	(197.335)
Outras Receitas/Despesas	15.582	(8.485)	21.798	-	(40.236)	(11.341)
<b>Total</b>	<b>6.445.761</b>	<b>462.107</b>	<b>91.069</b>	<b>80.213</b>	<b>(141.632)</b>	<b>6.937.518</b>

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	2.326.622	2.575.626
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	53.789	42.198
Itaipu Binacional	608.742	541.830
Contratos Bilaterais	61.158	45.720
Cotas de Energia Nuclear	165.570	159.136
Cotas de Garantia Física	398.660	386.099
Proinfa	207.911	221.208
PIS/COFINS	(340.920)	(358.015)
<b>Total</b>	<b>3.481.532</b>	<b>3.613.802</b>

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

### b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

Descrição	Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023
Encargo de Uso do Sistema	1.330.423	1.168.354
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	45.289	34.989
Encargos de Transporte de Itaipu	98.936	88.929
Encargo de Energia de Reserva – EER	294.521	297.320
PIS/COFINS	(163.638)	(147.037)
<b>Total</b>	<b>1.605.531</b>	<b>1.442.555</b>

### c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
<b>Pessoal</b>	<b>7.516</b>	<b>6.772</b>	<b>526.705</b>	<b>505.441</b>
Remunerações	7.164	6.476	252.808	233.070
Encargos Sociais	226	157	101.095	104.119
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	22.541	33.518
Benefícios Assistenciais	-	-	79.073	74.951
Provisões e Indenizações	46	59	71.042	59.644
Outros	80	80	146	139
<b>Previdência Privada – CELOS</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>23.356</b>	<b>21.948</b>
<b>Total</b>	<b>7.532</b>	<b>6.777</b>	<b>550.061</b>	<b>527.389</b>

## Notas Explicativas

### d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

### 31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(838)</b>	<b>149</b>	<b>255.293</b>	<b>529.676</b>
Renda de Aplicações Financeiras	4.564	3.424	67.483	76.965
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	85.001	87.311
Variações Monetárias	-	-	7.887	30.852
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	-	-	52.187	66.580
Renda de Dividendos	1.315	2.662	1.315	2.662
Juros s/ Depósitos Judiciais	5.141	6.359	20.956	25.561
Atualização Trib. Recup. Exc ICMS PIS/COFINS (i)	-	-	32.472	272.186
Outras Receitas Financeiras	2.934	2.927	15.228	8.921
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(14.792)	(15.223)	(27.236)	(41.362)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(4.517)</b>	<b>(5.917)</b>	<b>(442.659)</b>	<b>(698.860)</b>
Encargos de Dívidas	-	-	(166.562)	(190.303)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(7.183)	(17.408)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(6.928)	(2.191)
Variações Monetárias	-	-	(118.347)	(54.061)
Atualização Monetárias para Litígios	(2.476)	(5.702)	(17.189)	(75.928)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(7.073)	(9.888)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	-	-	(85.274)	(61.827)
Atualização Vlr a Devolver Consum. Exc ICMS PIS/COFINS (i)	-	-	(23.343)	(278.519)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(5.205)	(4.230)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(21)	(14)	(788)	(1.339)
Outras Despesas Financeiras	(2.020)	(201)	(4.767)	(3.166)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(5.355)</b>	<b>(5.768)</b>	<b>(187.366)</b>	<b>(169.184)</b>

(i) Em 2023, houve o reconhecimento da atualização tributária acumulada do crédito recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023. Já em 2024, a Companhia vem reconhecendo a atualização mensal sobre o saldo existente.

A redução da despesa financeira converge com o parágrafo acima e decorre sobre as atualizações dos valores a devolver ao consumidor (via tarifa).

Destaca-se que sobre a receita financeira incidiu PIS/COFINS, gerando uma despesa de tributos de R\$14,0 milhões no primeiro trimestre de 2023.

### 32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis. Até 30 de setembro de 2024, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

Em 30 de setembro, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Controladora – A Celesc Holding tem como atribuição participação em outras empresas e a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

b) Distribuição de energia - A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços

## Notas Explicativas

correlatos;

c) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Descrição	Segmentos Reportáveis			30.09.2024	
	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.717.189</b>	<b>135.847</b>	-	<b>(6.354)</b>	<b>7.846.682</b>
Custo das Vendas	(6.179.160)	(32.785)	-	6.354 (i)	(6.205.591)
Depreciação e Amortização	(226.550)	(2.517)	-	-	(229.067)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>1.311.479</b>	<b>100.545</b>	-	-	<b>1.412.024</b>
Despesas com Vendas	(215.461)	(439)	-	-	(215.900)
Despesas Gerais e Administrativas	(419.694)	(15.839)	(26.250)	-	(461.783)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	198.175	(1.397)	5.825	-	202.603
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	10.988	610.577	(573.343) (ii)	48.222
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>874.499</b>	<b>93.858</b>	<b>590.152</b>	<b>(573.343)</b>	<b>985.166</b>
Receitas Financeiras	248.598	7.533	(838)	- (iii)	255.293
Despesas Financeiras	(435.102)	(3.040)	(4.517)	- (iii)	(442.659)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>(186.504)</b>	<b>4.493</b>	<b>(5.355)</b>	-	<b>(187.366)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>687.995</b>	<b>98.351</b>	<b>584.797</b>	<b>(573.343)</b>	<b>797.800</b>
IRPJ e CSLL	(183.319)	(29.684)	918	-	(212.085)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>504.676</b>	<b>68.667</b>	<b>585.715</b>	<b>(573.343)</b>	<b>585.715</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>11.851.023</b>	<b>1.052.796</b>	<b>3.657.324</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>9.800.325</b>	<b>203.343</b>	<b>274.345</b>		

Descrição	Segmentos Reportáveis			30.09.2023 (Reclassificado)	
	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.555.911</b>	<b>133.883</b>	-	<b>(6.489)</b>	<b>7.683.305</b>
Custo das Vendas	(6.189.007)	(58.097)	-	6.489 (i)	(6.240.615)
Depreciação e Amortização	(202.936)	(2.210)	-	-	(205.146)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>1.163.968</b>	<b>73.576</b>	-	-	<b>1.237.544</b>
Despesas com Vendas	(171.092)	(190)	-	-	(171.282)
Despesas Gerais e Administrativas	(426.953)	(13.584)	(21.570)	-	(462.107)
Outras Receitas/(Despesas) Líquidas	138.537	(1.925)	5.020	-	141.632
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	8.693	490.913	(457.919) (ii)	41.687
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>704.460</b>	<b>66.570</b>	<b>474.363</b>	<b>(457.919)</b>	<b>787.474</b>
Receitas Financeiras	525.462	13.576	149	(9.511) (iii)	529.676
Despesas Financeiras	(698.960)	(3.494)	(5.917)	9.511 (iii)	(698.860)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>(173.498)</b>	<b>10.082</b>	<b>(5.768)</b>	-	<b>(169.184)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>530.962</b>	<b>76.652</b>	<b>468.595</b>	<b>(457.919)</b>	<b>618.290</b>
IRPJ e CSLL	(126.670)	(23.025)	(523)	-	(150.218)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>404.292</b>	<b>53.627</b>	<b>468.072</b>	<b>(457.919)</b>	<b>468.072</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>10.242.840</b>	<b>985.798</b>	<b>3.456.440</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>8.277.615</b>	<b>195.726</b>	<b>268.960</b>		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

## 33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado 30.09.2024					
	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	1.043.968	4.247.453	4.391.571	4.300.480	4.440.079	45.790.990
Encargos de conexão e transporte de energia	487.549	2.029.289	2.100.979	2.172.562	2.246.211	35.840.656
<b>Total</b>	<b>1.531.517</b>	<b>6.276.742</b>	<b>6.492.550</b>	<b>6.473.042</b>	<b>6.686.290</b>	<b>81.631.646</b>

## Notas Explanativas

Descrição	Consolidado					
	31.12.2023					
	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	4.072.617	4.053.814	4.195.257	4.105.495	4.237.205	44.312.952
Encargos de conexão e transporte de energia	1.981.577	2.056.410	2.129.058	2.201.598	2.276.232	35.885.972
<b>Total</b>	<b>6.054.194</b>	<b>6.110.224</b>	<b>6.324.315</b>	<b>6.307.093</b>	<b>6.513.437</b>	<b>80.198.924</b>

## 34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS

### 34.1. Celesc D

#### 34.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.09.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>3.903.374</b>	<b>3.098.324</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.167.634	749.697
Contas a Receber de Clientes	2.113.625	1.935.736
Estoque	21.561	23.202
IRPJ e CSLL a Recuperar	191.062	25.809
Demais Tributos a Recuperar	191.608	171.322
Outros	217.884	192.558
<b>Não Circulante</b>	<b>7.947.649</b>	<b>7.713.074</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.103.139</b>	<b>3.035.166</b>
Contas a Receber de Clientes	7.154	25.307
Tributos Diferidos	802.492	854.645
Tributos a Recuperar	390.706	472.243
Depósitos Judiciais	339.697	322.544
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	939.204	775.920
Ativo de Contrato	500.938	486.893
Ativo Financeiro Setorial	108.825	94.538
Outros	14.123	3.076
<b>Imobilizado</b>	<b>7.764</b>	<b>15.623</b>
<b>Intangível</b>	<b>4.836.746</b>	<b>4.662.285</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.851.023</b>	<b>10.811.398</b>

#### 34.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.09.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>3.149.998</b>	<b>3.643.345</b>
Fornecedores	922.185	1.078.555
Empréstimos Moeda Nacional	172.145	258.631
Empréstimos Moeda Estrangeira	137.391	97.505
Debêntures	191.992	160.192
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	231.229	223.079
IRPJ e CSLL a Recolher	165.379	24.984
Demais Tributos a Recolher	237.043	252.864
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	215.024	174.528
Taxas Regulamentares	46.345	71.489
Passivo de Arrendamento	4.201	10.603
Benefícios a Empregados	178.416	272.597
Passivos Financeiro Setorial	506.289	903.863
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	7.596
Outros	142.359	106.859
<b>Não Circulante</b>	<b>6.650.327</b>	<b>5.471.725</b>
Empréstimos Moeda Nacional	481.250	412.863
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.243.445	1.205.666
Debêntures	2.068.909	994.826
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	12.146	27.899
Taxas Regulamentares	81.839	83.387
Tributos a Recolher	19.118	-
Passivo de Arrendamento	4.376	5.987
Benefícios a Empregados	1.925.327	1.923.225
Provisão para Contingências	448.521	484.720
Passivo Financeiro Setorial	-	-
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	365.396	333.152
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.050.698</b>	<b>1.696.328</b>
Capital Social	1.580.000	1.580.000
Reservas de Lucro	1.406.608	1.406.608
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.290.280)	(1.290.280)
Lucros Acumulados	354.370	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>11.851.023</b>	<b>10.811.398</b>

**Notas Explicativas****34.1.3. Demonstração de Resultados**

Descrição	30.09.2024	30.09.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.717.189</b>	<b>7.555.911</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	7.717.189	7.555.911
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(6.405.710)</b>	<b>(6.391.943)</b>
Custo de Operação	(6.405.710)	(6.391.943)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.311.479</b>	<b>1.163.968</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(436.980)</b>	<b>(459.508)</b>
Despesas com Vendas	(88.140)	(90.707)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(127.321)	(80.385)
Despesas Gerais e Administrativas	(419.694)	(426.953)
Outras Receitas	283.399	229.412
Outras Despesas	(85.224)	(90.875)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>874.499</b>	<b>704.460</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(186.504)</b>	<b>(173.498)</b>
Receitas Financeiras	248.598	525.462
Despesas Financeiras	(435.102)	(698.960)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>687.995</b>	<b>530.962</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(183.319)</b>	<b>(126.670)</b>
Corrente	(157.273)	(94.758)
Diferido	(26.046)	(31.912)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>504.676</b>	<b>404.292</b>

**34.1.4. Receita Operacional**

Descrição	30.09.2024	30.09.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>12.059.353</b>	<b>11.538.127</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.023.979	4.378.824
Fornecimento Não Faturado (a)	(84.008)	(32.873)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	214.259	252.042
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	293.780	470.084
Disponibilização da Rede Elétrica	5.268.138	5.055.351
Energia de Curto Prazo	135.736	197.621
Renda de Prestação de Serviços	631	741
Doações e Subvenções	537.210	489.836
Receita de Construção	645.655	701.349
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	19.373	15.606
Outras Receitas Operacionais	4.600	9.546
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(4.342.164)</b>	<b>(3.982.216)</b>
ICMS	(1.630.369)	(1.504.673)
PIS	(161.164)	(150.136)
COFINS	(742.328)	(691.538)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.730.106)	(1.560.419)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(35.343)	(45.571)
Programa Eficiência Energética – PEE	(35.343)	(22.915)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(7.511)	(6.958)
Outros Encargos	-	(6)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.717.189</b>	<b>7.555.911</b>

**a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor**

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
Residencial	2.737.104	2.665.983	6.013.465	5.360.096	2.459.052	2.057.616
Industrial	142.056	137.148	8.565.521	8.290.037	656.384	649.513
Comercial	326.848	315.915	3.895.710	3.651.677	1.144.229	1.034.036
Rural	218.181	224.116	778.136	772.572	315.183	281.583
Poder Público	27.184	26.821	383.066	352.569	156.192	132.654
Iluminação Pública	1.434	1.187	456.154	443.356	109.414	99.871
Serviço Público	4.563	4.276	346.252	324.110	99.517	90.678
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.457.370</b>	<b>3.375.446</b>	<b>20.438.304</b>	<b>19.194.417</b>	<b>4.939.971</b>	<b>4.345.951</b>
Suprimento de Energia	90	54	1.832.803	1.746.495	214.259	252.042
<b>Total</b>	<b>3.457.460</b>	<b>3.375.500</b>	<b>22.271.107</b>	<b>20.940.912</b>	<b>5.154.230</b>	<b>4.597.993</b>

(i) Informações não revisadas

## Notas Explicativas

### 34.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/Receitas Líquidas	30.09.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	5.069.482	-	-	-	-	5.069.482
Pessoal	290.134	194.816	19.552	-	1.235	505.737
Despesa Atuarial	-	106.076	-	-	-	106.076
Entidade Previdência Privada	13.549	9.027	764	-	-	23.340
Material	27.067	7.085	-	-	9.867	44.019
Custo de Construção	645.655	-	-	-	-	645.655
Custos e Serviços de Terceiros	116.078	85.079	51.101	-	845	253.103
Depreciação e Amortização	226.550	23.065	74	-	-	249.689
Provisões Líquidas	-	-	-	127.321	33.195	160.516
Outros	17.195	(5.454)	16.649	-	(243.317)	(214.927)
<b>Total</b>	<b>6.405.710</b>	<b>419.694</b>	<b>88.140</b>	<b>127.321</b>	<b>(198.175)</b>	<b>6.842.690</b>

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/Receitas Líquidas	30.09.2023 (Reclassificado) Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	5.041.801	-	-	-	-	5.041.801
Pessoal	265.562	197.731	21.266	-	989	485.548
Despesa Atuarial	-	107.229	-	-	-	107.229
Entidade Previdência Privada	12.386	8.783	774	-	-	21.943
Material	28.363	6.655	-	-	13.847	48.865
Custo de Construção	701.349	-	-	-	-	701.349
Custos e Serviços de Terceiros	123.976	85.302	46.367	-	1.202	256.847
Depreciação e Amortização	202.936	25.526	227	-	-	228.689
Provisões Líquidas	-	-	-	80.385	75.050	155.435
Outros	15.570	(4.273)	22.073	-	(229.625)	(196.255)
<b>Total</b>	<b>6.391.943</b>	<b>426.953</b>	<b>90.707</b>	<b>80.385</b>	<b>(138.537)</b>	<b>6.851.451</b>

### 34.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo de os valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2025 e término em fevereiro de 2029.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No período de janeiro a setembro de 2024 o CDI acumulado foi de 7,94%, sendo que no mesmo período de 2023 foi 9,92%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: Referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

## Notas Explanatórias

Descrição	30.09.2024	30.09.2023 (Reclassificado)
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>248.598</b>	<b>525.462</b>
Renda de Aplicações Financeiras	55.577	68.963
Variações Monetárias	7.887	30.852
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	52.187	66.580
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	84.982	87.310
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	32.472	272.158
Juros Depósitos Judiciais	15.789	19.132
Outras Receitas Financeiras	11.782	5.953
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(12.078)	(25.486)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(435.102)</b>	<b>(698.960)</b>
Encargos de Dívidas	(166.562)	(190.303)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	(7.183)	(17.408)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(6.928)	(2.191)
Encargos de Mútuo	-	(9.511)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(6.905)	(9.726)
Custo na Emissão de Debêntures	(2.360)	(1.019)
Variações Monetária Debêntures	(117.945)	(54.012)
Outras Variações Monetárias	(398)	(49)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(85.274)	(61.827)
Juros de Arrendamentos	(767)	(1.325)
Atualização Valor a Devolver Consum. Exc. ICMS PIS/COFINS	(23.343)	(278.519)
Atualização Monetária Litígios	(14.713)	(70.226)
Outras Despesas Financeiras	(2.724)	(2.844)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(186.504)</b>	<b>(173.498)</b>

## 34.2. Celesc G

### 34.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.09.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>209.337</b>	<b>189.575</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	112.249	99.828
Contas a Receber de Clientes	15.096	16.805
Estoque	68	68
IRPJ e CSLL a Recuperar	13.183	6.838
Demais Tributos a Recuperar	1.695	1.690
Despesas Antecipadas	1.435	1.047
Dividendos e JCP a Receber	3.691	3.513
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	43.054	41.569
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	18.865	18.215
Outros	1	2
<b>Não Circulante</b>	<b>843.459</b>	<b>798.882</b>
<b>Realizável à Longo Prazo</b>	<b>477.666</b>	<b>466.309</b>
Depósitos Judiciais	498	449
Demais Tributos a Recuperar	1.201	1.281
Tributos Diferidos	-	-
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	325.581	317.792
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	147.965	144.366
<b>Investimentos</b>	<b>118.244</b>	<b>110.942</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>204.415</b>	<b>177.190</b>
<b>Intangível</b>	<b>43.134</b>	<b>44.441</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.052.796</b>	<b>988.457</b>

## Notas Explicativas

### 34.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.09.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>64.061</b>	<b>73.308</b>
Fornecedores	4.750	9.804
Debêntures	6.646	6.001
IRPJ e CSLL a Recolher	23.743	-
Demais Tributos a Recolher	1.745	9.747
Taxas Regulamentares	2.036	2.020
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	21.808	43.616
Outros	3.333	2.120
<b>Não Circulante</b>	<b>139.282</b>	<b>134.363</b>
Debêntures	33.767	35.587
Tributos Diferidos	104.699	98.092
Taxas Regulamentares	784	658
Provisões para Contingências	32	26
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>849.453</b>	<b>780.786</b>
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	317.892	317.892
Lucros Acumulados	69.084	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.477	12.894
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.052.796</b>	<b>988.457</b>

### 34.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.09.2024	30.09.2023 (Reclassificado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>135.847</b>	<b>133.883</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	135.847	133.883
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(35.302)</b>	<b>(60.307)</b>
Custo de Operação	(35.302)	(60.307)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>100.545</b>	<b>73.576</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(6.687)</b>	<b>(7.006)</b>
Com Vendas	(439)	(362)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	-	172
Gerais e Administrativa	(15.839)	(13.584)
Outras Receitas	1	27
Outras Despesas	(1.398)	(1.952)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	10.988	8.693
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>93.858</b>	<b>66.570</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>4.493</b>	<b>10.082</b>
Receitas Financeiras	7.533	13.576
Despesas Financeiras	(3.040)	(3.494)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>98.351</b>	<b>76.652</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(29.684)</b>	<b>(23.025)</b>
Corrente	(23.077)	(16.142)
Diferido	(6.607)	(6.883)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>68.667</b>	<b>53.627</b>

## Notas Explicativas

### 34.2.4. Receita Operacional

Descrição	30.09.2024	30.09.2023
<b>Receita Operacional Bruta – ROB (a)</b>	<b>151.652</b>	<b>149.332</b>
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	15.779	17.244
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	434	(424)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	3.177	3.330
Suprimento de Energia Elétrica	65.120	62.782
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	951	603
Energia Elétrica de Curto Prazo	4.365	5.394
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	31.319	30.329
Receita Financeira Atualização Monetária. Bonificação de Outorga	11.301	11.565
Receita Financeira Juros Usina Pery	13.706	13.269
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	5.122	5.239
Renda de Prestação de Serviços	22	-
Arrendamentos e Aluguéis UFV	356	1
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(15.805)</b>	<b>(15.449)</b>
PIS	(2.247)	(2.207)
COFINS	(10.352)	(10.166)
Taxa Fiscalização	(376)	(504)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.967)	(1.657)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(862)	(915)
ISS	(1)	-
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>135.847</b>	<b>133.883</b>

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
Industrial	16	15	78.250	72.278	16.213	16.820
Comercial, Serviços e Outros	5	1	20.962	15.726	3.177	3.330
Suprimento de Energia	88	89	485.954	459.418	66.071	63.385
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	2.421	4.060	4.365	5.394
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>105</b>	<b>587.587</b>	<b>551.482</b>	<b>89.826</b>	<b>88.929</b>

(i) Informações não revisadas

#### 34.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	30.09.2024 Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	16.576	-	-	-	-	16.576
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	5.056	-	-	-	-	5.056
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.267	-	-	-	-	2.267
Pessoal	2.302	11.150	-	-	-	13.452
Material	122	366	-	-	656	1.144
Custos e Serviços de Terceiros	5.217	3.646	309	-	-	9.172
Depreciação e Amortização	2.517	322	-	-	-	2.839
Seguros	1.206	-	-	-	-	1.206
Provisões Líquidas	-	-	-	-	6	6
Tributos	39	105	130	-	-	274
Aluguéis	-	173	-	-	-	173
Outros	-	77	-	-	735	812
<b>Total</b>	<b>35.302</b>	<b>15.839</b>	<b>439</b>	<b>-</b>	<b>1.397</b>	<b>52.977</b>

## Notas Explanatórias

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Estimativa de Perdas de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	30.09.2023 (Reclassificado) Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	15.461	-	-	-	-	15.461
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	2.883	-	-	-	-	2.883
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	28.135	-	-	-	-	28.135
Encargos de Uso da Rede Elétrica Pessoal	2.619	-	-	-	-	2.619
Material	2.244	10.869	8	-	-	13.121
Custos e Serviços de Terceiros	248	80	-	-	463	791
Depreciação e Amortização	5.420	2.102	296	-	-	7.818
Seguros	2.210	323	-	-	-	2.533
Provisões Líquidas	1.043	-	-	-	-	1.043
Tributos	-	-	(172)	26	-	(146)
Aluguéis	73	93	58	-	-	224
Outros	-	93	-	-	-	93
<b>Total</b>	<b>60.307</b>	<b>13.584</b>	<b>362</b>	<b>(172)</b>	<b>1.925</b>	<b>76.006</b>

### 34.2.6. Resultado Financeiro

Descrição	30.09.2024	30.09.2023
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>7.533</b>	<b>13.576</b>
Renda de Aplicação Financeira	7.342	4.578
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	19	1
Juros do Contrato de Mútuo	-	9.511
Multa Contratual	-	28
Juros Depósitos Judiciais	26	70
Outras Receitas Financeiras	512	41
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(366)	(653)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(3.040)</b>	<b>(3.494)</b>
Juros s/ as Debêntures	(2.744)	(3.111)
Atualização Monetária Litígios	(4)	-
Custos na Emissão de Debêntures	(101)	(100)
Atualização do P&D	(168)	(162)
Outras Despesas Financeiras	(23)	(121)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>4.493</b>	<b>10.082</b>

## 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 35.1. Usina Maruim

A histórica Usina Maruim, localizada em São José/SC e pertencente ao parque gerador próprio da Celesc G, começou a operar em 1910 e encerrou suas atividades em 1972. Após 52 anos desativada, em 02 de setembro de 2024, por meio do Despacho nº 2.584, a ANEEL autorizou a operação em teste das unidades geradoras da usina.

Com um investimento de aproximadamente R\$ 9 milhões, a Celesc G concluiu as obras de reativação, inaugurando a usina no dia 26 de outubro.

### 35.2. Swap 6ª emissão de debêntures de 2ª série 2023

A Celesc D contratou, em 15 de outubro de 2024, um instrumento financeiro derivativo classificado como swap referente à 6ª emissão de debêntures da 2ª série 2023.

A operação teve seu início na data da contratação e o vencimento está previsto para 18 de novembro de 2030, portanto, com 2.225 dias corridos de prazo.

O valor base da negociação foi de R\$427.804.722,50 (quatrocentos e vinte e sete milhões, oitocentos e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) e envolve a troca dos fluxos de pagamento de IPCA + 6,5279% ao ano para CDI - 0,1550% ao ano, tendo como objetivo principal a proteção contra riscos associados à variação daquele índice de preços.

## Notas Explicativas

### 35.3. Swap 7ª emissão de debêntures de 2ª série 2024

Na mesma data, seguindo a mesma lógica e com o mesmo objetivo evidenciados no evento descrito acima, a Celesc D contratou um outro instrumento financeiro derivativo classificado como swap, nesse caso, referente à 7ª emissão de debêntures da 2ª série 2024.

A operação teve seu início na data da contratação, 15 de outubro de 2024, mesma data utilizada para a valoração inicial, e tem sua valoração final prevista para 17 de julho de 2034.

O valor nocional foi de R\$1.020.619.354,66 (um bilhão, vinte milhões, seiscentos e dezenove mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) e envolve a troca dos fluxos de pagamento de IPCA + 6,9534% ao ano para CDI + 0,29% ao ano, tendo como objetivo principal a proteção contra riscos associados à variação daquele índice de preços.

### 35.4. Finalização da UFV Videira

Conforme programação prevista, a UFV Videira, pertencente à Celesc G, foi efetivamente energizada no mês de outubro de 2024. Cabe destacar que as usinas fotovoltaicas concebidas no modelo de geração distribuída não possuem tramitação regulatória, portanto, não existe ato autorizativo pelo poder concedente. Assim, sob o ponto de vista técnico, a entrada em operação está associada à liberação concedida pela distribuidora à qual estará ligada a UFV, após a realização da vistoria.

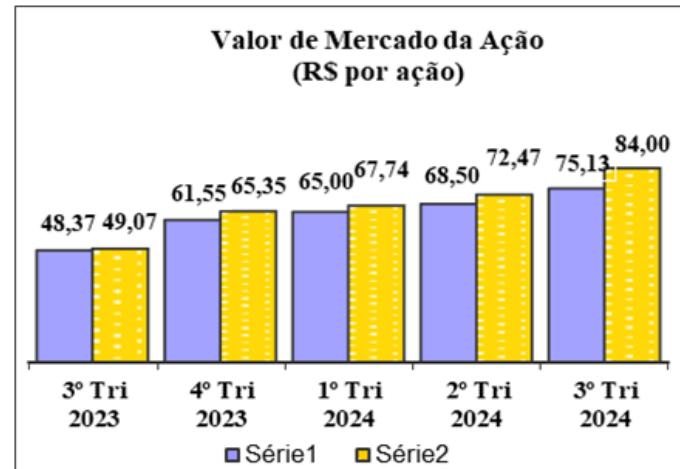
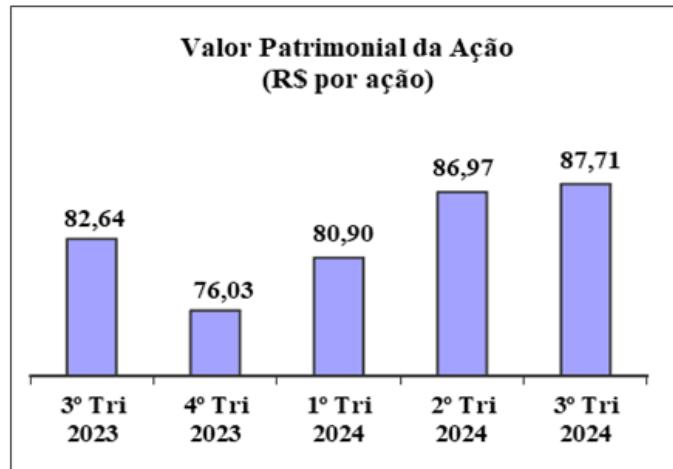
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

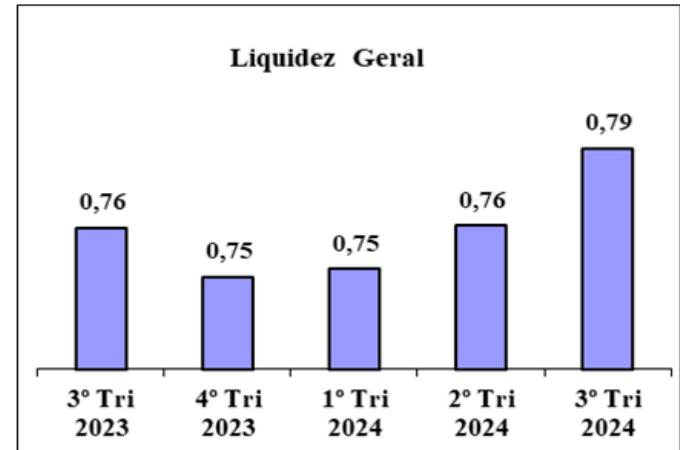
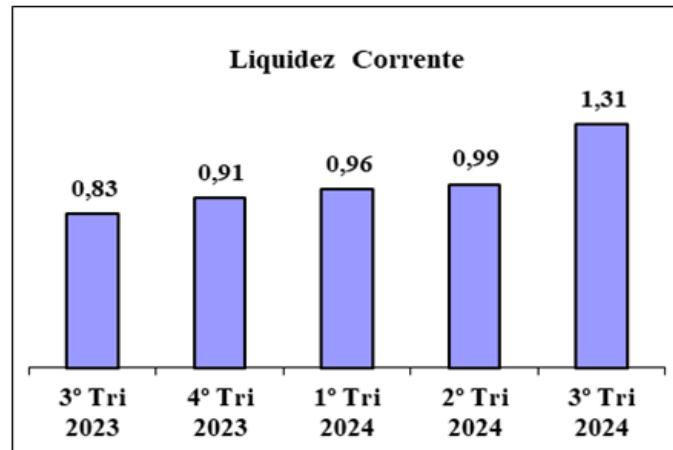
#### 1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

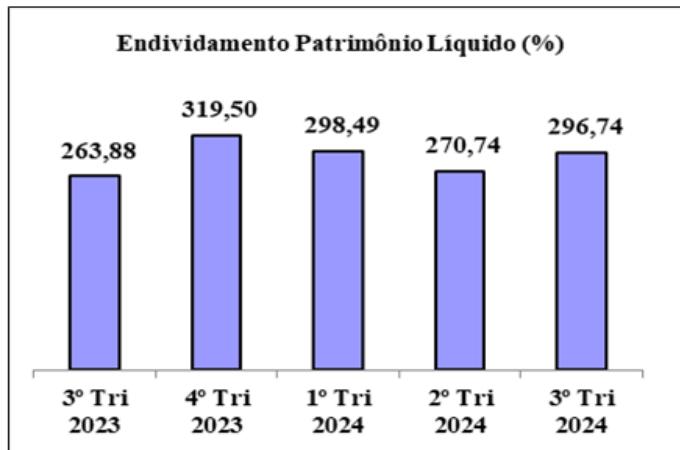
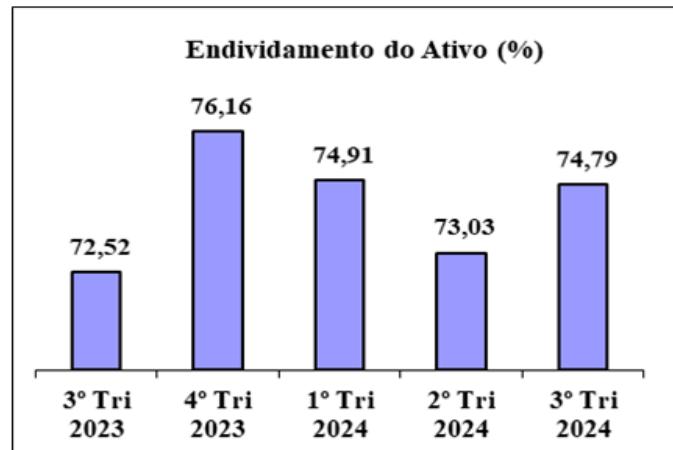
##### 1.1. Patrimoniais



##### 1.2. Liquidez

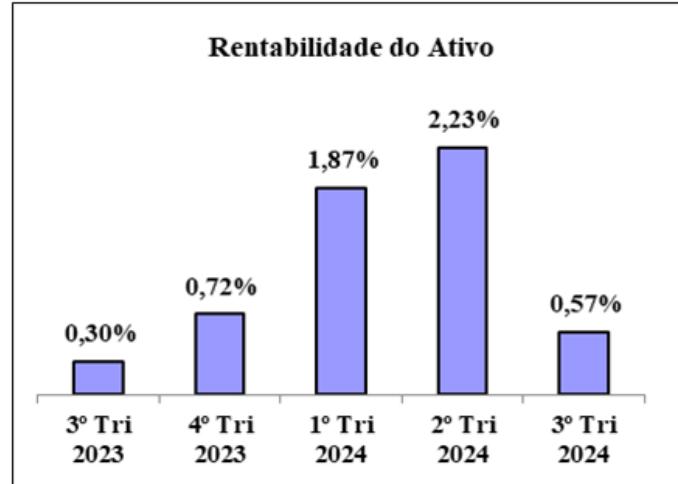
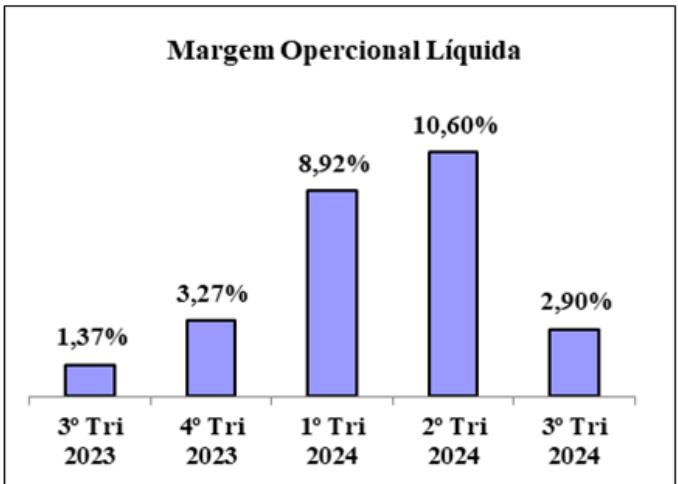
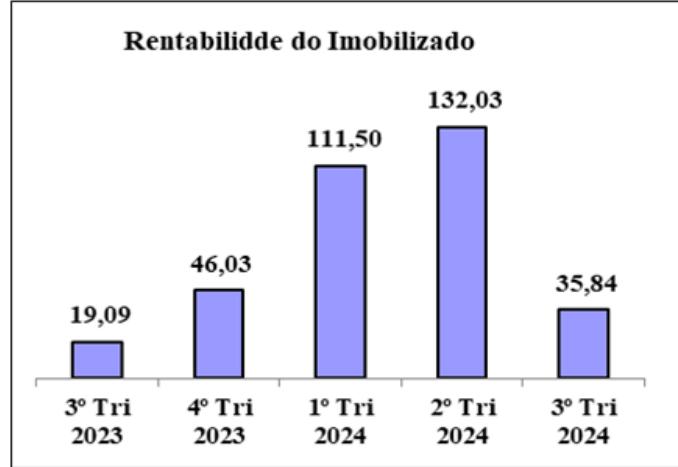
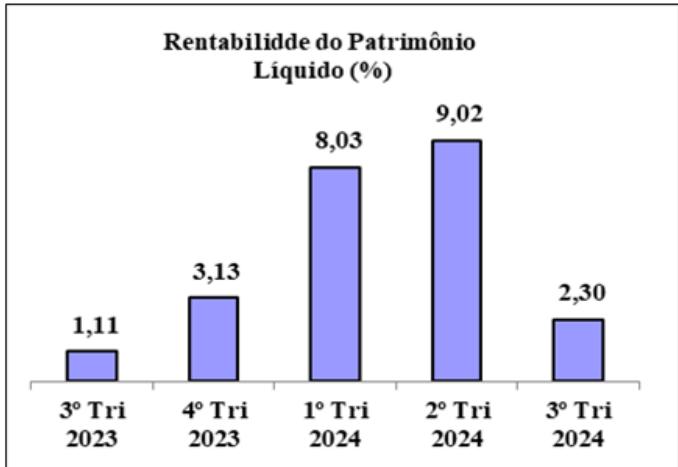


##### 1.3. Endividamento

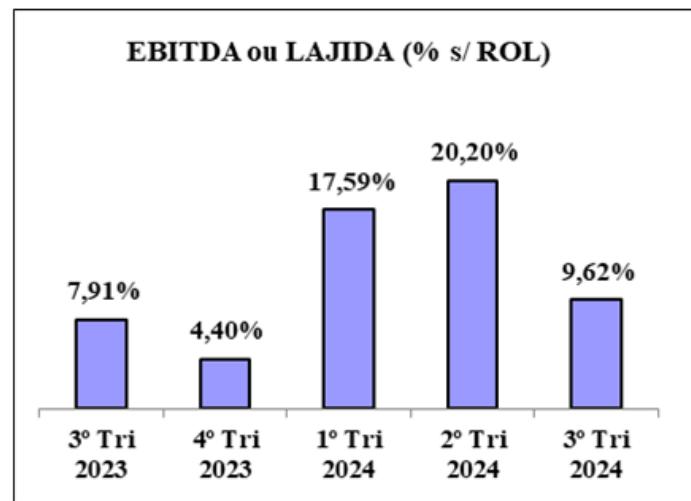
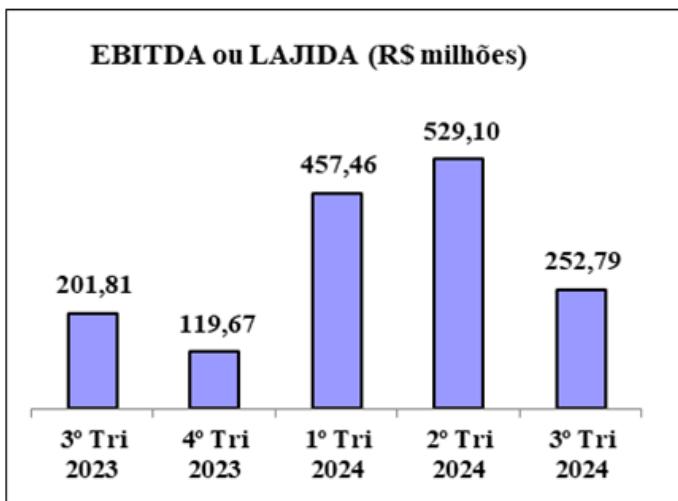


## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.4. Rentabilidade



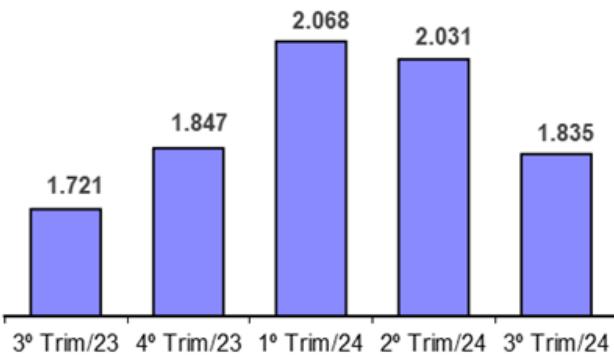
### 1.5. EBITDA ou LAJIDA



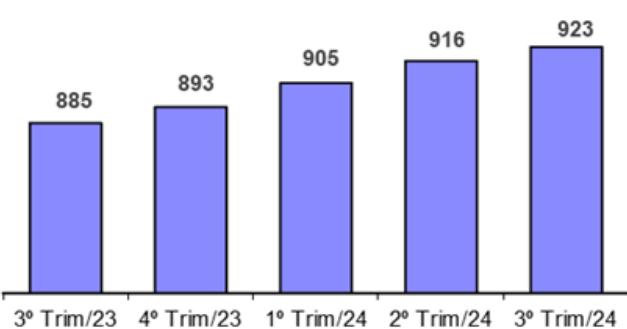
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.6. Eficiência

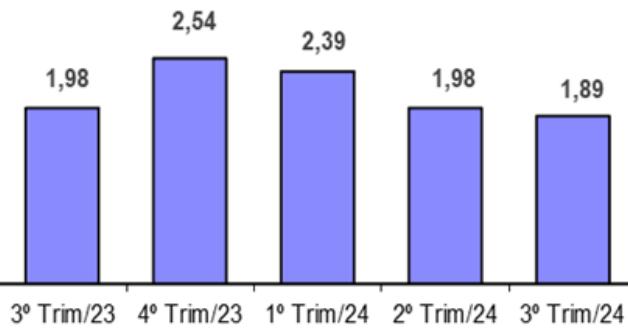
MWh / Empregado



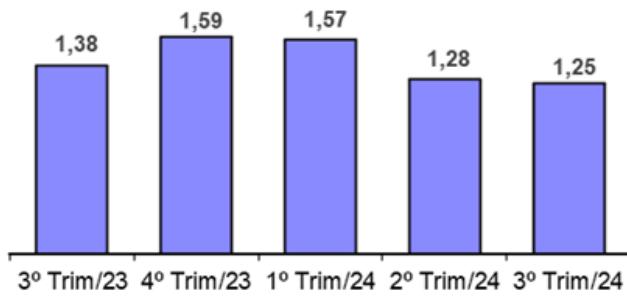
Consumidores / Empregado



Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor - DEC (horas ponderadas)



Freqüência Equivalente de Interrupções por Consumidor - FEC (nº)



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
Florianópolis - SC

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de Novembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken  
CRC SC-030412/O-1

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2024.

Tarcísio Estefano Rosa  
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder  
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Nelson Ronnie dos Santos  
Diretor de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2024.

Tarcísio Estefano Rosa  
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento  
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder  
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior  
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior  
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva  
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Nelson Ronnie dos Santos  
Diretor de Gestão Corporativa

Vitor Lopes Guimarães  
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado  
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0